



GABRIELA BIEGER REYES

***“DEPOIS QUE EU FIQUEI MOCINHA MUDOU MUITA COISA”:***  
**A POBREZA MENSTRUAL E O ITINERÁRIO FORMATIVO DE ALUNAS DO**  
**9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

CANOAS, 2023

GABRIELA BIEGER REYES

***“DEPOIS QUE EU FIQUEI MOCINHA MUDOU MUITA COISA”:***  
**A POBREZA MENSTRUAL E O ITINERÁRIO FORMATIVO DE ALUNAS DO**  
**9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Dr<sup>a</sup>. Denise Regina Quaresma da Silva

CANOAS, 2023

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R457d Reyes, Gabriela Bieger.  
“Depois que fiquei mocinha mudou muita coisa” [manuscrito] : a  
pobreza menstrual e o itinerário formativo de alunas do 9º ano do Ensino  
Fundamental / Gabriela Bieger Reyes – 2023.  
136 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas,  
2023.

“Orientação: Profa. Dra. Denise Regina Quaresma da Silva”.

1. Educação Básica. 2. Gênero. 3. Menstruação. 4. Pobreza menstrual.  
5. Estudantes. I. Silva, Denise Regina Quaresma da. II. Título.

CDU: **37**

GABRIELA BIEGER REYES

***“DEPOIS QUE EU FIQUEI MOCINHA MUDOU MUITA COISA”:***  
**A POBREZA MENSTRUAL E O ITINERÁRIO FORMATIVO DE ALUNAS DO**  
**9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Denise Regina Quaresma da Silva  
UNILASALLE

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Kathryn Dominique Lum  
UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Dirléia Fanfa Sarmiento  
UNILASALLE

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Hildegard Susana Jung  
UNILASALLE

*No início dos anos 2000, quando eu era estudante em uma pequena escola pública municipal de ensino fundamental brasileira, uma jovem aluna menstruada, por não ter acesso à informação, papel higiênico, água e sabão no banheiro da escola, limpou-se com a mão, e limpou sua mão na parede do banheiro. Uma reunião com todas as estudantes foi convocada, tal menina de vândala foi acusada, por depredar o patrimônio da escola com seu sangue, como se o seu próprio corpo fosse um crime. Nesse enredo vergonhoso eu não sou aquela menina, mas enquanto aluna achei que não era justo o modo como ela foi tratada. Hoje eu sei que isso tem nome, é pobreza menstrual. Essa dissertação é dedicada a essa aluna.*

*“Uma pessoa livre conta a sua história própria. Uma pessoa valorizada vive numa sociedade em que a sua história ocupa um lugar”*

(SOLNITT, 2017, p. 23)

## AGRADECIMENTOS

Ao povo brasileiro a minha reverência,  
Cujo suor e impostos, com toda diligência,  
Por meio da bolsa PROSUC/CAPES a contar,  
Foram financiamento para esta jornada trilhar.

Na Unilasalle, meu refúgio e guarida,  
Agradeço pelo acolhimento e pela bolsa concedida,  
Não só recursos, mas um ambiente a acalantar,  
Onde o saber floresceu, a se desdobrar.

Minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Denise Quaresma da Silva,  
Com lentes de gênero, sabedoria genuína,  
Agradeço pela orientação, pela confiança plena,  
No meu potencial acadêmico que se delineaia.

À banca de qualificação, com olhares sábios,  
Suas inferências, preciosas como raios,  
Direcionaram este trabalho a se aprimorar,  
Numa constante busca pela distinção a brilhar.

Ao PPG Educação, corpo docente honrado,  
Onde caminhos de pesquisa são trilhados,  
Agradeço pela constante busca à excelência,  
Neste caminho de saber de grande potência.

Cristiane Rollsing e Mariana Pinkoski, queridas colegas,  
Com colaboração, café e memes, em sintonia às cegas,  
Ao longo da trajetória acadêmica desafiadora,  
Agradeço pela amizade mútua inspiradora.

A Dr<sup>a</sup>. Ana Claudia Specht, minha terapeuta paciente,  
Em sua sabedoria, encontrei escuta generosa,  
Sua ajuda foi como uma música, quando desespere,  
Na jornada acadêmica, um suporte, um alegre.

Na trajetória da pesquisa, agradeço com amor,  
Dr. Edgar Reyes e Doutoranda Chislene Cardoso, fontes de louvor.  
Resiliência, farol que nos guia a persistir,  
Na escrita acadêmica, seu exemplo a reluzir.

Computador estragado não faz deter,  
Com vocês, a jornada é mais fácil de percorrer.  
Corpo terreno sucumbe, mas o conhecimento prevalece,  
A eternidade se tece nos fios do saber, agradeço, merece.

Às protagonistas deste estudo, alunas de valor,  
Que compartilharam suas histórias com tanto destemor,  
A construção do conhecimento se fez com suas vozes,  
Numa sinfonia de silêncios, de múltiplas dores.

Num ato de coragem, ergo a voz do coração,  
Agradeço a mim mesma, à alma em toda a dimensão.  
Caminhei entre nãos, punições que carreguei,  
Mas hoje celebro a vitória que conquistei.

A matrícula no mestrado, assinada com temor,  
Um feito ousado, numa época de sombria dor.  
A bolsa escassa, o futuro incerto,  
Mas dentro de mim, furor desperto.

A todas as versões de mim, passadas e presentes,  
Aos momentos de luta, aos dias não tão clementes.  
A jornada foi árdua, mas floresceu a esperança,  
Como mestra, um capítulo novo, uma mudança.

Agradeço à coragem que brotou do meu ser,  
Na escrita da história que só eu posso entender.  
A educação, um elo entre passado e futuro,  
Na celebração da vida, meu ato mais puro.

A todos que, de diferentes formas, contribuíram,  
Com seus calmantes, saberes, à jornada abraçaram,  
Meu profundo reconhecimento e gratidão,  
Por tornarem esta dissertação uma plena realização.

## RESUMO

A presente dissertação situa-se na esfera da Linha de Pesquisa Formação de Professores, Teorias e Práticas e tem como objetivo geral desvelar inferências sobre a pobreza menstrual tendo como base narrativas e entendimentos das estudantes do 9º ano de uma escola da rede pública municipal de Novo Hamburgo/RS. Os objetivos específicos delineados para alcançar tal propósito foram: analisar as percepções das alunas em relação à menstruação e o cotidiano escolar e como mitos e tabus sociais relativos à menstruação permeiam este cotidiano; identificar quais informações e conhecimentos as estudantes aprenderam na escola sobre os seus ciclos menstruais; e verificar o acesso das estudantes à itens básicos de higiene menstrual. A fundamentação teórica desta pesquisa encontra respaldo em autores das áreas de educação e gênero, destacando-se, sobretudo, as obras de Louro (1997, 2000), Freire (1974), Fetter (2022), Lerner (2019) e Unfpa e Unicef (2021). No campo da pobreza menstrual, destacam-se Tarzibachi (2017, 2020), Ussher e Perz (2020), Wood (2020), Johnston-Robledo e Chrisler (2020) e Menegotto (2022). Metodologicamente, a pesquisa assume um caráter qualitativo e exploratório, configurando-se como um estudo de caso. Treze estudantes do nono ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal em Novo Hamburgo/RS constituem as protagonistas da pesquisa. A análise dos dados gerados ocorreu por meio do método de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1977). Os resultados evidenciam a presença de mitos, tabus e estigma menstrual no cotidiano das jovens estudantes, perpetuando um ambiente permeado por medo e vergonha, o que impacta adversamente em seus itinerários formativos. Como conclusão destacada, ressalta-se que a escola se configura como um espaço vulnerável à pobreza menstrual. Contudo, é factível reverter esse cenário mediante o acesso universal à informação, a promoção do diálogo e a provisão de condições básicas de higiene menstrual nos banheiros escolares.

Palavras-chave: Educação Básica. Gênero. Menstruação. Pobreza Menstrual. Estudantes.

## **ABSTRACT**

The dissertation is situated within the scope of the Teacher Training, Theories and Practices Research Line and has the general objective of revealing inferences about menstrual poverty based on narratives and understandings of 9th year students at a municipal public school in Novo Hamburgo/RS. The specific objectives outlined to achieve this purpose were: to analyze the students' perceptions regarding menstruation and school daily life and how myths and social taboos related to menstruation permeate this daily life; identify what information and knowledge students learned at school about their menstrual cycles; and check students' access to basic menstrual hygiene items. The theoretical foundation of this research is supported by authors in the areas of education and gender, highlighting, above all, the works of Louro (1997, 2000), Freire (1974), Fetter (2022), Lerner (2019) and Unfpa and Unicef (2021 ). In the field of menstrual poverty, Tarzibachi (2017, 2020), Ussher and Perz (2020), Wood (2020), Johnston-Robledo and Chrisler (2020) and Menegotto (2022) stand out. Methodologically, the research takes on a qualitative and exploratory nature, configuring itself as a case study. Thirteen ninth-year elementary school students from a municipal public school in Novo Hamburgo/RS are the protagonists of the research. The analysis of the data generated occurred using the Content Analysis method proposed by Bardin (1977). The results highlight the presence of myths, taboos and menstrual stigma in the daily lives of young students, perpetuating an environment permeated by fear and shame, which adversely impacts their educational itineraries. As a highlighted conclusion, it is highlighted that the school is configured as a vulnerable space to menstrual poverty. However, it is feasible to reverse this scenario through universal access to information, the promotion of dialogue and the provision of basic menstrual hygiene conditions in school bathrooms.

**KEYWORDS:** Basic Education. Gender. Menstruation. Menstrual Poverty. Students.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Sistema reprodutor feminino.....	23
Imagem 2 - Modelos mais comuns de produtos de higiene menstrual - absorventes e coletores.....	24
Quadro 1 - Dissertações BDTD com o descritor “MENSTRUACÃO”.....	47
Quadro 2 - Teses BDTD com o descritor “MENSTRUACÃO”.....	50
Quadro 3 - Dissertações com o descritor "MENSTRUACÃO" com foco em adolescentes no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.....	52
Quadro 4 - Teses com o descritor "MENSTRUACÃO" com foco em adolescentes no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.....	56
Quadro 5 - Teses e dissertações com o descritor MENSTRUACÃO com foco em adolescentes, localizadas na BNDT e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, conforme área de pesquisa.....	57
Quadro 6 - Artigos base SciELO com o descritor "MENSTRUACÃO" com foco em adolescentes.....	58
Imagem 3 - Localização do município de Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul e no Brasil.....	63
Gráfico 1 - Número de Matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental Regular, por Sexo Feminino e Cor/Raça, segundo o Município de Novo Hamburgo/RS - 2022.....	65
Imagem 4 - Nuvem de palavras.....	78
Quadro 7 - Grupos de palavras conforme aspectos da menstruação.....	78
Gráfico 2 - Idade da menarca (primeira menstruação).....	82

## LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNDH	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
ESF	Equipes de Saúde da Família
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIS	Programa de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PPG	Programa de Pós-Graduação
PSE	Programa Saúde na Escola
SciELO	Brasil Scientific Electronic Library Online
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SUS	Sistema Único de Saúde
TALE	Termo de Assentimento Livre Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UNISA	Universidade Santo Amaro
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>CONEXÕES TEÓRICAS: EDUCAÇÃO, GÊNERO E MENSTRUÇÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1</b>	<b>Fatores Biológicos - o ciclo menstrual.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2</b>	<b>Fatores Históricos sobre a menstruação.....</b>	<b>25</b>
<b>2.3</b>	<b>Fatores sociais - a menstruação, os mitos e os tabus.....</b>	<b>29</b>
<b>2.4</b>	<b>Fatores contemporâneos - pobreza menstrual.....</b>	<b>32</b>
<b>2.5</b>	<b>Aproximações entre Gênero, Sexualidade e Escola.....</b>	<b>35</b>
<b>2.6</b>	<b>Legislação federal no âmbito da educação e da saúde do escolar.....</b>	<b>40</b>
<b>3</b>	<b>BORRANDO FRONTEIRAS ACADÊMICAS: TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS SOBRE MENSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO.....</b>	<b>46</b>
<b>3.1</b>	<b>Teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD.....</b>	<b>46</b>
<b>3.2</b>	<b>Teses e dissertações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.....</b>	<b>51</b>
<b>3.3</b>	<b>Artigos na base Scielo.....</b>	<b>58</b>
<b>4</b>	<b>TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: DA CONCEITUAÇÃO À PRÁTICA NA PESQUISA.....</b>	<b>60</b>
<b>4.1</b>	<b>Estudo de Caso.....</b>	<b>60</b>
<b>4.2</b>	<b>Caracterização das protagonistas da pesquisa.....</b>	<b>61</b>
<b>4.3</b>	<b>Situando geograficamente a cultura do local de pesquisa e caracterização das protagonistas.....</b>	<b>62</b>
<b>4.4</b>	<b>Estratégias para a coleta de dados.....</b>	<b>66</b>
<b>4.4.1</b>	<i>Sobre as entrevistas.....</i>	<i>67</i>
<b>4.4.2</b>	<i>Sobre a aderência e a não participação na pesquisa.....</i>	<i>68</i>
<b>4.4.3</b>	<i>Sobre a ampliação das turmas envolvidas.....</i>	<i>70</i>
<b>4.5</b>	<b>Riscos, benefícios e desfecho primário.....</b>	<b>72</b>
<b>4.6</b>	<b>Método para análise de dados.....</b>	<b>73</b>
<b>5.</b>	<b>O QUE DIZEM AS ALUNAS SOBRE A POBREZA MENSTRUAL?.....</b>	<b>75</b>
<b>5.1</b>	<b>Primeiras considerações - A menstruação em palavras.....</b>	<b>77</b>
<b>5.2</b>	<b>Nécessaire - O Espaço Íntimo: a bagagem pessoal.....</b>	<b>81</b>
<b>5.2.1</b>	<i>Conhecimentos prévios e a Menarca.....</i>	<i>83</i>
<b>5.2.2</b>	<i>Absorventes e cólicas menstruais.....</i>	<i>85</i>
<b>5.2.3</b>	<i>Histórias do senso comum.....</i>	<i>91</i>
<b>5.3</b>	<b>Banheiro - O Espaço quase Público - aquilo que (não) é de todas.....</b>	<b>93</b>
<b>5.3.1</b>	<i>O papel higiênico.....</i>	<i>94</i>
<b>5.3.2</b>	<i>A caixinha de absorventes.....</i>	<i>97</i>
<b>5.4</b>	<b>Sala de aula - Aquilo que não pode vazar.....</b>	<b>99</b>
<b>5.4.1</b>	<i>Conceitos de menstruação.....</i>	<i>99</i>
<b>5.4.2</b>	<i>Conceitos aprendidos na escola sobre menstruação.....</i>	<i>101</i>
<b>5.4.3</b>	<i>Aprender menstruada.....</i>	<i>105</i>

5.4.4	<i>O medo de vazar.....</i>	108
5.4.5	<i>O uniforme menstrual.....</i>	111
5.4.6	<i>As faltas por conta da menstruação.....</i>	112
<b>5.5</b>	<b>O que pode mudar - O Espaço do saber.....</b>	<b>113</b>
5.5.1	<i>Produtos de higiene menstrual nos banheiros.....</i>	113
5.5.2	<i>Informação para as meninas (e os meninos também!).....</i>	114
<b>6.</b>	<b>HORIZONTES EXPANDIDOS: PARA ONDE APONTAM AS REFLEXÕES</b>	
	<b>FINAIS.....</b>	<b>118</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>124</b>
	<b>ANEXO A - QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>131</b>
	<b>ANEXO B - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....</b>	<b>132</b>
	<b>ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	
	<b>(TCLE).....</b>	<b>133</b>
	<b>ANEXO D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)..</b>	
	<b>135</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

No ano de 2021 o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) lançaram relatório inédito que trouxe à tona dados que evidenciam a escassez de pesquisas no Brasil sobre um aspecto do cotidiano de muitas meninas e mulheres: a pobreza menstrual, compreendida neste contexto como a ausência de condições dignas para que pessoas que menstruam possam gerir seus ciclos de maneira adequada. Na troca de experiências e revisões bibliográficas em relação ao tema deste projeto de pesquisa houve a imersão em inúmeros trabalhos potentes sobre áreas múltiplas nas questões de gênero. Mas, apesar de tantos trabalhos relevantes para o campo de estudos no Brasil Contemporâneo, pouco se fala sobre as vivências da comunidade escolar relativas às estudantes da educação básica que menstruam, principalmente considerando a pobreza menstrual como elemento social relevante.

Nesta pesquisa procura-se olhar para a pobreza menstrual sob a perspectiva da busca pela garantia dos direitos humanos para as meninas que menstruam e que em idade escolar são privadas do exercício pleno de sua dignidade menstrual na falta de condições sanitárias em muitas escolas brasileiras; bem como pelo currículo escolar, que, ao negligenciar o fornecimento adequado de informações e oportunidades de debate sócio-cultural sobre a natureza dos corpos biologicamente femininos, frequentemente contribui para a estigmatização dessas questões. Sob esta perspectiva a pobreza menstrual emerge como uma problemática de natureza global, implicando a privação dos direitos humanos fundamentais particularmente para aquelas em situação de vulnerabilidade, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico.

Destaca-se que o interesse pelas questões de gênero originou-se no contexto de práticas pedagógicas no âmbito da Licenciatura em História, sendo impulsionado de forma concomitante pelo inconformismo latente diante das disparidades entre mulheres e homens tanto no cenário laboral quanto no desempenho de seus respectivos papéis sociais. A adesão ao Grupo de Pesquisa "ComGênero: Interseccionalidades com Educação e Direitos Humanos" não apenas ampliou as perspectivas de investigação ao entrelaçar as temáticas de Gênero e Educação, mas também proporcionou um contexto favorável para o intercâmbio de ideias e a colaboração com os demais participantes deste Grupo de Pesquisa.

Esta dissertação está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle Canoas/RS, na Linha de Pesquisa Formação de Professores, Teorias e Práticas Educacionais. Tem como objetivo geral desvelar inferências sobre a pobreza menstrual tendo como base narrativas e entendimentos das estudantes do 9º ano de uma escola da rede pública municipal de Novo Hamburgo/RS e objetivos específicos:

- A. Analisar as percepções das alunas em relação à menstruação e o cotidiano escolar e como mitos e tabus sociais relativos à menstruação permeiam este cotidiano.
- B. Identificar quais informações e conhecimentos as estudantes aprenderam na escola sobre os seus ciclos menstruais.
- C. Verificar o acesso das estudantes à itens básicos de higiene menstrual.

Com o propósito de elucidar os objetivos delineados esta pesquisa estrutura-se enquanto Estudo de Caso, com alunas pertencentes a uma turma do nono ano do ensino fundamental de uma escola pública do município de Novo Hamburgo/RS. Para atingir tais propósitos são empregados dois instrumentos de coleta de dados: um questionário sociodemográfico, visando à caracterização das alunas e uma entrevista semi-estruturada, concebida para promover o protagonismo das participantes em relação às suas experiências individuais. Após a coleta de dados a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977) é empregada, permitindo a triangulação entre o referencial teórico adotado e os resultados obtidos durante a investigação de campo.

Nessa pesquisa são exploradas duas hipóteses fundamentais. A primeira hipótese postula que a pobreza menstrual impacta negativamente no cotidiano escolar e no bem-estar geral das estudantes do nono ano do ensino fundamental, resultando em consequências significativas para suas jornadas pedagógicas. A segunda hipótese sugere que a falta de informações corretas e a perpetuação de estigmas e tabus sobre os processos naturais do corpo feminino resultam em sofrimento e até mesmo na interrupção de jornadas pedagógicas de estudantes do nono ano do ensino fundamental, com o abandono escolar, contribuindo para a perpetuação de ciclos transgeracionais de pobreza feminina. Essa pesquisa busca investigar essas hipóteses para compreender melhor os desafios enfrentados pelas estudantes em relação à pobreza menstrual no ambiente escolar.

A delimitação de estudantes do último ano do Ensino Fundamental como protagonistas da pesquisa visa entrevistar jovens que já necessitam lidar com suas menstruações no contexto escolar há certo tempo, pois cerca de 90% das meninas têm sua primeira menstruação entre 11 anos e 15 anos de idade (6º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio), conforme UNFPA e UNICEF (2021). Dessa forma uma estudante pode passar entre três e sete anos de sua vida escolar básica menstruando.

Dentre os fatores que fomentam a pobreza menstrual encontram-se a estrutura do currículo escolar que dificulta o acesso à informação correta e ao debate sobre a natureza dos corpos femininos; o estigma social dado ao sangramento mensal; a falta de acesso à produtos de higiene menstrual; além de condições sanitárias precárias nas quais vivem a maior parte de meninas em situação de pobreza no Brasil. Tratar sobre tal tema com estudantes na puberdade é socialmente relevante pois conforme alerta o Relatório Pobreza Menstrual no Brasil, 4 milhões de meninas (38,1% do total das estudantes) frequentam escolas com alguma privação sanitária e quase 200 mil alunas estão privadas totalmente de condições mínimas de lidarem com suas menstruações na escola (UNFPA; UNICEF, 2021, p. 19).

Como tema emergente na educação nos últimos anos, a pobreza menstrual apresenta-se como elemento relevante no cotidiano de meninas em idade escolar. Em 2023 o coletivo *Garotas de Vermelho*, formado por alunas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Saint Hilaire da rede pública de Porto Alegre, ganhou premiação nacional do Sebrae voltada ao empreendedorismo social e tecnologia. Através da produção e venda de kits educativos sobre educação menstrual - absorventes de tecido, bolsa térmica de sementes (para alívio das cólicas), nécessaire, livro e folheto informativos sobre menstruação - o coletivo angariou verba para a doação dos kits para meninas em situação de vulnerabilidade social. Segundo a professora responsável pelo projeto, Maria Gabriela Pires de Souza,

As estudantes não se conformavam em ver as colegas faltarem às aulas por não terem condições financeiras de lidar com a menstruação. Por isso, usaram suas habilidades para empreender socialmente e construíram um kit de saúde menstrual. Cada kit vendido possibilita que uma menina da nossa comunidade escolar ganhe um kit igual. (TRINDADE, 2023)

A iniciativa do coletivo *Garotas de Vermelho* surgiu como uma forma de luta contra fatores da pobreza menstrual que interferem diretamente no processo de

construção do conhecimento de meninas em idade escolar. Quando falta acesso a produtos de higiene menstrual há relatos que jovens utilizam de métodos alternativos para conter a menstruação como folhas de jornal, de árvores e, até mesmo, miolo de pão, além do reuso de absorventes ou a baixa frequência na troca destes. A ineficiência da higiene menstrual acaba gerando problemas como alergias e irritações, além da síndrome de choque tóxico que pode levar ao óbito (UNFPA; UNICEF, 2021). Muitos desses problemas poderiam ser minimizados com a difusão de informações corretas sobre a menstruação, papel da escola principalmente em espaços onde as famílias e comunidades não possuem condições de suprir tal demanda de conhecimento.

A pobreza menstrual é mais um fator para comprometer o desenvolvimento pedagógico e social das alunas, podendo restringir a participação de estudantes em atividades físicas, brincadeiras e a convivência com círculos de amizades, atos importantes para o pleno desenvolvimento de competências relevantes para a formação global do ser humano. Além disso, é um dos fatores que levam alunas da educação básica a abandonarem a escola (UNFPA; UNICEF, 2021).

Dessa forma, a menor escolaridade de meninas torna-se fator de desigualdade de gênero no mercado de trabalho, fomentando os bolsões de pobreza nas regiões periféricas das cidades e dando continuidade à um ciclo transgeracional de pobreza feminina que só a educação tem a capacidade de romper.

Na busca por um planeta melhor para todos as nações e povos a Assembleia Geral das Nações Unidas de 2015 criou a Agenda 2030, importante compromisso social assumido pelo Brasil e outras 193 nações que agrupa 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS refletem proposições para a paz e prosperidade para todas as camadas das sociedades a serem desenvolvidas até o ano de 2030. Considerando o caráter social da presente pesquisa, o tema pobreza menstrual e educação possui intersecção com oito ODS: 5 - Igualdade de Gênero; 4 - Educação de Qualidade; 3 - Saúde e bem-estar; 6 - Água potável e saneamento; 12 - Consumo e produção responsável; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; 1 - Erradicação da pobreza; e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

No campo da **Igualdade de Gênero**, ao dar protagonismo para jovens estudantes busca-se o empoderamento de meninas em relação aos seus corpos. Este empoderamento é uma ferramenta para acabar com a discriminação de gênero assegurando o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, além de adotar e

fortalecer políticas públicas de promoção da igualdade de gênero. Considera-se a dignidade menstrual enquanto consequência da autonomia corporal feminina, relacionando-a ao indicador 5.6 “[...] assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva” (ONU, 2023) e ao indicador 5.6.1. “[...] visa medir a proporção de mulheres de 15 a 49 anos que tomam suas próprias decisões conscientes sobre relações sexuais, uso de anticoncepcionais e cuidados de saúde reprodutiva” (UNFPA, 2021). A presença de tal marcador é importante pois pela primeira vez foi explorado a dimensão da liberdade ou não de meninas e mulheres sobre a capacidade de fazerem escolhas próprias sobre sua saúde sexual e reprodutiva, além da autonomia corporal, escolhas estas que somente são plenamente conscientes se há acesso à informações corretas sobre seus corpos.

Tal ação se dá através da **Educação de Qualidade**, onde os resultados desta pesquisa podem iluminar os caminhos para se pensar uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade para meninas que sofrem com a pobreza menstrual, além da busca pela eliminação de disparidades de gênero na educação. Configura-se enquanto ideia central deste ODS a promoção da capacitação e empoderamento das alunas como forma de possibilitar que estudantes em situação de vulnerabilidade tenham mais e melhores oportunidades de desenvolvimento.

A falha de acesso à informação correta está diretamente ligada à **Saúde e Bem-Estar**, que preconiza assegurar acesso à informação e educação em saúde sexual e reprodutiva, bem como de promover o bem-estar para todas, em todas as idades, como forma de assegurar uma vida saudável considerada essencial para o desenvolvimento das capacidades humanas.

Como forma de promover o desenvolvimento sustentável a pobreza menstrual é um tema que também abrange o acesso à **Água Potável e saneamento**, para as condições sanitárias mínimas para a efetividade da higiene menstrual e dignidade humana; bem como o **Consumo e produção responsável**, quando busca-se alternativas que aliem a redução dos custos dos produtos de higiene menstrual e o uso de estratégias e materiais de fácil acesso e de baixo impacto ambiental, como forma de contornar os altos custos dos produtos de higiene menstrual, um dos pilares da pobreza menstrual.

A formação básica de meninas visa prepará-las para a vida em sociedade, estando diretamente relacionada com **Trabalho decente e crescimento econômico**, ao considerar que as prepara para o mundo do trabalho, libertando-as

de um círculo vicioso de fracasso escolar, baixa qualificação profissional e poucas perspectivas de empregos de qualidade, quebrando a roda transgeracional de pobreza feminina, diretamente ligada ao ODS **Erradicação da pobreza**.

Por fim, todas as intersecções entre pobreza menstrual e educação presentes nos ODS anteriormente apresentados buscam a **Paz, Justiça e Instituições Eficazes**, como forma de acabar com violências de gênero e proporcionar uma sociedade mais justa para jovens estudantes brasileiras.

Esta pesquisa está organizada em seis capítulos, iniciando com a *Introdução*. Na sequência o capítulo *Conexões Teóricas: Educação, Gênero e Menstruação* apresenta os conceitos de Gênero, Menstruação e Educação bem como alguns atravessamentos pertinentes à resolução do objetivo desta pesquisa. Para tanto, fazemos uso do aporte teórico de autores/as do campo dos Estudos de Gênero como Beauvoir (2009), intersecções entre Gênero e Educação com Louro (1997, 2000) e Freire (1974) e Menstruação e Pobreza Menstrual, com Sardenberg (1994), Lerner (2019) além de Relatório sobre Pobreza Menstrual no Brasil, produzido pelo Fundo de População das Nações Unidas e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (2021).

A contemporaneidade das discussões sobre a busca pela dignidade menstrual no Brasil é abordada através da apresentação de legislação vigente sobre o tema, em especial no campo da educação com a Base Nacional Comum Curricular (2018), além de especial atenção à Lei nº 14.214/21, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino (BRASIL, 2021).

Uma exploração aprofundada relativa a pesquisas brasileiras sobre a perspectiva da Educação e Menstruação é apresentada no capítulo *Borrando Fronteiras Acadêmicas: teses, dissertações e artigos sobre menstruação e educação no contexto brasileiro*, com resultados obtidos nas bases de dados Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e repositório SciELO.

Na *Trajatória Metodológica: da conceituação à prática na pesquisa*, são abordados na continuidade para a demonstração da ciência do método utilizado e do rigor metodológico buscado. Esta é uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório,

caracterizando-se enquanto Estudo de Caso. As protagonistas da pesquisa são estudantes do nono ano de uma escola de educação básica pública do município de Novo Hamburgo/RS. Além de situar geograficamente a pesquisa, também são realizadas considerações sobre as entrevistas, a aderência à pesquisa e o método de análise empregado nos dados gerados.

No quinto capítulo, *O que dizem as alunas sobre a pobreza menstrual?* são apresentadas as cinco categorias da análise delineadas:

1. Primeiras considerações: a menstruação em palavras;
2. Nécessaire - O Espaço Íntimo: a bagagem pessoal;
3. Banheiro - O Espaço quase Público: aquilo que (não) é de todas;
4. Sala de aula - Aquilo que não pode vazar;
5. O que pode mudar - O Espaço do saber

As categorias de análise desenvolvidas após a coleta de dados, conforme a abordagem metodológica da Laurence Bardin (1977), foram delineadas de maneira a permitir uma compreensão aprofundada e sistemática dos elementos emergentes durante a investigação. A metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin possibilitou a organização e classificação das informações geradas, guiando a interpretação dos dados de acordo com categorias estabelecidas posteriormente. Essas categorias, moldadas a partir dos temas recorrentes e significativos presentes nos relatos das protagonistas, proporcionaram uma estrutura analítica que viabilizou a identificação de padrões, tendências e nuances relevantes no material coletado, contribuindo para a profundidade da análise realizada no âmbito da pesquisa.

O sexto capítulo, *Horizontes Expandidos: para onde apontam as reflexões finais*, oferece respostas aos questionamentos que nortearam esta pesquisa sobre pobreza menstrual. Os objetivos delineados inicialmente são abordados, e as descobertas contextualizadas dentro do panorama teórico adotado. Este capítulo também lança luz sobre novas perspectivas e possibilidades de investigação no âmbito da educação e da pobreza menstrual, identificando lacunas que demandam uma atenção futura.

Por fim, estão listadas as *Referências* utilizadas nesta pesquisa, bem como apresentados nos *Anexos* o Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, a proposta de questionário e roteiro para a entrevista semi-estruturada.

## 2 CONEXÕES TEÓRICAS: EDUCAÇÃO, GÊNERO E MENSTRUÇÃO

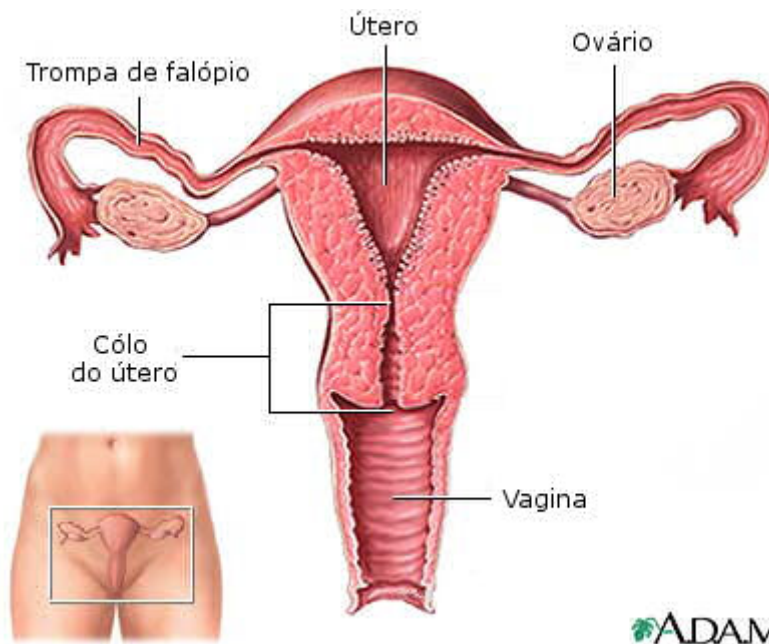
O aporte teórico deste estudo está dividido em seis eixos, a saber: A) Fatores Biológicos - o ciclo menstrual, onde serão abordadas relações naturais dos corpos biologicamente femininos; B) Fatores Históricos sobre a menstruação - como diferentes sociedades lidam com a menstruação ao longo do tempo; C) Fatores Sociais - como diferentes sociedades elaboram mitos e tabus sobre a menstruação; D) Fatores Contemporâneos - como a pobreza menstrual se tornou pauta de discussão na contemporaneidade; E) Aproximações entre Gênero, Sexualidade e Escola - como as identidades se formam no contexto escolar e, por fim, F) Legislação Federal - como a sociedade brasileira organiza a educação e saúde do escolar.

### 2.1 Fatores Biológicos - o ciclo menstrual

A menstruação é um fato natural presente em corpos do gênero biológico feminino, salvo aqueles com condições de saúde adversas; e apresenta-se como indicativo de não fecundação ovular ao longo do ciclo menstrual, ou seja, é a representação física da antítese da gestação (SARDENBERG, 1994). Ela faz parte de um conjunto de transformações desencadeadas por variações de hormônios femininos que propiciam a reprodução humana; tais variações ocorrem de forma cíclica no corpo feminino, sendo por isso denominado *ciclo menstrual*.

O sistema reprodutor feminino (Imagem 1), em uma perspectiva fisiológica, compreende uma complexa rede de órgãos e estruturas cuja função é viabilizar a reprodução humana. Destaca-se a presença de órgãos internos, tais como os ovários, as trompas de falópio, o útero e a vagina, e órgãos externos, como os genitais externos e a vulva. Os ovários, localizados na pelve, constituem as principais glândulas reprodutoras femininas, desempenhando um papel fundamental na produção de óvulos, as células reprodutivas femininas. No processo de ovulação, um óvulo é liberado do ovário e direcionado para as tubas uterinas, estruturas tubulares que conduzem o óvulo em direção ao útero. É nas tubas uterinas que, frequentemente, ocorre a fertilização do óvulo pelo espermatozóide. O útero, órgão muscular em forma de pêra, é responsável por abrigar e nutrir o embrião em caso de fertilização, além de desempenhar um papel importante durante o ciclo menstrual.

Imagem 1 - Sistema reprodutor feminino.



Fonte: <https://saudesexualidade.files.wordpress.com/2012/11/192631.jpg>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Durante o ciclo menstrual, o endométrio (a camada interna do útero), é preparado para receber um óvulo fertilizado. Caso a fertilização não ocorra, o endométrio é descamado e eliminado do corpo pela vagina, na forma de menstruo, marcando o início de um novo ciclo. O processo de menstruação, ou fluxo menstrual, é uma parte intrínseca do ciclo menstrual feminino e refere-se à eliminação cíclica do endométrio não utilizado. Esse fenômeno fisiológico é regulado por complexas interações hormonais, especialmente envolvendo hormônios como o estrogênio e a progesterona. A menstruação ocorre aproximadamente a cada 28 dias, podendo variar em cada indivíduo.

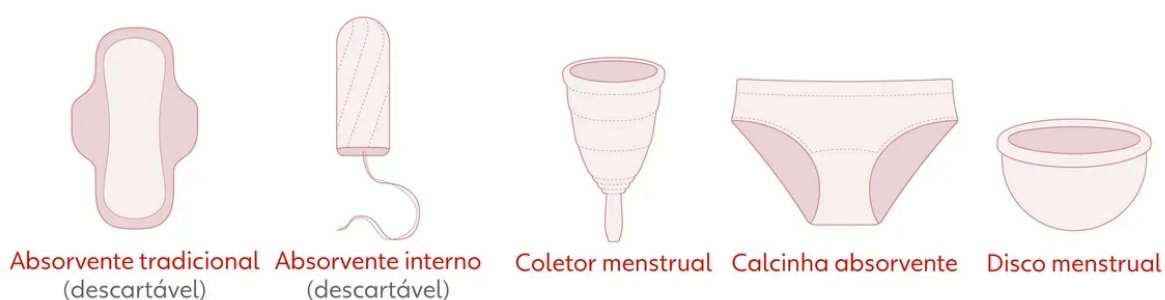
Por apresentarem ciclos irregulares muitas vezes estudantes podem ficar menstruadas ao longo do turno escolar, nem sempre tendo em mãos o acesso à produtos de higiene menstrual, como absorventes ou, além disso, banheiros com papel higiênico, água e sabão, conforme UNFPA e UNICEF (2021).

A primeira menstruação é denominada *menarca*. Nesse momento, o corpo biologicamente feminino tem aumento dos hormônios femininos responsáveis pelas transformações dos corpos na puberdade, como o desenvolvimento dos seios, arredondamento dos quadris, o aparecimento de pelos na região pubiana e a capacidade de engravidar (SARDENBERG, 1994).

Dentre os efeitos da menstruação no corpo humano, Lima *et al* (2014) afirmam que “O período menstrual comumente é acompanhado por uma variedade de sintomas, tal como a cefaleia, condição dolorosa e incapacitante [...]” (LIMA *et al*, 2014, p. 257). Além da *cefaléia*, também conhecida como dor de cabeça, a força da contração uterina pode gerar dor abdominal, também chamada de *cólica*. Estes são alguns dos sintomas mais recorrentes as quais jovens estudantes estão expostas e que podem interferir em seu rendimento escolar, conforme Marques, Madeira e Gama (2022) e Aprobato (2001).

A fim de esconder o fluxo menstrual, ao longo da história diversos produtos e soluções foram desenvolvidas para que as mulheres pudessem realizar suas atividades diárias sem o incômodo e o estigma do vazamento do *menstruo*, substância que sai do corpo feminino na menstruação, composto do revestimento uterino (tecido endometrial) e sangue. Ao longo do século XX foram desenvolvidos materiais absorventes que poderiam ser descartados e, com a sua popularização, tornaram-se os principais itens de higiene menstrual na contemporaneidade. Os produtos de higiene menstrual, principalmente absorventes e coletores menstruais, apresentam-se das mais variadas formas, tamanhos, materiais e qualidades de absorção, a fim de adequarem-se à diversidade dos fluxos menstruais (Imagem 2).

Imagem 2 - Modelos mais comuns de produtos de higiene menstrual - absorventes e coletores



Fonte: adaptado de <https://encurtador.com.br/gnAKS>.

Os absorventes descartáveis externos são usados pela maioria da população; estima-se que cada mulher use cerca de vinte absorventes por ciclo, totalizando cerca de 10.000 absorventes ao longo da vida reprodutiva feminina, em conformidade com Ernandes (2018). Em casos de pobreza menstrual o acesso a tal quantidade de absorventes é drasticamente reduzida, principalmente pela incapacidade de compra deste produto. A carga tributária média dos absorventes no

Brasil é de 27,25%, de acordo com a Receita Federal; desta porcentagem, 9,25% (1,65% de PIS e 7,60% de COFINS) são tributos federais e 18% (ICMS) são tributos estaduais, segundo Halabe e Pires (2021). No Brasil o absorvente não é tributado como artigo de higiene pessoal mas, sim, como artigo de luxo, o que eleva o valor de venda e aumenta o distanciamento entre mulheres e meninas com poucas ou nenhuma condições financeiras, do mínimo de dignidade para tratar de seus fluxos menstruais.

## **2.2 Fatores Históricos sobre a menstruação**

A menstruação é um fator biológico inerente à capacidade humana de se reproduzir enquanto espécie. Todavia, a forma como as sociedades percebiam a menstruação variava conforme seus níveis tecnológicos e os sujeitos que detinham o poder: em sociedades matriarcais, onde a figura de poder era feminina, a menstruação possuía um significado diametralmente oposto ao existente em sociedades patriarcais, onde a figura masculina detém o poder pois, “[...] desde o advento do patriarcado só se atribuíram poderes nefastos ao estranho licor que escorre do sexo feminino.” (BEAUVOIR, 2009, p.191). É correto afirmar que as manifestações físicas dos ciclos hormonais femininos vistos na menstruação, gravidez e menopausa, eram consideradas como incapacitadoras e debilitantes, o que comprovava a inferioridade da figura feminina nas sociedades patriarcais (LERNER, 2019).

Beauvoir (2009) relata que nas cidades gregas antigas as jovens ofertavam ao templo de Astarté um trapo manchado com a menarca demonstrando que, dependendo do contexto, o menstroo poderia ter caráter positivo na sociedade.

Considerando essas manifestações de poder, Sardenberg (1994) e Beauvoir (2009) concordam que, embora a menstruação seja fator recorrente, esta experiência terá caráter significativamente diferente para cada mulher dependendo dos contextos históricos, culturais, sociais e econômicos onde está inserida.

Ao pensar que o ciclo menstrual é um elemento historicamente situado, é possível perceber novos sentidos em costumes relativos à menstruação que, fora de seus contextos, poderiam ser vistos como exóticos e irracionais. Sardenberg (1994) relata que diferentes culturas ao longo da história sustentam modelos de ordem biológica reprodutiva, onde secreções humanas como sêmen e menstruação têm

atribuídas em si funções diversas, principalmente na esfera sobrenatural. A autora ainda relata que ao menstuo e ao sêmen são atribuídos papéis enquanto agentes do processo reprodutivo, mesmo com pesos ideológicos diferentes em cada sociedade.

Considerando o modo de vida caçador-coletor, Lerner (2019) apresenta a hipótese da influência direta da menstruação com a participação das mulheres na caça, onde o menstuo apresenta-se enquanto barreira não por conta de uma possível incapacidade física feminina mas, sim, por conta do cheiro de sangue e seu efeito nos animais. A autora apresenta relação desta hipótese com a contemporaneidade, onde o Serviço Nacional de Parques do Alasca recomenda em folhetos turísticos que mulheres menstruadas fiquem longe de áreas de vida selvagem, uma vez que o cheiro de sangue pode atrair ursos-pardos (LERNER, 2019, p. 470).

Com a sedentarização de grupos humanos e início da formação de sociedades altamente popularizadas, o funcionamento do corpo humano tornou-se alvo de indagações sociais, onde o conhecimento empírico mesclava-se com o mundo mágico do sobrenatural. Nesse sentido, mesmo sem compreender plenamente a origem ou a constituição do menstuo, à partir do dia em que tornava-se capaz de reproduzir a mulher era considerada impura (BEAUVOIR, 2009). Para impedir que tal impureza se espalhasse por outras camadas da sociedade as mulheres menstruadas eram isoladas da vida em comunidade.

No Egito antigo, conforme Beauvoir (2009), as mulheres eram expostas no telhado das casas ou relegadas a um espaço fora das aldeias, onde ninguém, nem a própria mulher, poderia tocar este corpo. Nas sociedades da antiguidade as mulheres também não podiam tocar alimentos com os dedos, muitas vezes sendo também proibidas de comerem por qualquer outro meio. Todos os objetos que tinham contato com estas mulheres deveriam ser queimados, reforçando tabus e mitos sociais que serão melhor abordados ao longo desta pesquisa.

Sardenberg relaciona diretamente a menarca com a nubilidadade da jovem moça, sendo a menarca um "[...] fenômeno socialmente reconhecido como demarcador da maturidade sexual da menina." (SARDENBERG, p. 322, 1994). Dessa forma, diferente do que ocorre com os meninos, a menina tem um evento físico e concreto que iniciava a capacidade reprodutiva desta. A autora apresenta a hipótese de que o costume histórico de isolar as mulheres menstruadas está

diretamente relacionado com a falta de condições materiais para a coleta e o descarte do menstruo, sendo esta uma questão de higiene que seria sanada com o desenvolvimento tecnológico de meios para ocultação e descarte do sangue. Todavia, Sardenberg (1994) reflete que, mesmo que tal hipótese se mostrasse verdadeira, é imbuída de forte sentido pejorativo, uma vez que a noção de higiene está diretamente ligada à sujeira e à poluição. Percebe-se que mesmo com o desenvolvimento tecnológico tal hipótese pode ser refutada.

O desenvolvimento da medicina moderna a partir do século XIX gerou uma nova leva de hipóteses sobre o ciclo menstrual, que, segundo Martins (2004), tinha caráter majoritariamente patológico, onde a menstruação era considerada uma doença. A autora relata que o limiar entre a fisiologia e a patologia transpassa toda a vida reprodutiva feminina. Nesse sentido "[...] percebe-se a tendência em se dar maior ênfase às patologias menstruais do que ao fenômeno fisiológico em si, pois era papel dos médicos conhecer os entraves que porventura obstassem o destino natural da mulher" (MARTINS, 2004, p. 191), onde a menstruação apresentava-se enquanto sinal físico da instabilidade feminina, pois se acreditava que os sentimentos femininos estavam à mercê de uma patologia.

Em 1868 o médico Raciborski lançou o mais famoso tratado sobre menstruação até então, sendo usado como referência obrigatória até o século XX. Na introdução, o autor apresentava, em conformidade com Martins (2004), que os principais questionamentos que envolviam a necessidade de estudo dos ciclos menstruais estavam atrelados a ideia de casamento das jovens, ou seja, se o casamento poderia ocorrer ou não antes da menarca ou, também, se o casamento seria indicado como tratamento de alguma patologia ligada à menstruação.

Para além da capacidade núbia, os estudos fisiológicos do século XIX também eram transpostos pela crença no caráter impuro da mulher que sangra, reforçando relações desiguais de gênero ao buscar provas científicas de diferenças debilitantes femininas, o que comprovaria a sua incapacidade de exercer os mesmos papéis de poder que os homens (MARTINS, 2004). Assim posto, esta suposta debilidade oriunda da menstruação tornava a mulher, para os médicos do século XIX, um ser inapto ao trabalho físico e intelectual, de gênio irascível e mentirosa, propensas à delitos graves e até mesmo ao suicídio. Infelizmente tais justificativas eram utilizadas até recentemente: em casos onde a ré era mulher, nos Estados

Unidos da década de 1990, muitas vezes a justificativa de estar menstruada era utilizada como prova da irracionalidade feminina no momento do crime.

Nas pesquisas médicas anatomofisiológicas desenvolvidas até a metade do século XX, os médicos tinham como verdade máxima a existência de ação simpática entre os órgãos genitais e o cérebro, sendo esta a causa de inúmeros tipos de patologias mentais (MARTINS, 2004). Logo acreditava-se que as mulheres não poderiam escapar de seus destinos biológicos, enquanto os homens, por não apresentarem instabilidade em seus órgãos genitais, poderiam exercer a racionalidade e transcender a experiência humana, cabendo às mulheres, conforme apresentado por Martins (2004) submeterem-se ao seus corpos saturados de sexualidade.

A introdução das meninas aos segredos da mocidade era considerado elemento íntimo cujos segredos eram passados de mãe para filhas. As mulheres antes da menarca eram consideradas meninas; a menstruação marcava a passagem para a mocidade e, por fim, o casamento era o ingresso para a vida adulta, segundo Beauvoir (2009). Assunto cercado de silenciamentos, muitas meninas chegavam à menarca sem nenhum conhecimento sobre o assunto, onde “[...] muitas mães demonstram mau humor; a maioria não dá à criança esclarecimentos suficientes e esta continua cheia de ansiedade ante o novo estado que a menstruação inaugura.” (BEAUVOIR, 2009, p.354).

Sobre a falta de acesso à informação correta relativa a menarca, em estudo pioneiro em 1896 Haverlock Ellis inquiriu 125 alunas de uma escola estadunidense sobre a menstruação. Destas, 36 alunas desconheciam totalmente o que era menstruação no momento de seu primeiro ciclo e 39 alunas tinham vagas noções. Dessa forma, Beauvoir (2009) conclui que mais da metade dessas alunas eram ignorantes sobre o funcionamento natural dos seus corpos.

Ao não ter informações básicas sobre a menstruação Beauvoir (2009) descreve que, ao encontrarem manchas de sangue em suas peças íntimas, meninas julgavam ser vítimas de inúmeras doenças como diarreias e hemorragias, o que aumentava ainda mais a ansiedade e o medo sobre seus destinos. Tal ansiedade era fator importante para a perpetuação de mitos e tabus relativos à menstruação, pois onde a informação correta não desponta abre-se espaço para explicações míticas como forma de preencher as lacunas da falta dos saberes concretos.

### 2.3 Fatores sociais - a menstruação, os mitos e os tabus

É relevante ressaltar que por conta do estigma que o ato de menstruar possui na sociedade atual, segundo falam Bahia (2021) e UNFPA e UNICEF (2021), este tema muitas vezes é tratado de forma superficial e dismórfica. Segundo Goffman (2008) o termo *estigma* provém da cultura grega que utilizava o termo para referir-se a todos os sinais corpóreos que evidenciavam algo excepcional ou maléfico sobre o status moral daquele que o portava. O estigma era aquilo que diferia pejorativamente o estigmatizado da população dita normal. “Do ponto de vista de saúde emocional, a ausência de boas condições para o cuidado da saúde menstrual pode causar desconforto, insegurança e estresse, e contribuir para aumentar a discriminação e estigmatização” (UNFPA; UNICEF, 2021, p.14), estresse esse aumentado pela irregularidade dos ciclos menstruais durante esta fase de crescimento.

Apesar dos ciclos menstruais apresentarem-se enquanto fenômenos biológicos é necessário também o estudo de suas representações culturais, uma vez que é da natureza humana atribuir significados a fenômenos com causas e efeitos não de todo conhecidos.

Os órgãos e fluídos sexuais humanos possuem valores diferenciados conforme o contexto social a qual fazem parte. Assim, enquanto o pênis e o sêmen possuem caráter viril, forte, privilegiado, de essência da vida e perpetuação da espécie, a menstruação apresenta-se enquanto uma maldição, elemento destruidor da força vital, que faz murchar os frutos e estragarem as comidas (BEAUVOIR, 2009).

Apesar do sangue ser considerado elemento sagrado em diversas culturas representando em si o maná da vida e da morte, o sangue menstrual não possui mesmo prestígio. Ele desperta conforme Sardenberg (1994), sentimentos de aversão e/ou nojo, causando vergonha e constrangimento à mulher menstruada. A autora afirma que em diversas culturas o sangue menstrual é caracterizado enquanto agente poluidor, com poderes mágicos maléficos, cujas singularidades negativas estendem-se à mulher menstruada; assim a mera presença do menstruo já é vista como perigo em potencial.

Beauvoir (2009) mostra que, mesmo sem saber a função exata do menstruo, culturas antigas já o relacionavam com a reprodução humana considerando-o

complemento do sêmen. Em relação à impureza, o menstruo não tornava a mulher impura, segundo a autora, mas, sim, manifestava a impureza e a esterilidade feminina neste ciclo, além de representar o horror masculino sobre a fecundidade feminina.

Outro campo onde tabus e mitos sobre a menstruação se mostram fortes é a alimentação, principalmente no que se refere ao que se pode ingerir ou preparar durante os dias de fluxo. Sardenberg (1994) aponta que, em determinadas regiões do Brasil Contemporâneo persistem crenças onde a mulher menstruada não pode comer comidas frias e algumas frutas como mamão, laranja e quiabo, bem como não pode beber nada gelado, para que possa haver equilíbrio entre 'quente e frio' no organismo feminino. A proibição se estende às comidas azedas e que contêm coco, cuja consequência do consumo se apresentaria através de mal estar estomacal. Para além da ingestão dos alimentos, a produção das comidas também possui mitos que regulam suas preparações conforme o ciclo menstrual feminino. Conforme a autora, faz parte da cultura popular brasileira que mulheres menstruadas devem evitar bater bolos ou mexer mingaus, uma vez que estes irão perder o ponto de preparo ideal.

Corroborando tais mitos Beauvoir (2009) mostra relatos sobre a crença da ação do sangue menstrual no azedume de cremes e leites, além de tornar a maionese inconsistente e influenciar diretamente na fermentação - o pão não cresce - e na decomposição - a sopa azeda - de alimentos.

A exclusão da mulher menstruada de atividades e locais onde há manipulação e consumo de substâncias orgânicas que subsistem a vida ocorre pela crença, conforme Beauvoir (2009) e Sardenberg (1994), de que a mulher menstruada irradia uma energia negativa, crença esta também presente no campo religioso.

Tabus referentes à menstruação estão presentes tanto em religiões monoteístas quanto em religiões politeístas, ocidentais e orientais. Nas sociedades ocidentais onde a crença judaico-cristã mostra-se prevalente, a menstruação é considerada castigo do pecado original praticado por Eva, que deveria sangrar e vivenciar as dores do parto (BÍBLIA, Gênesis. 3:16). A influência da religião é tão grande nesse aspecto que os anglo-saxões denominam a menstruação como *the curse* (a maldição), conforme Beauvoir (2004) e Delaney *et al.* (1976).

Outro livro da Bíblia judaico-cristã que legisla sobre a mulher menstruada é o Levítico.

Quando uma mulher tiver fluxo de sangue que sai do corpo, a impureza da sua menstruação durará sete dias, e quem nela tocar ficará impuro até à tarde. Tudo sobre o que ela se deitar durante a sua menstruação ficará impuro, e tudo sobre o que ela se sentar ficará impuro. Todo aquele que tocar em sua cama lavará as suas roupas e se banhará com água, e ficará impuro até à tarde. Quem tocar em alguma coisa sobre a qual ela se sentar lavará as suas roupas e se banhará com água, e estará impuro até à tarde. Quer seja a cama, quer seja qualquer coisa sobre a qual ela esteve sentada, quando alguém nisso tocar estará impuro até à tarde. Se um homem se deitar com ela e a menstruação dela nele tocar, estará impuro por sete dias; qualquer cama sobre a qual ele se deitar estará impura. Quando uma mulher tiver um fluxo de sangue por muitos dias fora da sua menstruação normal, ou um fluxo que continue além desse período, ela ficará impura enquanto durar o corrimento, como nos dias da sua menstruação. Qualquer cama em que ela se deitar enquanto continuar o seu fluxo estará impura, como acontece com a sua cama durante a sua menstruação, e tudo sobre o que ela se sentar estará impuro, como durante a sua menstruação. Quem tocar em alguma dessas coisas ficará impuro; lavará as suas roupas e se banhará com água, e ficará impuro até à tarde. Quando sarar do seu fluxo, contará sete dias, e depois disso estará pura. No oitavo dia pegará duas rolinhas ou dois pombinhos e os levará ao sacerdote, à entrada da Tenda do Encontro. O sacerdote sacrificará um como oferta pelo pecado e o outro como holocausto, e assim fará propiciação em favor dela, perante o Senhor, devido à impureza do seu fluxo. (BÍBLIA, Levítico 15:19-30)

As concepções sobre menstruação presentes neste relato presente no Antigo Testamento identifica a menstruação enquanto fator de impureza feminina, sendo a necessidade de purificação da mulher, dos objetos utilizados pela mulher e das pessoas que a tocam elemento primordial para a possibilidade de retorno à pureza do corpo, necessária para a convivência nas sociedades onde tal crença religiosa era tida como majoritária.

Percebe-se que a busca pela pureza do ser está diametralmente ligada à impureza do menstuo feminino. Além da necessidade de isolamento feminino como forma de evitar o contágio de impurezas, também há necessidade do sacrifício de animais à figura mágica reverenciada como forma de purgar o pecado de naturalmente ficar menstruada. Apesar de não constituir prática recorrente da grande maioria dos seguidores dessa fé, as noções de impureza pregadas em Levítico ainda permeiam subjetividades contemporâneas, conforme Beauvoir (2004).

Considerando as religiões afrodiáspóricas, nos candomblés baianos também há restrições à mulheres menstruadas, apresentadas de forma contundente nos dias atuais. Nos ritos religiosos, a mulher menstruada, a que se encontra 'bajé', conforme

Sardenberg (1994) não pode participar de determinados ritos de maior importância, principalmente aqueles que versam sobre a iniciação das filhas-de-santo.

Por fim, no campo da religiosidade popular as restrições sobre o menstruo também existem na cosmologia das benzedeiras. Sardenberg (1994) apresenta relatos onde o fluxo menstrual é fator impeditivo para a realização de benzeduras, pois o menstruo leva à quebra de panelas de barro e a ineficiência da benzedura. Por isso a prática do benzimento geralmente é realizada por mulheres idosas, que já se encontram na menopausa e, portanto, não padecem mais com ciclos menstruais.

Tais mitos e tabus transcendem as culturas onde originalmente surgiram, permeando também nos dias de hoje discursos sociais sobre a menstruação. Uma das consequências da falta de acesso à informações corretas sobre menstruação é um dos fatores basilares da pobreza menstrual, como será apresentado a seguir.

#### **2.4 Fatores contemporâneos - pobreza menstrual**

Apesar de englobar uma parte significativa da população, a menstruação não é tratada historicamente enquanto tema do campo da Educação. No Brasil a dignidade menstrual é definida como a aptidão de uma pessoa para lidar com a sua menstruação de forma correta, conforme Bahia (2021). Conforme UNFPA e UNICEF (2021) a dignidade menstrual vai de encontro com a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, além da autonomia corporal e autodeterminação de gênero dos indivíduos. Quando a dignidade menstrual se apresenta enquanto privilégio, como percebe-se no Brasil, o oposto aflora: a pobreza menstrual.

Motta e Brito (2022) definem pobreza menstrual como falta de acesso à informações claras sobre o ciclo menstrual, itens de higiene e saneamento básico, bem como ao preço dos absorventes, encarecidos pela tributação excessiva dos insumos e do produto final, pois são classificados enquanto artigo de luxo.

Freire trabalha com alguns conceitos que auxiliam no entendimento do *não olhar* para a necessidade de dignidade menstrual destes estudantes que menstruam. O autor inicia a obra *Pedagogia do Oprimido* com a seguinte dedicatória: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, lutam” (FREIRE, 1974, p. 12). Quem são estes *esfarrapados do mundo* no ambiente escolar senão aqueles privados da capacidade plena de construir seu conhecimento pela falta de dignidade

para lidar com os ciclos naturais de seus próprios corpos? São as estudantes que, *sobretudo lutam* contra as adversidades que a sociedade lhes impõe, contra a falta de saneamento básico, contra a falta de poder decisório no orçamento familiar e o preço dos produtos de higiene menstrual e, sobretudo, contra a desinformação e o tabu existente sobre menstruação. Por ser uma luta contra tão grandes obstáculos e andarem sozinhas, muitas não têm forças para trilhar todo o caminho da educação básica. Acabam por permanecer no ciclo de pobreza, sem conhecimento sobre seus corpos e sem condições para lidar com eles, aumentando cada vez mais a desigualdade de gênero no país (UNFPA; UNICEF, 2021).

Freire (1974) desenvolve suas ideias dentro da concepção de uma pedagogia crítica que concebe o sentido da pedagogia enquanto meio formador de sujeitos que possam formar conhecimento. E que estes sujeitos, ao se formarem e formarem conhecimento, possam transformar a sociedade que eles habitam. Dessa forma, o acesso à informações corretas sobre os ciclos naturais que os corpos biologicamente femininos vivenciam é necessário para que este conhecimento comece a tomar forma e empodere as jovens estudantes para lutarem contra as opressões que a sociedade lhes impõe.

À medida que Freire trabalha com o processo de afirmação dos seres humanos enquanto pessoas, o autor fala que “[...] a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma "ordem" injusta que gera violência dos opressores e esta, o ser menos” (FREIRE, 1974, p.16). Por conseguinte, a desumanização das estudantes que estão menstruadas não é um elemento inerente à sua condição biológica feminina, mas, sim, uma construção social possível de ser alterada, principalmente através de atos públicos e políticos. No campo das políticas públicas a discussão sobre a pobreza menstrual tem sido fomentada por movimentos da sociedade civil. Suas pautas chegaram à agenda de parlamentares, em sua maioria mulheres, que nos últimos cinco anos aprovaram diversos dispositivos legais para auxiliar na busca pela humanização da menstruação (BAHIA, 2021).

Em uma sociedade cujo corpo político é formado majoritariamente por homens e que, por conta de sua condição biológica, não menstruam, a pobreza menstrual geralmente é tida como fato social de menor prioridade. Dentre os esforços contra a percepção da menstruação enquanto elemento social opressor destacam-se, conforme Bahia (2021) projetos de lei no Rio de Janeiro para a

redução da tributação dos absorventes; em São Paulo, que além da redução tributária, promove a educação menstrual, o fomento à pesquisa sobre o tema e o desenvolvimento e produção de absorventes de baixo custo.

Já na esfera federal o Conselho Nacional dos Direitos Humanos publicou uma recomendação no ano de 2020, para a mitigação da pobreza menstrual e a isenção de impostos dos absorventes, além da aprovação e regulamentação do Projeto de Lei nº 4.968/2019, que Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas de ensino fundamental e médio (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019). Nesta recomendação o CNDH (2020) trabalha com a justificativa de que a saúde menstrual é um direito humano básico e reafirma o dia 28 de maio enquanto Dia Internacional da Higiene Menstrual, voltado à garantia de políticas públicas para a saúde menstrual. Também reintera a necessidade de legislação sobre o assunto, pois 50,77% da população brasileira tem sexo biológico feminino, sendo as principais usuárias do Sistema Único de Saúde (CNDH, 2020).

Dentre as consequências da pobreza menstrual destaca-se que esta provoca “[...] acesso desigual a direitos e oportunidades, o que contribui para retroalimentar ciclos transgeracionais de inequidades de gênero, raça, classe social, além de impactar negativamente a trajetória educacional e profissional” (UNFPA; UNICEF, 2021, p. 4).

Em indivíduos em idade escolar a pobreza menstrual está ligada ao absenteísmo escolar, o que leva ao comprometimento da qualidade da educação básica dessas pessoas. Por conta da pobreza menstrual, segundo Lima (2021), jovens estudantes perdem em média 45 dias letivos por ano (em um universo de 200 dias letivos), tornando a menstruação mais um fator de desigualdade de gêneros na educação básica.

Com o tempo esse comprometimento aumenta a desigualdade entre homens e mulheres, segundo Silva *et al* (2020), Motta e Brito (2022) e Lima (2021). A busca por dignidade menstrual proporciona no campo econômico e social o rompimento do ciclo de pobreza, o que gera autonomia financeira. Conforme os autores, no campo da saúde há diminuição de doenças relativas à precariedade da higiene menstrual e melhores condições de planejamento familiar pois, uma vez que se amplia o acesso à informações corretas sobre o ciclo menstrual, muitos mitos sobre o processo reprodutivo são quebrados.

Jovens estudantes da educação básica em situação de risco, seja social e/ou econômica, são privadas do pleno exercício de suas atividades escolares e tem sua educação básica comprometida pelas condições de pobreza menstrual a que são submetidas, sendo oprimidas em sua construção cidadã, principalmente quando suas vivências e necessidades pelo conhecimento dos próprios corpos são negligenciadas por uma educação bancária, que visa somente a repetição dos conteúdos programados.

Na escola, a busca pela dignidade menstrual envolve a abordagem do ciclo menstrual em várias idades e espaços do currículo escolar e não somente quando do estudo sobre a reprodução humana. Também é importante não fazer distinção de gênero na abordagem destes temas, pois o conhecimento sobre menstruação por meninos colabora na formação de uma rede de apoio para as pessoas que menstruam, além de elucidar questões pertinentes ao planejamento familiar.

Dentre as possibilidades de luta da sociedade na busca pelo fim da pobreza menstrual encontra-se o uso de termos corretos relativos à menstruação, o diálogo sobre o ciclo menstrual no ambiente escolar, com estudantes de idades variadas e com a inclusão de todos os gêneros nas discussões sobre a temática. No campo político, a proposição de políticas públicas e legislações locais e nacionais que envolvam a diminuição da tributação e/ou distribuição de absorventes e ampliação da oferta de saneamento básico são um dos principais caminhos na busca pela dignidade menstrual.

## **2.5 Aproximações entre Gênero, Sexualidade e Escola**

A conceituação dos termos gênero e sexualidade se faz necessária para a diminuição dos mitos e preconceitos sobre estas temáticas, principalmente quando estas se apresentam no contexto escolar. Gênero e sexualidade são termos usualmente apresentados de forma concomitante, mas, todavia, não são sinônimos. Nos estudos de gênero o foco é na forma como o indivíduo se reconhece e, nos estudos sobre sexualidade, o foco passa a ser na forma como o indivíduo se relaciona romanticamente ou sexualmente com o outro (LOURO, 2003).

Quando pensamos no ambiente escolar como principal espaço de formação das jovens cidadãs brasileiras, a forma como se reconhecem e se relacionam com

os outros emerge enquanto componente natural do processo de ensino/aprendizagem. Fetter e Quaresma da Silva apontam que

Não raro, toma-se conhecimento que a instituição escolar é, também, influenciada pelos mais diversos valores sociais e, por vezes, institucionaliza o discurso normativo dentro da sala de aula. Assim, o silenciamento escolar por meio dessas práticas contribui para o preconceito (FETTER; QUARESMA DA SILVA, p.3, 2022)

Perceber como a escola elabora tais temas ou os silencia e quais são as rupturas e continuidades destes conteúdos nas vivências escolares é relevante para a compreensão do perfil das estudantes que estão sendo formadas. A escola então emerge como espaço de debate no campo social, onde se constroem e reproduzem as relações, desiguais ou não, entre os sujeitos, conforme Louro (2003). A autora ressalta que não é válido buscar justificativas para as desigualdades no campo biológico mas, sim, nos arranjos sociais, na forma como as representações de gênero são constituídas em cada sociedade. Também é necessário destacar que, mesmo lidando com um fato biológico como a menstruação, esta não pode ser considerada algo que existe a priori mas, sim, cujos significados apresentam-se em um constante processo de ressignificação, como todas as discussões que envolvem gênero e sexualidade.

Dito isso, Gênero e Educação são elementos que se interseccionam constantemente, haja posto, conforme Louro (2003), que o gênero é constituinte da identidade dos sujeitos, sendo a escola o principal espaço onde tais identidades são formadas. Estas identidades são plurais e em constante transmutação podendo, muitas vezes, apresentarem elementos contraditórios, segundo Louro (2003). Também é válido destacar que as questões de gênero e sexualidade não são os únicos fatores sociais que podem gerar desigualdade na formação escolar, pois

[...] o tempo de vida juvenil está marcado por algumas variáveis: entradas e saídas do sistema escolar e do mundo do trabalho, diversas configurações familiares, diferentes níveis de suporte institucional e afetivo, situações de violência física, institucional e simbólica, desigualdades de renda, racismo, desigualdades de gênero, discriminações por local de moradia, dentre outras. (BADY; QUARESMA DA SILVA, 2019, p. 2)

Dessa forma, as estudantes estão inseridas em um contexto público onde preconceitos relativos à raça e classe social emergem, onde direitos básicos da população jovem negra vem sendo cada vez mais desrespeitados e a violência e criminalização dessas jovens pode ser caracterizada enquanto processo crescente

de extermínio da juventude negra, em conformidade com Bady e Quaresma da Silva (2019).

Quando se afirma que gênero, raça e classe social são formadores da identidade dos sujeitos, juntamente com tantos outros elementos interseccionais (AKOTIRENE, 2019), admite-se que diferentes instituições sociais formam os sujeitos, como a justiça, as práticas religiosas, a política e as práticas educativas, entre outras; e o olhar para como tais instituições trabalham com as questões de gênero e sexualidade manifesta-se enquanto necessidade epistemológica.

Na sociedade ocidental contemporânea as nuances das diferenças de gênero são pouco elaboradas no ambiente escolar. Conforme destacado por Louro (2003) esse ambiente ainda é estruturado em torno da figura masculina, estabelecendo o homem como a medida padrão para todo discurso legitimado socialmente, onde “Mais uma vez se consagra a ideia que o feminino é um desvio construído a partir do masculino.” (LOURO, 2003, p. 74).

O ambiente escolar é um espaço importante no desenvolvimento das identidades e na propagação de desigualdades. A escola é uma instituição que em sua gênese delimita espaços, definindo o que cada um pode e não pode fazer (LOURO, 2003). Esta autora ressalta também que a desigualdade no espaço da escola é perceptível através de pequenos indícios, onde tempo e espaço não são concebidos para o uso de todas as pessoas que nesse ambiente transitam.

A experiência escolar deixa uma marca indelével nos corpos das estudantes que dela provaram, uma vez que, de forma muito eficaz e sutil, impregna as identidades delas através de dispositivos e práticas, tornando-as pessoas “escolarizadas”. Essa marca de identidade é representada na forma como se aprende a olhar o outro e a si mesma, a ouvir, falar e para quem calar, se desenvolve uma postura física, se identifica o que é bom e decente e a necessidade de rejeitar os indecentes (LOURO, 2003). Tais práticas podem perpetuar mitos e tabus sobre a natureza dos corpos que ali se formam, quando deixam de seguir o padrão masculinamente aceito socialmente.

Como forma de modificar tais marcas nos corpos escolarizados, é necessário “[...] questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem” (LOURO, 2003, p. 64). Ao atentar a forma como se ensina, à forma como se aprende e ao que efetivamente os estudantes aprenderam daquilo que foi proposto, a/o docente pode perceber e

trabalhar para diminuir as formas de desigualdade a que as alunas são expostas, principalmente em relação ao sexismo, racismo e etnocentrismo.

Além da preocupação com os discursos escolares, é importante salientar que os silenciamentos também são fatores relevantes no fomento de desigualdades na escola pois, “[...] os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados” (LOURO, 2003, p. 67). Dessa forma, ao silenciar conteúdos transpassados por gênero e sexualidade, tomando por exemplo as discussões das relações sociais frente à menstruação de estudantes, estas podem considerar que tal fato de suas vidas não possui relevância, minimizando um aspecto importante de sua constituição enquanto mulheres.

Mas, porque pesquisar os cruzamentos entre gênero, sexualidade e educação? Porque deve-se distanciar de tendências que utilizam comportamentos adultos como parâmetros para a compreensão de vivências entre crianças e adolescentes (LOURO, 2003). Uma menina de 14 anos irá vivenciar seus ciclos menstruais de forma totalmente diferente de uma mulher de 30 anos, que também terá experiências diferentes de uma mulher de 50 anos. As preocupações são diferentes, as responsabilidades também e as identidades e bagagens sócio-culturais são tão díspares que não é possível fechar os olhos para as especificidades da experiência feminina menstrual enquanto ela está se constituindo na puberdade.

Não tratar sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar não irá fazer com que tais assuntos não adentrem os muros da escola pois “É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz” (LOURO, 2003, p. 80/81). Se tais temas estão no currículo, oculto ou não, da escola, é porque eles fazem parte dos sujeitos, tanto as aprendentes quanto os ensinantes, não é uma roupa que possa ser despida ou uma ideia que possa ser esquecida. Portanto, no âmbito da gestão escolar, “as instituições de ensino, através da gestão da prática pedagógica, devem contemplar e combater os estereótipos negativos no intuito de promover a aceitação das diferenças” (FETTER; QUARESMA DA SILVA, 2022), pois o combate ao estigma e aos tabus que a menstruação têm na sociedade deve envolver todo o ambiente escolar para que tenha resultados positivos,

auxiliando também no acolhimento da multiplicidade de gêneros e sexualidades que permeiam os indivíduos que convivem no universo escolar.

A menstruação é um elemento natural que está presente no cotidiano escolar, de forma implícita e explícita. O início do ciclo menstrual geralmente se dá ao longo da educação básica, principalmente ao longo do Ensino Fundamental. Este é um dos elementos que marcam a puberdade em meninas, a entrada na adolescência, o início da vida fértil e, muitas vezes, o início também das vivências sexuais. As mudanças nos corpos e nos hábitos podem implicar na capacidade de concentração dessas estudantes, bem como nas relações sociais dentro do cosmos da sala de aula.

Para que se consiga superar o caráter de estigma que é dado à menstruação é necessário possibilitar a troca de experiências em sala de aula, pois é na horizontalidade do processo de ensino/aprendizagem que estigmas são dissolvidos. Sobre possibilitar tais trocas, Freire (1974) fala que no campo da educação não existe *falar para* alguém; quem *fala para* não está educando, é necessário *falar com* as estudantes em sala de aula, fomentar o diálogo sobre suas vivências, sobre seus corpos e sobre como as transformações naturais destes interferem na sua vivência escolar. É criar espaços de educação horizontal, não autoritária e opressora, pois educar não é transferir conhecimento, é possibilitar a circulação e transformação desse conhecimento, é conceber que todos os envolvidos são autores dos saberes que foram ali produzidos (FREIRE, 1974). Também é lutar contra uma educação bancária, conceito definido por Freire (1974) que desumaniza, que transforma a estudante em coisa, que tira dela a posição de protagonista de sua própria jornada de conhecimento.

O silenciamento e a omissão de discussões sobre a menstruação invisibilizam, conforme UNFPA e UNICEF (2021), um fenômeno fisiológico e recorrente, o que fomenta mitos, tabus e estigmas que impactam de forma global no *status quo* de pessoas que menstruam. "Omitir-se diante desses temas, mesmo que dividam opiniões, é dar oportunidade ao preconceito dentro da própria escola" (FETTER; QUARESMA DA SILVA, 2022, p. 7). Assim, tabus e estigmas podem restringir a participação de estudantes em atividades físicas, brincadeiras e a convivência com círculos de amizades, atos importantes para o pleno desenvolvimento de competências relevantes para a formação global do ser humano.

Observar a construção das diferenças de gênero no ambiente escolar é necessário pois, para além do campo educacional, este também é um campo político onde as diferenças são perpassadas por relações de poder, onde

A linguagem, as táticas de organização e de classificação, os distintos procedimentos das disciplinas escolares são, todos, campos de um exercício (desigual) de poder. Currículos, regulamentos, instrumentos de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos. (LOURO, 2003, p. 84/85)

Dessa forma, a constituição do currículo escolar, principalmente na escolha e descarte dos conhecimentos a serem ensinados, revela e legitima divisões sociais entre grupos distintos. Conforme Louro, “[...] isso implica disposição e capacidade para interferir nos jogos de poder” (LOURO, 2003, p. 86) através do desenvolvimento de estratégias de intervenção neste sistema, com o princípio de reconhecimento das formas de instituição das desigualdades entre os sujeitos, sendo estas intervenções tentativas de ruptura de preconceitos.

## **2.6 Legislação federal no âmbito da educação e da saúde do escolar**

Após o período de redemocratização do Brasil ao fim da década de 1980 houve um movimento da sociedade para pensar sobre a educação pública nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996) foi o primeiro dispositivo legal a ser constituído nesse período, contendo as concepções primordiais sobre educação básica, sejam no âmbito administrativo, seja na concepção curricular.

As discussões que levaram a criação da LDBEN, promulgada ao fim do ano de 1996, também trouxeram à tona a necessidade de criar um dispositivo que representasse uma referência de qualidade e uniformidade para a educação pública brasileira (BRASIL, 1996). Para tanto foram idealizados os Parâmetros Curriculares Nacionais, primeiramente para o Ensino Fundamental e, posteriormente, estendendo-se ao Ensino Médio. As disposições curriculares ali explicitadas não tinham como objetivo configurarem-se como um modelo impositivo e homogêneo, mas, sim, um modelo que respeitaria as singularidades regionais brasileiras e a autonomia do corpo pedagógico das redes de ensino (PCN, 1997). Assim sendo, os PCNs foram diretrizes nacionais que orientaram o currículo das redes de ensino, de forma compulsória nas redes públicas e de forma optativa nas redes particulares.

Em vigor entre os anos de 1997 e 2017, os PCNs, isto é, a forma como os conhecimentos se estruturam e se articulam na comunidade escolar brasileira, compreendiam os estudos sobre gênero e sexualidade enquanto passíveis de elaboração no ambiente escolar. Juntamente com outras áreas, a Orientação Sexual era apresentada enquanto Tema Transversal (PCN, 1997), ou seja, seus conteúdos, incluído a menstruação, poderiam ser desenvolvidos ao longo de todo o currículo, em disciplinas e anos variados, o que possibilitava o ensino sobre o ciclo menstrual para meninas antes que este se iniciasse, preparando-as para as mudanças que enfrentariam então. Todavia no ano de 2017 foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que substituiu os PCNs e deixou uma lacuna sobre as temáticas de gênero no currículo

Um dos fatores determinantes para a produção de fato da futura BNCC foi a criação do PNE 2014/2024 através da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências (BRASIL, 2014). O corpo da lei prevê vigência de um decênio para o cumprimento das dez diretrizes propostas na busca por um padrão educacional básico.

Para atender as proposições do PNE foi estimulada a reformulação da base curricular nacional, culminando na publicação da BNCC em 2018. A BNCC é uma normativa elaborada pelo Conselho Nacional de Educação que organiza o conjunto de aprendizagens elementares que todos os alunos da educação básica devem desenvolver ao longo de sua jornada de estudos. Ao fim de sua experiência na educação básica, o aluno deverá ter desenvolvido dez competências gerais, que são definidas como

[...] mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BNCC, 2018, p.8)

Enquanto documento regulador da educação nacional, a BNCC apresenta-se enquanto estratégia balizadora da educação brasileira através do estabelecimento de níveis mínimos de aprendizagem (BNCC, 2018). É de caráter compulsório para as redes de ensino públicas e de caráter optativo para as redes de ensino privadas.

A BNCC compreende todos os níveis de ensino da Educação Básica - Educação Infantil e Ensinos Fundamental e Médio - diferente dos PCNs, que

originalmente regulavam o Ensino Fundamental, com publicação do Ensino Médio posteriormente - nunca chegando ao nível da Educação Infantil.

Como os PCNs, a elaboração da BNCC foi de caráter aberto e participativo, contando com representações de instituições educativas públicas e privadas, internacionais, nacionais, estaduais e municipais, além da sociedade civil. Estes participantes produziram pareceres ao longo da construção das três versões da BNCC, sendo estes documentos também de acesso público pela internet.

Outro ponto a ser destacado é que a BNCC não apresenta elementos análogos aos Temas Transversais presentes nos PCNs, que permeavam toda a concepção curricular da educação até então.

Explicitamente na BNCC a menstruação é um dos temas trabalhados na disciplina de Ciências, no oitavo ano do Ensino Fundamental, conforme a proposta curricular nacional vigente (BNCC, 2018). É necessário destacar que nas discussões sobre a construção da Base Nacional Comum Curricular as questões referentes às temáticas Gênero e Sexualidade foram suprimidas do texto final, pelo Conselho Nacional de Educação - órgão redator da BNCC - a pedido do Ministério da Educação (TOKARINA, 2017). Dessa forma, tais temáticas foram relegadas ao aspecto biológico discutido ao longo do estudo do aparelho reprodutor feminino. Esta decisão pode estar ligada a um movimento conservador presente nos últimos anos nas bancadas políticas brasileiras, para os quais questões referentes à busca pela igualdade de gêneros mostra-se nula.

A busca pelo respeito à diversidade no ambiente escolar é uma caminhada contínua onde o preconceito e o fundamentalismo emergem enquanto principais obstáculos. Ao fundamentar as questões de gênero enquanto direitos humanos, no empenho por uma sociedade mais igualitária e sem distinção entre as possibilidades de exercício pleno da cidadania tanto por homens como por mulheres, bem como a vivência das múltiplas formas de ser e desejar, estas questões afloram na concepção da educação de qualidade enquanto direito de todos, objetivo máximo do PNE e da BNCC.

Apesar da supressão dos termos gênero e sexualidade da BNCC é ilusão acreditar que dessa forma tais temas não fazem parte das vivências das comunidades escolares. Considerando o gênero e a sexualidade como elementos naturais e inerentes à condição humana, mesmo que de forma implícita, velada e segregada às discussões privadas, toda a pedagogia tem um viés sexual e de

gênero ao legitimar determinadas práticas e identidades e marginalizar outras. A divisão de brinquedos de menina e brinquedos de menino, o silenciamento sobre a masculinidade tóxica e o bullying que muitas vezes dela advém, bem como a estigmatização das funções naturais dos corpos na puberdade, como a masturbação e a menstruação, também representam discursos de gênero e sexualidade no currículo escolar, mas de forma excludente.

A presença explícita da discussão sobre gênero e sexualidade no currículo escolar é essencial para a quebra do paradigma da heteronormatividade e do gênero fisiológico enquanto únicos arquétipos de normalidade aceitos socialmente, proporcionando aos estudantes a aceitação, vivência e convivência com representação de gênero e sexualidades múltiplas, diminuindo a hegemonia das masculinidades e oportunizando melhores condições de vida em sociedade para todas as identidades e formas de amar.

Para olhar mais atentamente para a saúde dos alunos da educação básica, em 2007 foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, o Programa Saúde na Escola. O PSE tem como finalidade "[...] contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde" (BRASIL, 2007). Tem como sujeitos beneficiados estudantes da educação básica, da EJA e da educação profissional da rede federal, bem como gestores e profissionais de educação e saúde e a comunidade escolar como um todo.

A aderência ao PSE não é compulsória, o que faz com que o Programa não seja desenvolvido em toda a educação básica pública. As ações de educação e saúde promovidas pelo PSE são realizadas em territórios compactuados, sendo a aderência ao programa facultativa à estados e municípios conforme área de abrangência das Equipes de Saúde da Família (ESF) gerenciadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

As ações previstas no PSE consideram a atenção, prevenção e assistência em saúde e devem ser articuladas com os currículos e realidades escolares. Dentre as ações elencadas, relacionam-se diretamente com o tema desta pesquisa:

I - avaliação clínica; XII - promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva; XIV - educação permanente em saúde; XVI - promoção da cultura da prevenção no âmbito escolar e XVII - inclusão das temáticas de educação em saúde no Projeto Político Pedagógico das escolas. (BRASIL, 2007)

O trabalho conjunto entre profissionais da saúde e da educação pode minimizar as lacunas existentes entre as duas áreas públicas para a formação integral dos jovens estudantes.

Pensar sobre as especificidades do corpo feminino é algo relativamente novo no campo legislativo brasileiro. Para complementar o rol de leis elencadas anteriormente que envolvem a educação e a saúde do escolar, em 2021 foi promulgada a Lei nº 14.214/21, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino (BRASIL, 2021). É importante ressaltar que, até esta data, o principal produto para a higiene menstrual - os absorventes - não faziam parte das cestas básicas distribuídas para a população mais necessitada, inviabilizando os corpos de milhares de mulheres e meninas brasileiras e fomentando a pobreza menstrual.

O Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual foi criado para o combate da Pobreza Menstrual no Brasil através da oferta gratuita de absorventes higiênicos e outros cuidados básicos de saúde menstrual não devidamente especificados. O programa prevê quatro categorias de beneficiadas:

I - estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública de ensino; II - mulheres em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social extrema; III - mulheres apreendidas e presidiárias, recolhidas em unidades do sistema penal; e IV - mulheres internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa. (BRASIL, 2022)

Apesar de representar um passo importante na busca pela dignidade menstrual para populações femininas vulneráveis, a presente lei ficou marcada por vetos presidenciais e a fala do presidente da república em exercício, Jair Bolsonaro:

Não sabia, a mulher começou a menstruar no meu governo. No governo do PT não menstruava, no do PSDB não menstruava também. O cara apresenta um projeto, mas não apresenta a fonte de recurso. Se eu sanciono, se não tiver de onde vem o recurso, é crime de responsabilidade. Se o PT voltar, as mulheres vão deixar de menstruar e está tudo resolvido, ironizou. A gente sabe o que é isso, a dificuldade da mulher que não tem recurso, a gente sabe disso. Agora, tudo joga na conta do Estado, sem responsabilidade. Qualquer coisa que eu faça para ajudar alguém, outro alguém vai ter que pagar, ou dinheiro cai do céu?, completou. (SOARES, 2021)

O discurso acima representa o pensamento de muitos legisladores homens que, ao desconsiderar os corpos femininos das interpretações das legislações em saúde e educação e da obrigatoriedade do estado de fornecer condições minimamente dignas de vida para seus cidadãos, aumentam as desigualdades de gênero em todos os âmbitos da nossa sociedade.

### **3 BORRANDO FRONTEIRAS ACADÊMICAS: TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS SOBRE MENSTRUAÇÃO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Para delinear como os trabalhos de pós-graduação brasileiros retratam as intersecções entre menstruação e jovens estudantes foi realizada pesquisa nas bases de dados Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e, para ampliar o olhar relativo às publicações sobre o tema, na *Brasil Scientific Electronic Library Online* - SciELO, como veremos nos tópicos a seguir.

Inicialmente foi realizada pesquisa com o descritor “POBREZA MENSTRUAL” nas bases de dados, o que não gerou resultados, possivelmente por ser mais específico e não estar tão difundido na literatura científica, resultando em uma quantidade limitada de estudos disponíveis nas bases de dados. Para dar prosseguimento à pesquisa escolheu-se o descritor “MENSTRUAÇÃO” em detrimento de “POBREZA MENSTRUAL”. O descritor “MENSTRUAÇÃO” possui uma presença um pouco maior na literatura acadêmica, cobrindo uma gama diversificada de estudos relacionados à fisiologia, saúde reprodutiva, aspectos psicossociais, educação e outros tópicos associados ao ciclo menstrual.

#### **3.1 Teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD**

A pesquisa na BDTD foi realizada utilizando o descritor “MENSTRUAÇÃO”, encontrando um total de 164 resultados, 105 dissertações e 59 teses. Para otimizar a análise, procedeu-se a uma leitura dinâmica dos títulos elencados, sendo apresentadas de maneira discriminada no Quadro 1 apenas as pesquisas que estabelecem alguma relação entre menstruação e jovens estudantes/adolescentes. Na delimitação temporal adotada, não se restringiu a análise aos resultados referentes apenas aos últimos cinco anos, uma vez que se constatou uma escassez de pesquisas no período mencionado. Nesse contexto, optou-se por abranger o espectro temporal desde a primeira pesquisa defendida em 1988. Tal abordagem visa proporcionar uma compreensão abrangente e histórica das pesquisas sobre menstruação e educação, permitindo a contextualização e análise evolutiva das abordagens e conceitos ao longo do tempo.

**Quadro 1** - Dissertações BDTD com o descritor “MENSTRUUAÇÃO”

(continua)

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>PPG/ Instituição</b>	<b>Orientador</b>
1988	Silvia Marina Anaruma	A sexualidade de meninas institucionalizadas: uma realidade em construção	Não há	Educação/ UNICAMP	Carlos A. Vidal França
1995	Liliane Diefenthaler Herter	Distúrbio menstrual em adolescentes	Não há	Clínica Médica/ UFRGS	Poli Mara Spritzer
1999	Silvia Diez Castilho	Crescimento pós-menarca: relação com idade, estatura e índice de massa corpórea na menarca	Não há	Ciências Médicas/ UNICAMP	Antonio A. Barros Filho/ Maria Ignez Saito
2012	Raquel Siqueira Barcelos	Distúrbios menstruais em mulheres de 15-54 anos de idade na cidade de Pelotas, RS	Não há	Epidemiologia/ UFPeI	Roberta de Vargas Zanini
2013	Adriana Beletato dos Santos	Idade da menarca, tendência secular e fatores associados: um estudo de base populacional em uma cidade do Sul do Brasil	Menarca. Menstruação. Puberdade. Obesidade. Índice de massa corporal. Antecipação puberal. Tendência secular. Brasil.	Ciências da Saúde/ UEM	Sandra Marisa Pelloso
2013	Mariana Telles de Castro	Indicadores antropométricos, de maturidade e percepção da imagem associados à ocorrência da menarca em adolescentes brasileiras	Adolescente. Antropometria. Autoimagem. Brasil. Epidemiologia. Composição corporal. Fisiologia. Criança. Estudos transversais. Idade de início. Imagem corporal. Índice de massa corporal. Maturidade sexual. Medicina do adolescente. Menarca.	Pediatria/ USP	Maria Ignez Saito
2018	Andressa Cabral de Miranda	Prevalência de Tríade da Mulher Atleta em adolescentes de escola municipal vocacionada para o esporte	Tríade da mulher atleta. Medicina do adolescente. Amenorréia. Desordens alimentares. Densidade mineral óssea. Modalidade esportiva. Exercício.	Alimentação Nutrição e Saúde/ UERJ	Josely Correa Koury

(conclusão)

2018	Camilla Leal	Revolução dos costumes ou manutenção da ordem?: Uma análise dos discursos sobre reprodução e sexualidade nas páginas das revistas Cláudia e Nova (1970-1979)	Revistas Femininas. Reprodução. Sexualidade. História Brasil.	História das Ciências e da Saúde/ Fiocruz	Marcos Cueto
2019	Luciana Henzel dos Santos	Educação sexual no ensino fundamental: construindo uma unidade didática	Educação sexual. Sexualidade. Ensino fundamental. Ensino de ciências. Unidade didática.	Ensino de Ciências e Matemática/ UFPel	Francel e de Abreu Carlan
2019	Diana da Silva Marinho	Lidando com um fenômeno natural e que ficará para sempre: a menstruação e suas influências na vida da mulher	Cuidado de enfermagem. Mulheres. Menstruação. Interação simbólica.	Enfermagem/ UERJ	Octavio Muniz da Costa Vargens
2019	Evelyn Teixeira Nery	Práticas dos cuidados de saúde na primeira menstruação da mulher Waikhana de Santa Isabel do Rio Negro-AM: do passado ao presente	Alimentação. Indígena. Mulher. Resguardo. Saúde	Sustentabilidade de Junto a Povos e Territórios Tradicionais/ UnB	Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Fonte: elaborado pela autora.

Nas dissertações encontradas é notório que apenas três delas não têm sua origem vinculada a um Programa de Pós-Graduação (PPG) na área da Saúde, sendo elas provenientes dos programas de Educação na UNICAMP, Ensino de Ciências e Matemática na UFPel, e Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais na UnB. Estas dissertações foram selecionadas para uma leitura mais aprofundada, mediante uma abordagem de leitura flutuante.

A primeira dissertação defendida no Brasil que relacionou menstruação e adolescentes foi “A sexualidade de meninas institucionalizadas: uma realidade em construção”, de Silvia Marina Anaruma, em 1988, pelo PPG Educação, da UNICAMP - São Paulo. Não apresenta palavras-chave. Anaruma é bacharel em Psicologia, Mestre em Educação e realizou doutorado em Ciências Médicas. Hoje é Professora Assistente da Universidade Estadual Paulista, lotada no Departamento de Educação. Esta dissertação teve como objetivo "Verificar que realidade está sendo construída sobre a sexualidade, em um grupo de meninas institucionalizadas, através de três indicadores: menstruação, intercurso sexual e maternidade" (ANARUMA, 1988, p.5). Para tanto, a autora utilizou entrevistas semi-estruturadas com sete meninas entre 13 e 14 anos, na instituição que estavam internas. Os

dados obtidos foram interpretados de acordo com o método de Análise de Conteúdo. Chegou a conclusão de que estas meninas estavam construindo suas sexualidades em meio à desinformação e repressão sexual que interferiam diretamente na forma como concebiam seus corpos.

A segunda dissertação selecionada, “Educação sexual no ensino fundamental: construindo uma unidade didática”, de Luciana Henzel dos Santos, foi defendida em 2019, 31 anos após a primeira pesquisa, pelo PPG Ensino de Ciências e Matemática, da UFPel - Rio Grande do Sul. É válido destacar que nas palavras-chave apresentadas não estão presentes menstruação nem outras palavras que dela advêm, sendo esta diluída dentro de Educação Sexual. Santos é licenciada em Ciências Biológicas, Especialista em Ecologia Aquática e Costeira e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática, atualmente trabalhando como docente da educação básica no município de Morro Redondo/RS. Essa dissertação teve como objetivo:

Investigar a realidade encontrada em uma escola rural de um Município da Região Sul do Rio Grande do Sul sobre o tema “sexualidade”, bem como as concepções dos alunos do ensino fundamental sobre o assunto através do desenvolvimento de uma proposta de ensino (SANTOS, 2019, p.8).

Para tanto, a autora desenvolveu uma unidade didática chamada *Falando de Sexo*, aplicada em oito aulas, contando com reflexões biológicas e psicológicas. Foi utilizado como método de coleta de dados a gravação das aulas e o diário de campo. Chegou a conclusão de que estes alunos são inseguros e desinformados sobre suas sexualidades, não possuem abertura familiar para debater este tema, sendo amigos e internet suas principais fontes de informação.

A última dissertação encontrada, “Práticas dos cuidados de saúde na primeira menstruação da mulher Waíkhana de Santa Isabel do Rio Negro-AM: do passado ao presente”, de Evelyn Teixeira Nery, também foi defendida em 2019, mas pelo PPG Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais/UnB - Brasília. As palavras-chave também não mencionam menstruação, mas o título apresenta a menarca como elemento-chave. Nery é bacharel em Nutrição e Mestre em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais. Não foram encontradas informações sobre atuação da pesquisadora, somente que esta identifica-se enquanto indígena. Essa dissertação teve como objetivo: "Apresentar as experiências de mulheres indígenas de Santa Isabel do Rio Negro-Amazonas, a respeito das práticas dos cuidados no resguardo da primeira menstruação" (NERY,

2019, p.6). Tem como base metodológica registros orais, entrevistas, conversas, observações e anotações de campo envolvendo o grupo familiar Waikhana e parentes agregadas por casamentos. Esta pesquisa deu origem ao livro *Kunhã Poranga/Kunhã Muku*, com informações sobre o resguardo na menarca, como forma de valorizar o conhecimento ancestral e promoção da saúde da mulher indígena.

Com o mesmo descritor anteriormente apresentado, foram encontradas 59 teses sobre menstruação. Através de leitura flutuante dos títulos e palavras-chave, foram selecionadas três teses que relacionam menstruação com estudantes/adolescentes (Quadro 2). Todas são de Programas de Pós-Graduação da Área de Ciências da Saúde, sendo que uma apresenta relação direta entre menstruação e estudantes, como veremos à seguir:

**Quadro 2 - Teses BDTD com o descritor “MENSTRUAÇÃO”**

Ano	Autor	Título	Palavras-chave	PPG/ Instituição	Orientador
2005	Maria Regina Domingues de Azevedo	Influências dos fatores individuais e sócio-culturais na ocorrência da síndrome pré-menstrual (SPM) em adolescentes	Adolescente. Menstruação. Psicologia. Síndrome pré-menstrual.	Pediatria/ USP	Maria Ignez Saito
2010	Julieta Seixas Moizés	Educação sexual, corpo e sexualidade na visão dos alunos e professores do ensino fundamental	Corpo. Educação em Saúde. Educação Sexual. Ensino Fundamental. Sexualidade.	Enfermagem Psiquiátrica/ USP	Sonia Maria Villela Bueno
2019	Raquel Santos Monte Queiroz	Inovação tecnológica para o Programa Saúde na Escola face ao planejamento reprodutivo para adolescente	Adolescente. Tecnologia da Informação. Sexualidade. Contracepção. Escola.	Saúde Coletiva/ UNIFOR	Mirna Albuquerque Frota

Fonte: elaborado pela autora.

A tese selecionada, “Educação sexual, corpo e sexualidade na visão dos alunos e professores do ensino fundamental”, de Julieta Seixas Moizés, foi defendida em 2010 pelo PPG Enfermagem Psiquiátrica/ USP. As palavras-chave não mencionam menstruação, que está diluída em Educação Sexual e Sexualidade. A autora é Psicóloga, Mestre em em Enfermagem Psiquiátrica e Doutora em Enfermagem Psiquiátrica. Atua com psicologia clínica. Essa tese teve como objetivo: “Levantar o significado que alunos e professores dão sobre o tema central articulado com a escola, tendo em vista planejar proposta de programa educativo, sobre esses

assuntos, favorecendo o conhecimento do educando e educador para lidarem com estas questões no cotidiano escolar” (MOIZÉS, 2010, p.6).

Metodologicamente utilizou a pesquisa-ação, com observação participante e diário de campo, além de entrevistas e questionário aplicados com 44 alunos de 7ª e 8ª séries do ensino fundamental e seis professores de língua portuguesa, ciências e educação física, de uma escola estadual de Ribeirão Preto/SP. A análise de dados se fundamentou em Freire (1974) e Thiollent (2005). Como técnicas de coleta de dados, foram utilizadas a Observação Participante: usando o Diário de Campo para o registro dos achados (local e participantes) e a entrevista norteada por um questionário. A amostra constituiu-se de 44 alunos de 7ª. e 8ª. séries e 6 professores (de língua portuguesa, ciências e educação física) do ensino fundamental, de uma Escola Estadual, localizada em Ribeirão Preto/SP.

A análise de dados se deu por categorização e a interpretação dos dados se fundamentou nos referenciais teóricos metodológicos propostos por Freire (1974) e Thiollent (2005). Dentre os resultados obtidos, a pesquisadora verificou que as dúvidas dos estudantes são básicas, principalmente sobre menstruação, bolinação e beijo na escola, e que a escola quase não fala sobre esses temas. Quando o tema gênero emergiu, foi somente para apresentar as diferenças entre homens e mulheres, com foco maior nas desvantagens de ser mulher, sendo a menstruação um fator bastante presente nesse momento. Os professores reiteram o despreparo para falar sobre o assunto, além da falta de materiais didáticos. Por fim foi desenvolvida uma proposta interventiva na escola através de ações educativas no campo da educação sexual.

### **3.2 Teses e dissertações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES**

Com o descritor “MENSTRUACÃO” foram encontrados 176 resultados, entre dissertações e teses. Destes, foi realizada leitura flutuante dos títulos e palavras-chave, sendo selecionadas nove dissertações (Quadro 3) e duas teses (Quadro 4) que relacionassem menstruação com jovens estudantes/adolescentes. Importa salientar que esta contagem exclui trabalhos previamente apresentados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), evitando duplicidade nos registros presentes em ambas as bases de dados.

**Quadro 3 - Dissertações com o descritor “MENSTRUAÇÃO” com foco em adolescentes no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes**

Ano	Autor	Título	Palavras-chave	PPG/ Instituição	Orientador
1996	Soraia Jordão Almeida	Meninas - moças: olhares de um corpo	Não há	Serviço Social/ UFPB	Neide Miele
1998	Maria do Carmo Quinello Carnesecca	Mulheres Adolescentes de Araraquara: Saúde Reprodutiva, Maternidade e Gênero	Mulheres. Adolescentes. Saúde Reprodutiva. Relações de Gênero. Araraquara.	Sociologia/ UNESP	Lucila Scavone
1998	Zuleide Félix Cabral	Sangramento uterino anormal na adolescência	Não há	Pediatria/ USP	Anita Szochor Colli
2002	Mara Lúcia Barros De Oliveira	Relação entre idade da menarca e subsequente potencial reprodutivo em mulheres das regiões sul e oeste da Grande São Paulo	Informação não encontrada	Saúde Materno Infantil/ UNISA	Mario Cavagna
2002	Dulce Aparecida Martins	A sexualidade sob o ponto de vista de adolescentes do sexo feminino	Adolescência. Sexualidade	Enfermagem Psiquiátrica/ USP	Ana Maria Pimenta Carvalho
2006	Jeovany Martinez Mesa	Padrões de crescimento na infância e ocorrência de menarca antes dos 12 anos de idade: estudo de coorte de nascimentos de Pelotas, 1982	Não há	Epidemiologia/ UFPEl	Cora Luiza Araújo
2007	Fábio da Silva Gomes	Avaliação antropométrica de adolescentes residentes em Niterói, Rio de Janeiro - Pesquisa de Nutrição, Atividade Física e Saúde “PNAFS” 2003	Avaliação nutricional. Estado nutricional. Adolescente. Antropometria	Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais/ ENCE	Mauricio Teixeira Leite de Vasconcelos
2013	Virgínia Palmeira Moreira	"Pronto, agora já sou moça": valores, crenças e saberes que envolvem a menstruação	Corpo. Menstruação. Gênero. Natureza. Cultura.	Ciências Sociais/ UFCCG	Mércia Rejane Rangel Batista
2021	Caroline Luiza Willig	Tá de Chico? Estigmas do sangue na mídia e na escola	Menstruação. Estigmas. Educação. Mídia	Processos e Manifestações Culturais/ Feevale	Saraí Patricia Schmidt
2022	Dayana Almeida Silva	Abordagem da menstruação nas dissertações de educação sexual: algumas reflexões	Educação Menstrual. Menstruação. Gênero. Dignidade Menstrual. Sexualidade.	Profissional em Educação Sexual/ UNESP	Paulo Rennes Marçal Ribeiro
2022	Esther Karollinne de Carvalho Laranja	Menstruação, o sangue impuro: o papel da publicidade no reforço da identidade feminina construída para o consumo	Tabu da menstruação. Espetacularização da vulva. Publicidade do absorvente Always. Coletor menstrual – Fleurity. Dia da visibilidade menstrual. Pobreza menstrual. Análise semiótica do cotidiano.	Mídia e Cotidiano/UFF	Patrícia Gonçalves Saldanha

Fonte: elaborado pela autora.

No conjunto de dissertações listadas, procedeu-se a uma leitura minuciosa dos resumos das pesquisas, resultando na escolha de sete trabalhos para uma análise mais aprofundada dos temas de pesquisa.

A primeira dissertação que apresentou um olhar para o corpo feminino de meninas foi “Meninas-moças: olhares de um corpo”, de Soraia Jordão Almeida, pelo PPG Serviço Social da UFPB. Infelizmente não está disponível na internet e não foram encontradas maiores informações sobre a atuação da autora.

A segunda dissertação selecionada, “Mulheres Adolescentes de Araraquara: Saúde Reprodutiva, Maternidade e Gênero”, de Maria do Carmo Quinello Carnesecca, foi defendida em 1998, pelo PPG Sociologia, da UNESP. É oportuno destacar que, entre as palavras-chave, constam somente referências à adolescentes e saúde reprodutiva, além de relações de gênero, não possuindo destaque o tema menstruação. Atualmente, Carnesecca é docente do curso de Turismo e Administração de Empresas na FAIBI/SP.

Essa dissertação teve como objetivo: “Traçar o perfil de 73 mulheres adolescentes de 14 a 20 anos, frequentadoras dos serviços de saúde públicos e particulares de Araraquara, nos aspectos sócio-econômico e de saúde reprodutiva” (CARNESECCA, 1998, p.6). Dentre os objetivos específicos destaca-se “saber se essas adolescentes tinham informação a respeito de: saúde reprodutiva (menstruação, contracepção, gravidez e parto)” (CARNESECCA, 1998, p.6), onde o tema menstruação aparece como primeiro elemento da saúde reprodutiva da adolescente. Os dados levantados foram analisados através da perspectiva teórica de gênero. Dentre os resultados, a autora destacou a alta incidência de maternidade na adolescência, onde mais de 80% das entrevistadas estavam grávidas ou já eram mães, e que a gravidez na adolescência traz riscos ao desenvolvimento dessas meninas, como o absenteísmo escolar e a perda de boas colocações no mercado de trabalho. Infelizmente, o tema menstruação não esteve presente nas considerações finais da autora.

A terceira dissertação selecionada, “A sexualidade sob o ponto de vista de adolescentes do sexo feminino”, de Dulce Aparecida Martins, foi defendida em 2002 pelo PPG Enfermagem Psiquiátrica, da USP. Após a defesa de sua dissertação, Martins fez doutorado em Ciências Biomédicas pela IUNIR, na Argentina, com o tema Shiatsu. Atualmente é professora na Universidade Federal dos Vales do

Jequitinhonha e Mucuri, desenvolvendo trabalhos na área de cicatrização de feridas, desviando-se do tema gênero e sexualidade.

Sua dissertação teve como objetivo “Conhecer o que pensam as adolescentes, em fase escolar, acerca da sexualidade” (MARTINS, 2002). Dentre os temas indicados na pesquisa, menarca e menstruação tem destaque enquanto eventos bio-psico-sociais relevantes para essa faixa etária. A autora realizou estudo descritivo, com abordagem quantitativa, em uma cidade do interior de São Paulo, através do uso de questionário. Os resultados, segundo a autora, apontam que a maioria das entrevistadas eram solteiras, de famílias formadas por mãe, pai e irmãos, com renda entre dois e cinco salários mínimos. Sobre o tema menstruação, a autora aponta que as informantes destacam: “mudanças corporais e aquisição da identidade feminina e na responsabilidade, mudanças psicológicas e aumento da sensibilidade e emotividade. A idade média da menarca foi 12 anos.” (MARTINS, 2002).

Onze anos após a escrita de Martins (2002), Virgínia Palmeira Moreira defendeu a dissertação “Pronto, agora já sou moça”: valores, crenças e saberes que envolvem a menstruação”, primeira do quadro que traz a menstruação como tema principal da pesquisa. Moreira é licenciada em História e bacharel em Direito, além de doutora em Antropologia Social pela Universitat de València - Espanha, trabalhando na Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, além de docente na educação básica. Sua pesquisa teve como objetivo “analisar saberes, crença, práticas, sentimentos e emoções que permeiam a experiência menstrual, fazendo desta um evento que se explica muito mais de um ponto de vista social do que biológico.” (MOREIRA, 2013, p.7). Para tanto, a pesquisadora realizou entrevistas abertas com mulheres cujas idades variam entre 25 e 80 anos de idade, excluindo do corpo de informantes jovens adultas e adolescentes. O aporte teórico da pesquisa teve como base escritos de Pierre Bourdieu, Mary Douglas, Judith Butler e Stuart Hall, com os temas identidade de gênero, representação, corpo e dominação.

No período pandêmico foram defendidas três dissertações cujo tema principal é a menstruação. Acredita-se que tal fato deve-se à evidência internacional dada à pobreza menstrual nos últimos anos, que, dentre tantos fatores, deu protagonismo às discussões sobre menstruação e seus impactos em diferentes faixas etárias, principalmente com adolescentes.

A primeira da lista, defendida em 2021, foi “Tá de Chico? Estigmas do sangue na mídia e na escola”, de Caroline Luiza Willig, do PPG Processos e Manifestações Culturais, da Feevale - Rio Grande do Sul. Willig é doutoranda do mesmo PPG, bacharel em Jornalismo e licenciada em Letras. Sua pesquisa teve como objetivo principal “Localizar e problematizar categorias de conteúdo inspirada no método de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (2011), que apontem para estigmas envolvendo a menstruação e os corpos que menstruam.” (WILLIG, 2021, p.44). A autora realizou análise de materiais midiáticos relativos à menstruação, cujos resultados foram apresentados em socialização sobre estigmas menstruais em uma escola da rede de educação básica de Novo Hamburgo/RS.

No mesmo ano, Dayana Almeida Silva defendeu a dissertação “Abordagem da menstruação nas dissertações de educação sexual: algumas reflexões”, pelo PPG Educação Sexual, da UNESP Araraquara. Não foram encontradas informações suplementares sobre a autora. Sua pesquisa tem como objetivo

Fomentar a reflexão sobre a temática da menstruação analisando a forma como essa temática foi abordada nas dissertações de mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação Sexual (PPGEdSex) da UNESP entre os anos de 2015 e 2020. (SILVA, 2021, p.8)

Metodologicamente, a pesquisadora realizou revisão bibliográfica tendo como corpus documental as dissertações do PPGEdSex, totalizando 91 pesquisas, sendo que somente 21 mencionam menstruação, sendo que 10 delas mencionam menstruação somente uma vez (SILVA, 2021, p.8). Sobre esses documentos, foi realizada análise baseada em Bardin (1977), onde emergiram sete categorias: Puberdade, Fisiologia, Contexto Histórico Cultural, Gravidez, Transmasculinidade, Jogo educativo e Adoecimento. Segundo a autora, a menstruação está ganhando destaque aos poucos nas produções acadêmicas na pós-graduação, o que contribui positivamente para a desmistificação de tabus e estigmas que tal tema ainda tem na sociedade contemporânea.

A última dissertação analisada, defendida em 2022, foi “Menstruação, o sangue impuro: o papel da publicidade no reforço da identidade feminina construída para o consumo”, de Esther Karollinne de Carvalho Laranja, pelo PPG Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense - Rio de Janeiro. Laranja é graduada em Letras - Inglês, não sendo encontradas maiores informações sobre a autora. Sua dissertação tem como objetivo

Compreender se há algum padrão de representação das mulheres nas peças publicitárias das empresas que investem em comunicação persuasiva, como estratégia de convencimento para mudança de hábito de consumo, através da venda de produtos. (LARANJA, 2022, p. 18)

Em sua pesquisa, a autora realizou revisão bibliográfica sobre menstruação e suas conexões com o tema mídia e cotidiano. As peças publicitárias das marcas Always e Fleurity, veiculadas entre 2019 e 2021, que fazem parte do corpus da pesquisa, foram interpretadas segundo a Análise Semiótica. A autora apontou principalmente a presença de representação real do sangue menstrual nas campanhas de produtos de higiene menstrual, sendo a coloração o principal ponto, onde o sangue deixa de ser vermelho e com fragmentos do endométrio e passa a ser representado na cor azul translúcido, com pigmento somente o suficiente para representar a capacidade de absorção dos produtos anunciados. Laranja também relaciona as campanhas publicitárias com ideais hegemônicos do patriarcado, mostrando um discurso de como uma mulher deve agir em sociedade.

Terminada a análise das dissertações, as teses com o descritor menstruação encontradas na mesma pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes são relacionadas à seguir (Quadro 4)

**Quadro 4** - Teses com o descritor MENSTRUACÃO com foco em adolescentes no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Ano	Autor	Título	Palavras-chave	PPG/ Instituição	Orientador
2002	Marcos Junqueira do Lago	Idade da menarca, condições socioeconômicas na infância e estatura na vida adulta: o estudo pró-saúde	Informação não encontrada	Saúde Coletiva/ UERJ	Informação não encontrada
2010	Samuel de Carvalho Dumith	Mudança da atividade física na adolescência e seus preditores: Um estudo prospectivo no sul do Brasil	Não há	Epidemiologia/ UFPel	Denise Petrucci Gigante

Fonte: elaborado pela autora.

Nas teses encontradas que relacionam menstruação com jovens estudantes/adolescentes, todas são do campo da saúde e nenhuma apresenta relação com o tema da presente pesquisa.

Após a apresentação das teses e dissertações encontradas na BNDT e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, em relação às áreas de pesquisa

podemos observar, conforme Quadro 5, a baixa incidência de pesquisas na área da educação

**Quadro 5** - Teses e dissertações com o descritor “MENSTRUAÇÃO” com foco em adolescentes, localizadas na BNDT e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, conforme área de pesquisa

Área do Conhecimento	Trabalhos publicados
<b>Ciências da Saúde</b>	
Medicina	7
Epidemiologia	3
Enfermagem	3
Nutrição	1
História das Ciências e da Saúde	1
Saúde Coletiva	2
<b>Ciências Sociais Aplicadas</b>	
Mídia e Cotidiano	1
Serviço Social	1
<b>Ciências Humanas</b>	
Educação	2
Sociologia	2
Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais	1
Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais	1
Educação Sexual	1
<b>Multidisciplinar</b>	
Processos e Manifestações Culturais	1

Fonte: elaborado pela autora.

Destaca-se que a grande maioria dos trabalhos (17) são das grandes áreas da Saúde, seguidos das Ciências Humanas (7), Ciências Sociais Aplicadas (2) e Multidisciplinar (1). Contudo, é relevante salientar que apenas dois dos vinte e sete estudos de pós-graduação abordando o tema da menstruação relacionada à juventude estão vinculados à área da Educação, indicando uma escassez quase completa de pesquisas nesse domínio. Este cenário valida a necessidade premente de empreender mais estudos que explorem as interconexões entre menstruação e educação.

Além das dissertações e teses de pós-graduação brasileiras, empreendeu-se uma investigação de artigos na base de dados SciELO, cujo resultado será exposto a seguir.

### 3.3 Artigos na base Scielo

Após a busca nas bases de dados de teses e dissertações brasileiras, procedeu-se à investigação na Biblioteca Científica Eletrônica do Brasil - SciELO, utilizando o descritor "MENSTRUAÇÃO". O levantamento resultou em sessenta e seis registros. Por meio da análise das palavras-chave e dos resumos, foram identificados e selecionados quatro artigos que abrangiam estudos relacionando menstruação com foco em adolescentes, conforme apresentado no quadro subsequente:

**Quadro 6** - Artigos base SciELO com o descritor "MENSTRUAÇÃO" com foco em adolescentes

Ano	Autores	Título	Palavras-chave	Periódico
2007	LAGO, M. J. DO .; FAERSTEIN, E.; SICHIERI, R.; LOPES, C. S.; WERNECK, G. L.	Associação entre idade da menarca e estatura definitiva no Estudo Pró-Saúde	Estatura; Menarca; Nível socioeconômico	Rev. Assoc. Med. Bras.
2012	BRÊTAS, J. R. DA S. et al.	Significado da menarca segundo adolescentes	Menarca. Adolescente. Comportamento do adolescente. Sexualidade.	Acta paul. enferm.
2013	BARCELOS, R. S.; ZANINI, R. DE V.; SANTOS, I. DA S. DOS	Distúrbios menstruais entre mulheres de 15-54 anos de idade em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: estudo de base populacional	Distúrbios Menstruais; Menstruação; Saúde da Mulher	Cad. Saúde Pública
2022	MARQUES, P.; MADEIRA, T.; GAMA, A.	Ciclo menstrual em adolescentes: percepção das adolescentes e influência da idade de menarca e excesso de peso	Menarca; Ciclo menstrual; Obesidade pediátrica; Saúde do adolescente	Revista Paulista de Pediatria

Fonte: elaborado pela autora.

Percebe-se que todos foram publicados em revistas da área médica, sendo que somente um não tem como foco a menstruação enquanto caso clínico. O artigo "Significado da menarca segundo adolescentes", tem como autoras psicólogas,

enfermeiras e uma pedagoga, o que difere das demais publicações. Apresenta um estudo realizado em três escolas estaduais de ensino fundamental e médio de Embu das Artes/SP. Tem como objetivo “Conhecer o significado da menarca para as adolescentes de escolas da região de Santo Eduardo, no município de Embu das Artes, São Paulo” (BRÊTAS, J. R. DA S. *et al.*, p.1), objetivo alcançado através da realização de grupo focal e posterior análise do corpus documental através da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), metodologia que muito se aproxima da proposta por este projeto de pesquisa.

As informações foram agrupadas em cinco categorias: fertilidade, repercussões; menstruação e tabu; o medo de morrer; desinformação e impacto, o que nos mostra como a falta de acesso às informações corretas sobre menstruação antes da menarca podem impactar na vida das jovens estudantes. As autoras ainda postulam sobre a necessidade de ampliar ações sobre educação sexual englobando alunas a partir dos 9 anos de idade, para desmistificar o tema a fim de diminuir o medo e a angústia destas meninas relativas à menarca.

Ao longo deste capítulo, delineou-se uma análise abrangente sobre a produção acadêmica brasileira no contexto das intersecções entre menstruação e educação. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa nas bases de dados Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, e na Brasil Scientific Electronic Library Online - SciELO, buscando aprofundar a compreensão sobre como os trabalhos de pós-graduação abordam a temática em questão.

Destaca-se que a escolha do descritor "POBREZA MENSTRUAL" na fase inicial da pesquisa nas bases de dados não gerou resultados significativos, possivelmente devido à especificidade do termo e sua relativa ausência na literatura científica. Nesse sentido, optou-se pela utilização do descritor mais abrangente "MENSTRUAÇÃO", reconhecido por sua presença diversificada na literatura acadêmica, abrangendo não apenas aspectos fisiológicos, mas também dimensões sociais, educacionais e psicossociais relacionadas ao ciclo menstrual.

Essa análise abrangente dos trabalhos de pós-graduação e artigos existentes destaca a necessidade urgente de fomentar pesquisas na área da Educação que explorem as complexas interconexões entre menstruação e educação, preenchendo lacunas identificadas nesta revisão.

## 4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: DA CONCEITUAÇÃO À PRÁTICA NA PESQUISA

No presente capítulo, serão discutidos os métodos a serem empregados na elaboração desta pesquisa, a qual se caracteriza por uma abordagem qualitativa e exploratória, configurando-se como um estudo de caso. Em relação à importância da metodologia de pesquisa no contexto educacional, as contribuições de Bady, Lima e Quaresma da Silva serão consideradas para fundamentar a discussão.

[...] para que a Educação seja ciência, é necessário que tenha e produza conhecimentos científicos e que, para tal, precisa ter critérios de validação próprios, possuir procedimentos metodológicos específicos e passar pelo reconhecimento público da comunidade científica. Somente dessa maneira seu conhecimento será considerado válido, ou seja, será considerado ciência. (BADY; LIMA; QUARESMA DA SILVA, 2022, p.1)

Para tanto, serão descritos a seguir a tipologia de pesquisa, a caracterização das protagonistas (alunas entrevistadas), o local de pesquisa, dos riscos, benefícios e desfecho primário do estudo, bem como considerações pertinentes à aderência de participantes e o método de análise empregado.

### 4.1 Estudo de Caso

Para elucidar o objetivo desta pesquisa foi escolhido o Estudo de Caso, tipologia metodológica amplamente utilizada no campo das ciências sociais e na educação. A principal referência sobre Estudo de Caso é Robert Yin, que defende que esta tipologia metodológica “[...] contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.” (YIN, 2005, p. 21), sendo o campo das relações sociais espaço onde pode apresentar resultados mais contundentes.

O propósito do Estudo de Caso é encontrar padrões e conexões causais entre variáveis específicas, a fim de desenvolver teorias mais amplas que possam ser aplicadas a outras situações semelhantes (YIN, 2005).

Com a preservação das características dos eventos em sala de aula, compreende-se que o Estudo de Caso consegue metodologicamente desvelar as formas como meninas no início de sua vida menstrual vivenciam seus ciclos conciliando a menstruação com a vida no ambiente escolar, sem obscurecer o indivíduo em relação ao grupo social; dessa forma, esta tipologia metodológica possibilita o protagonismo das participantes do estudo na escrita de suas histórias.

O uso do Estudo de Caso também se justifica por conta do baixo índice de pesquisas na área, dado apresentado no capítulo sobre as dissertações e teses brasileiras relativas à menstruação. Quando um fenômeno é pouco investigado ou, conjuntamente, possui poucos casos, esta tipologia de pesquisa propicia a identificação de hipóteses que podem ser verificadas em trabalhos subsequentes.

#### **4.2 Caracterização das protagonistas da pesquisa**

As informantes, segundo Gil (2002), constituem uma amostra populacional. Para a seleção da amostra devem ser consideradas características que sejam relevantes para a clara e precisa representação da população pelo estudo pois, frequentemente, as populações a serem estudadas são tão amplas que é impraticável analisá-las em sua totalidade, por isso é necessário a delimitação informantes participantes.

Aqui denominamos as informantes como *protagonistas*. Entendemos que em um estudo de caso não se tem esse papel, mas elas são consideradas protagonistas sob o ponto de vista que tais narrativas são oriundas de pessoas que são aquelas que vivenciam esse processo, então elas não são alguém que está falando sobre menstruação e pobreza menstrual mas, sim, que vivenciam esses elementos em seus cotidianos.

Para atingir o objetivo proposto neste projeto, delimitamos como protagonistas alunas do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública de educação básica. Estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, cursando tal ano na idade adequada, estão na faixa etária de 13 à 14 anos, de acordo com UNICEF (2018, p.15). A definição do grupo de protagonistas levou em conta os seguintes critérios:

- A. Estarem presentes na rede pública os maiores desafios relativos à pobreza menstrual de jovens estudantes, pois a pobreza menstrual também é uma questão de classe social;
- B. No Ensino Fundamental, pois segundo dados apresentados pelo UNFPA e UNICEF (2021) cerca de 90% das brasileiras tem a primeira menstruação – menarca – entre 11 e 15 anos, idade na qual estudantes, caso estejam no ano adequado para a sua idade, frequentam em sua grande maioria o Ensino Fundamental;

- C. No município de Novo Hamburgo/RS, por conta da necessidade de limitação geográfica para a plena realização do estudo e por este estar situado em uma área majoritariamente urbana na região metropolitana de Porto Alegre/RS; além disso, nos anos de 2022 e 2023 ocorreram formação de professores sobre violência de gênero nas escolas, nas quais a pesquisadora foi atuante;
- D. Em uma escola de educação básica localizada no bairro Canudos, escolhida pela Secretaria de Educação de Novo Hamburgo e com o aceite da direção da escola para a realização da pesquisa;
- E. Em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental.
- F. Possuir identidade de gênero feminina, ou seja, se reconhecerem enquanto mulheres. Critérios de exclusão: alunos que se identificam como meninos, homens ou qualquer identidade de gênero masculina, independentemente de sua menstruação. Isso abrange explicitamente meninos transgêneros, homens transgêneros, e pessoas que se identificam como não binárias ou agênero, reforçando a delimitação do escopo da pesquisa para incluir apenas participantes que se identificam como meninas ou mulheres.
- G. Todas as meninas serão convidadas a participarem do estudo enquanto protagonistas, não sendo compulsória a participação, respeitando o princípio de autoria de suas próprias histórias. Prevê-se a totalidade de 15 meninas convidadas a participar do estudo mas compreende-se que nem todas estarão dispostas a participar.

As protagonistas desenvolvem suas ações em um determinado espaço que influencia diretamente no comportamento dos sujeitos, conforme Gil (2002). Para tanto, apresentamos sinteticamente o município de Novo Hamburgo/RS.

#### **4.3 Situando geograficamente a cultura do local de pesquisa e caracterização das protagonistas**

O município de Novo Hamburgo localiza-se no Brasil, estado do Rio Grande do Sul, região do Vale dos Sinos, integrando as rotas turísticas Vale Germânico e Rota Romântica (Imagem 3). Distancia-se quarenta quilômetros da capital do estado, Porto Alegre, possuindo acesso facilitado por meio de vias rodoviárias e conectividade direta com a capital através de trem e rodovia federal.

Imagem 3 - Localização do município de Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul e no Brasil.



Fonte: adaptado de: <https://encurtador.com.br/aGTVY>. Acesso em: 01 fev. 2024.

A designação "Novo Hamburgo" remonta à cidade de Hamburgo, na Alemanha, que serviu como origem para numerosos imigrantes que se estabeleceram nessa região a partir do século XIX, escapando das adversidades de miséria e fome que assolavam parte do continente europeu nesse período. Inicialmente um distrito do município de São Leopoldo, Novo Hamburgo conquistou sua emancipação em 5 de abril de 1927, um marco significativo no impulso à industrialização, especialmente no setor coureiro-calçadista na cidade.

Foi justamente o crescimento atribuído à indústria calçadista que atraiu um grande contingente populacional, migrando para a cidade principalmente a partir da década de 1960. O aumento da população fabril gerou problemas sociais como falta de moradias e saneamento básico para todos, transporte insuficiente e pouca infraestrutura pública, criando bolsões de pobreza nas regiões periféricas da cidade principalmente aquelas que circundam o Rio dos Sinos, consideradas de risco pelas cheias e inundações esporádicas do rio.

Nos anos 1990 houve o início da crise da indústria coureiro-calçadista o que impactou no crescimento exponencial da população hamburguesa e na diversificação da matriz econômica do município, necessária para suprir as lacunas deixadas pela diminuição das exportações de calçados ocasionada principalmente por conta da concorrência da indústria chinesa no mercado internacional.

Com foco na formação dos cidadãos hamburgueses, Novo Hamburgo conta com uma universidade comunitária e um polo universitário estadual, quarenta e oito instituições de educação básica privadas, vinte e nove escolas de educação básica estadual e uma escola estadual especial (NOVO HAMBURGO, 2019).

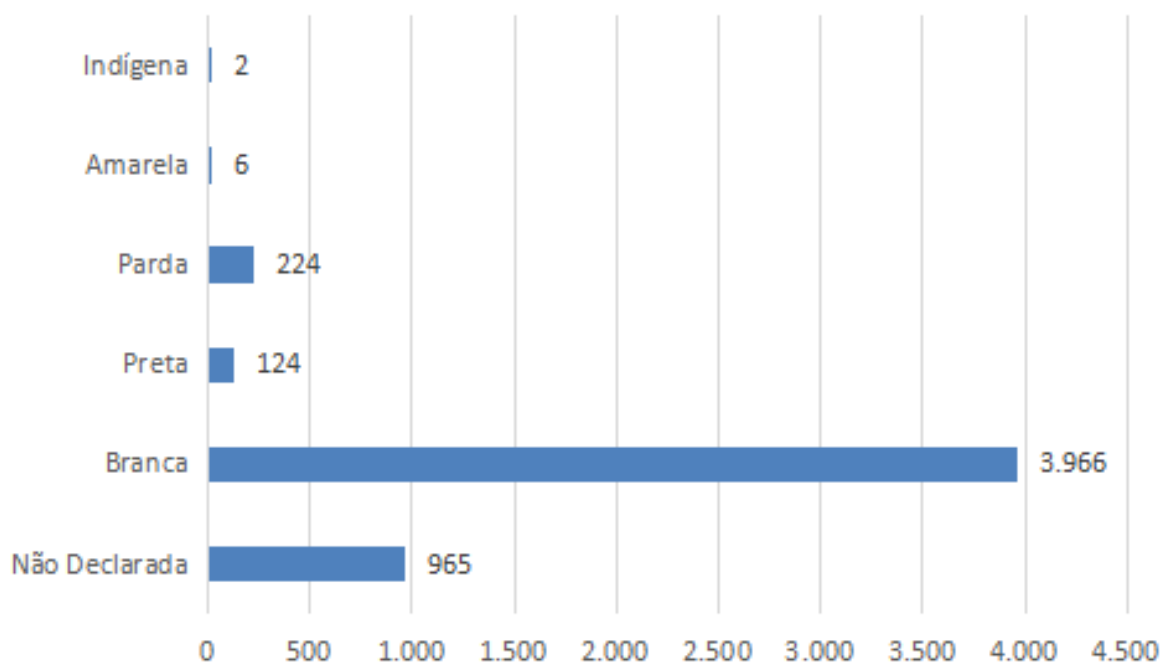
A rede de ensino municipal de Novo Hamburgo engloba trinta e quatro escolas de educação infantil e cinquenta e duas escolas de ensino fundamental, conforme Documento orientador do território municipal de Novo Hamburgo (2019). Segundo a Proposta do Plano Municipal de Educação de Novo Hamburgo 2015-2025 (SMED, 2022), no ano de 2014 haviam 1.630 docentes concursados e 322 estagiários na rede municipal, sem informação dos docentes com contrato emergencial.

Após contato com a Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo - SMED, a secretaria selecionou o local para a realização da pesquisa, que foi autorizada pela orientadora educacional da escola. Para a formalização burocrática da pesquisa junto à rede de educação do município, foi realizado pedido de pesquisa protocolado junto à prefeitura.

De acordo com o Censo Escolar, havia no município 2.730 alunos cursando o nono ano do ensino fundamental, 1.709 estudantes na rede estadual, 600 estudantes na rede municipal e 421 estudantes na rede privada (INEP, 2022). Sobre a divisão por gênero, cursam os anos finais do ensino fundamental, cujo Censo contempla do 6º ano ao 9º, 5.289 meninas - 48,11% - e 5.701 meninos - 51,89% -, não havendo outro identificador de gênero na pesquisa.

O mesmo Censo apresenta a proporção de estudantes conforma cor/raça, como apresentamos à seguir:

**Gráfico 1** - Número de Matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental Regular, por Sexo Feminino e Cor/Raça, segundo o Município de Novo Hamburgo/RS - 2022



Fonte: produção da autora com base no dados disponibilizados pelo Censo Escolar 2022 (INEP, 2022)

É válido destacar a grande quantidade de alunas (18,25%) cuja dado informativo sobre raça não consta no Censo Escolar, além da baixíssima porcentagem de meninas declaradas indígenas (0,03%), mesmo com a presença de território indígena demarcado da comunidade Kaingang na região limítrofe do município de São Leopoldo com Novo Hamburgo.

Outro dado importante a ser analisado é a pouca quantidade de meninas declaradas pardas (4,23%) ou pretas (2,34%), mesmo tendo em conta a forte presença de descendentes de imigrantes alemães tal porcentagem não se legitimaria, pois também houve grande trânsito de pessoas de outras regiões do estado e do Brasil nas décadas anteriores por conta do mercado de trabalho. Além disso, historicamente o município conta com um bairro considerado reduto negro, originalmente denominado *África* e, com o advento do Estado Novo em 1936, renomeado *Guarani* (MAGALHÃES, 2010), o que leva a crer que tal dado, em comparação às outras declarações de raça/cor, deveria ser maior.

Por fim, o silenciamento apresentado pela não declaração de raça/cor - 18,25% - deve ser mencionado, pois proporciona a reflexão sobre os motivos que podem levar à não declaração de cor/raça em uma cidade cuja grande maioria das estudantes - 75,01% - é declarada enquanto brancas. Dados mais abrangentes sobre o perfil das protagonistas da pesquisa serão analisados através do instrumento de coleta de dados.

#### **4.4 Estratégias para a coleta de dados**

Compreendemos os instrumentos de coleta de dados, conforme Gerhardt e Silveira (2009), como um elemento técnico elaborado pelos pesquisadores como forma de registrar e medir dados a serem analisados. Foram escolhidos para esta pesquisa o uso de questionários para a coleta dos dados sócio-demográficos (ANEXO A), precedido de entrevista semi-estruturada (ANEXO B) como forma de dar protagonismo às estudantes sobre suas próprias histórias de vida.

Na primeira fase da coleta de dados foi utilizado questionário sócio-demográfico, considerado uma ferramenta importante para delinear o perfil das protagonistas da pesquisa segundo Silva e Barbosa (2021). Ele foi elaborado com 10 questões (ANEXO A) em quatro eixos de análise: caracterização individual; caracterização familiar e caracterização econômica do domicílio. Tais dados foram importantes para auxiliar no entrelaçamento das informações obtidas na fase das entrevistas.

Já na segunda fase da coleta de dados foi utilizada a entrevista, considerada uma das ferramentas mais utilizadas na coleta de dados qualitativos em pesquisas científicas (MOREIRA, 2021). Além disso, a entrevista permitiu que a pesquisadora obtivesse informações mais detalhadas sobre as experiências e perspectivas das protagonistas sobre a vivência de seus ciclos menstruais no ambiente escolar.

Para garantir o respeito e a integridade dos sujeitos participantes da presente pesquisa esta foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da instituição, sob Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 74197923.2.0000.5307, segundo obrigatoriedade imposta pela Resolução 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde – CNS – que regula pesquisas que envolvem seres humanos. Foi distribuído o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo C) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Anexo D), com o intuito de

informar os responsáveis e estudantes sobre o conteúdo da pesquisa bem como aprovar ou não sua participação nesta.

Após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, de acordo com a equipe pedagógica da escola, a pesquisadora apresentou as intenções do trabalho para as estudantes da turma selecionada e fez o convite para a participação, bem como a distribuição dos TCLEs e do TALEs, a serem assinados tanto ela alunas quanto pelos responsáveis, sendo destacadas a temática da pesquisa, os acordos sobre o sigilo dos nomes, resumo da metodologia e termos éticos para proporcionar maior adesão.

#### *4.4.1 Sobre as entrevistas*

Após o retorno dos TCLEs e TALEs assinados pelos pais e pelas estudantes, as entrevistas foram organizadas individualmente, em espaço próprio da escola em horário escolar. As entrevistas ocorreram na *Sala de Atendimento* da escola, com espaço de 2m<sup>2</sup>, uma mesa redonda, três cadeiras e duas janelas com cortinas, em horário escolar. A previsão inicial de duração das entrevistas era de 45 minutos, mas, por conta das respostas e não-respostas, a média de tempo das entrevistas foi de 15 minutos, contando a realização do questionário e da entrevista semi-estruturada em si. Os questionários foram realizados utilizando a ferramenta Google Forms, e o encontro teve o áudio gravado, que, posteriormente, foi transcrito para melhor análise do conteúdo falado.

As entrevistas tiveram três momentos: apresentação e combinações; preenchimento do questionário e entrevista com perguntas semiestruturadas sobre a temática pobreza menstrual. Também foram reforçados os acordos éticos e de sigilo. No início da entrevista foi afirmado à estudante o anonimato e o respeito das expressões durante os processos da pesquisa e o não julgamento de manifestações enquanto certas ou erradas, além da garantia da liberdade de expressão. Qualquer informação que possa prejudicar diretamente a menor de idade, ou seja, caso expressem algo que fira os direitos humanos e possa ser considerado crime de calúnia e/ou injúria, foi omitida da pesquisa a fim de proteger as participantes do estudo. Ao fim da coleta de dados foi realizado download dos dados para um dispositivo próprio e, posteriormente, houve a transcrição das entrevistas para melhor análise.

#### *4.4.2 Sobre a aderência e a não participação na pesquisa*

Os contatos iniciais com a escola foram estabelecidos por meio de interações com a Coordenadora Pedagógica. Esta colaborou ativamente na elaboração e ajuste do cronograma de atividades a serem realizadas em conjunto com as alunas, a fim de compatibilizá-lo com o agitado calendário escolar, especialmente intensificado no último trimestre do ano letivo. Alguns eventos e ações requereram uma extensão temporal maior para sua efetivação, em virtude da participação das estudantes em feiras de iniciação científica de âmbito municipal e regional, bem como devido à semana de provas, celebrações escolares e feriados nacionais.

O primeiro contato com as alunas do 9º ano B, ou seja, a turma selecionada para participar da pesquisa, ocorreu no final do mês de outubro, durante o horário letivo. As estudantes foram encaminhadas ao auditório da escola, onde, contando com a participação da Coordenadora Pedagógica, foi explanado o propósito da pesquisa e a forma de participação, bem como o TALE e o TCLE, documentos importantes para o desenvolvimento ético da pesquisa, ficando combinado que os termos, para aquelas que escolhessem participar da pesquisa, deveriam ser entregues assinados à Coordenadora Pedagógica na secretaria da escola, sendo estipulado cinco dias letivos de prazo para a entrega dos documentos. Tal período foi definido compreendendo as atividades escolares. Ao fim do prazo estipulado, somente quatro estudantes retornaram com os termos de participação assinados, em uma turma de quinze alunas convidadas a participar do estudo, representando 27% de aderência à pesquisa. É válido ressaltar que muitas das estudantes dessa turma não olharam nos olhos durante a breve apresentação dos objetivos e documentos da pesquisa, ou ficaram cabisbaixas ou olhavam para qualquer lugar, menos para a pesquisadora, mostrando, de certa forma, desinteresse e/ou vergonha em compartilhar suas vivências. Salvo duas estudantes que conversaram entre si aos murmúrios, a maioria entrou e saiu calada do auditório.

Em conversa com a Coordenadora Pedagógica, uma das hipóteses delineadas que possivelmente influenciaria a baixa adesão das estudantes à participação na pesquisa, refere-se à marcante presença de religiões cristãs neopentecostais no ambiente onde a escola estava inserida. Isso suscitou porposições relacionadas à aceitação da pesquisa por parte dos responsáveis pelas alunas, considerando a possível influência das convicções religiosas, uma vez que

[...] as religiões também configuram-se como espaços de interação e sociabilidade, nos quais circulam crenças, atitudes e valores relacionados a diferentes objetos da vida cotidiana. Por meio dos dogmas e rituais, as instituições religiosas (re)produzem conhecimentos e saberes, socialmente compartilhados, que orientam como os fiéis devem se portar, tanto no que tange à vida religiosa, como também no que se refere à vida secular. (MARTINS, 2019, p. 10)

É relevante destacar que, ao lado da escola, estende-se por terreno de igual área uma Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e, do outro lado da rua, uma Igreja Católica; em um raio de três quadras da escola há uma Igreja Pentecostal Deus é Amor, uma Igreja Universal do Reino de Deus e um Ministério Anunciando a Cristo, pertencentes ao ramo neopentecostal na teologia cristã.

A inibição do aceite por parte dos responsáveis para que as estudantes participem desta sobre pobreza menstrual, particularmente no contexto de igrejas neopentecostais<sup>1</sup>, está relacionada a algumas percepções e preocupações que podem surgir. As igrejas neopentecostais muitas vezes promovem valores e crenças conservadoras, incluindo uma abordagem tradicional das questões de gênero. A inclusão da palavra *gênero* no título da pesquisa, como a Coordenadora pedagógica destacou, pode levantar suspeitas ou mal-entendidos, uma vez que esse conceito é por vezes incorretamente associado a uma suposta *ideologia de gênero*, conceito propagado por setores religiosos conservadores da sociedade (FETTER, 2023). Essa associação pode, por sua vez, gerar preocupações entre os responsáveis das estudantes.

Conforme Fetter (2002) e Miguel (2016) as dinâmicas políticas são complexas e impactam na sociedade brasileira de várias formas, principalmente na educação. O fenômeno do fundamentalismo religioso no cenário político brasileiro cresceu com o período democrático, na década de 1990, tomando força no fim da década de 2000. Este crescimento é atribuído, em parte, ao envolvimento ativo das igrejas neopentecostais na eleição de seus líderes religiosos, que promovem a ideia de uma verdade divina revelada que não admite qualquer forma de desvio, interpretação ou debate. O fortalecimento do discurso conservador anti-minorias na esfera pública permitiu que o fundamentalismo ganhasse visibilidade e representação parlamentar.

---

<sup>1</sup> As religiões neopentecostais são um segmento do pentecostalismo, que é uma corrente dentro do cristianismo. Elas se caracterizam pela abordagem carismática, interpretação literal de textos religiosos, defesa de papéis tradicionais de gênero, onde o homem é visto como o líder espiritual da família e da igreja, enquanto a mulher é encorajada a desempenhar um papel de apoio e submissão e por questões conservadoras referentes à moral e sexualidade, frequentemente se opondo ao aborto, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e a outras formas de expressão sexual que não se encaixam nos padrões tradicionais de heterossexualidade.

Uma parte central do discurso conservador tem como alvo o cotidiano escolar, onde as escolas promoveriam uma suposta *ideologia de gênero*, principalmente em relação aos direitos das pessoas LGBTQUAPN+ e a liberdade de expressão nas escolas. Esse movimento busca impor medidas para evitar que professores expressem opiniões que são consideradas inadequadas dos pontos de vista religioso e conservador, onde as preocupações com a educação e o conteúdo do ensino se tornaram uma parte integrante do discurso do fundamentalismo religioso.

A suposta ideologia de gênero ganhou maior destaque através do *Movimento Escola sem Partido*, Projeto de Lei 867/2015 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015), que apresenta-se enquando uma iniciativa da sociedade civil, preocupada com a extensa contaminação político-ideológica das educação brasileira (MIGUEL, 2016, p.6). A profusão do medo em relação aos currículos escolares e sobre como eles estariam rompendo a ordem social através de discussões sobre os papéis de gênero aumentou por conta das necessárias iniciativas de combate ao sexismo e a homofobia nas escolas, defendendo que tais iniciativas estariam acabando com a autoridade da família sobre suas crianças.

Além disso, o estigma associado à menstruação em algumas crenças religiosas também pode influenciar a hesitação dos responsáveis. Algumas igrejas neopentecostais têm práticas e crenças que podem considerar a menstruação como impura ou tabu, o que pode afetar a permissão para que as estudantes participem de um estudo que discute abertamente a menstruação.

A sensibilidade ao tema de gênero e a percepção errônea sobre a pesquisa como promotor de uma *ideologia de gênero*, juntamente com as crenças religiosas relacionadas à menstruação, são fatores que podem contribuir para a inibição do aceite dos responsáveis em relação à participação de suas filhas na pesquisa sobre pobreza menstrual.

#### 4.4.3 Sobre a ampliação das turmas envolvidas

Por conta do baixo índice de aderência das estudantes à pesquisa, houve a necessidade de ampliação das turmas envolvidas, convidando, portanto, as estudantes do 9º A (turno da manhã) a participarem da pesquisa, por conta da necessidade de obter uma amostra mais representativa e abrangente para uma análise significativa da problemática abordada. A escolha de expandir a pesquisa para o 9º ano A, além do 9º ano B, se apoia na constatação de que a adesão dos

estudantes à pesquisa foi relativamente baixa na primeira turma investigada (quatro estudantes e suas famílias assinaram os termos). Dessa forma, a expansão da pesquisa para o 9º ano A é justificada como meio de melhorar a qualidade e a abrangência dos dados coletados, permitindo uma compreensão mais completa da pobreza menstrual a partir das narrativas e entendimentos das estudantes, fortalecendo a validade e a relevância dos resultados da pesquisa.

Da mesma forma que ocorreu com o 9º B, as alunas do 9º A foram encaminhadas ao auditório da escola, durante o horário letivo na manhã, onde foi explanado o propósito da pesquisa e a forma de participação, bem como o TALE e o TCLE, documentos importantes para o desenvolvimento ético da pesquisa, ficando combinado que os termos, para aquelas que escolhessem participar da pesquisa, deveriam ser entregues assinados à Coordenadora Pedagógica na secretaria da escola.

Diferente da turma da tarde, a turma da manhã mostrou-se mais disposta a participar da pesquisa, pedindo que esta fosse realizada em uma quarta-feira, três dias letivos após esse encontro; e a grande maioria das estudantes fez perguntas pertinentes à participação na pesquisa, olhavam nos olhos, mesmo aquelas que não expuseram dúvidas acerca do preenchimento dos documentos. Em combinação com as alunas, se quem quisesse participar da pesquisa se comprometesse a retornar com os termos assinados na próxima quarta-feira após a entrega dos termos, as entrevistas ali se dariam. Em conversa com a Coordenadora Pedagógica sobre a preferência pela quarta-feira como dia ideal para a pesquisa, esta revelou que nesse dia haveriam períodos sequências de Língua Portuguesa, matéria não muito querida pelas estudantes. Na quarta-feira em questão, nove estudantes trouxeram os termos assinados, em um universo de quatorze alunas convidadas a participar do estudo, representando 64% de aderência à pesquisa.

Dessa forma, a ampliação da pesquisa para o 9º A, onde um maior número de estudantes se mostrou disposta a participar, permitirá uma análise mais completa e robusta das narrativas e entendimentos das alunas sobre a pobreza menstrual. Isso é crucial para garantir que as conclusões e inferências obtidas na pesquisa reflitam de forma mais precisa as experiências e perspectivas das estudantes em questão.

#### **4.5 Riscos, benefícios e desfecho primário**

Na condução de pesquisas científicas, a consideração cuidadosa dos riscos e benefícios inerentes à participação dos sujeitos é uma prerrogativa fundamental. Essa deliberação revela-se essencial para o estabelecimento de um equilíbrio ético e normativo, característico das investigações acadêmicas. Enquanto riscos, as entrevistas contêm informações sensíveis e pessoais sobre as experiências das alunas com a pobreza menstrual. Falar sobre experiências dos ciclos menstruais pode ser emocionalmente desafiador para as alunas, lembrando-as de situações difíceis ou desconfortáveis que enfrentaram. Isso pode resultar em estresse emocional durante ou após a entrevista.

Como estratégia para minimizar os riscos, antes de iniciar a entrevista a pesquisadora estabeleceu um ambiente acolhedor e de confiança. Isso foi feito explicando claramente o propósito da pesquisa, enfatizando o anonimato e a confidencialidade das respostas e garantindo às alunas que elas podiam optar por não responder a qualquer pergunta que as deixassem desconfortáveis. A autonomia das protagonistas também foi respeitada, as alunas foram informadas de que tinham o direito de encerrar a entrevista a qualquer momento, sem penalizações, se sentirem que não desejassem mais participar ou que a discussão tornou-se muito angustiante. A pesquisadora conduziu a entrevista de maneira sensível, com habilidades de comunicação empática, estando preparada para lidar com respostas emocionalmente carregadas de forma delicada e respeitosa.

Sobre os benefícios, a participação das estudantes na pesquisa pode promover um senso de empoderamento e autonomia, permitindo que elas compartilhem suas experiências, perspectivas e desafios pessoais. Isso pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades de expressão e comunicação. Também pode fazer com que as estudantes sintam que suas vozes são valorizadas e ouvidas. Isso pode aumentar sua autoestima e autoconfiança.

O processo de participação em entrevistas levou as alunas a refletirem sobre suas próprias experiências e circunstâncias pessoais. Isso pode levar a um maior autoconhecimento e compreensão de suas necessidades e direitos. A pesquisa oferece um espaço no qual as alunas podem ter suas experiências reconhecidas e validadas. Isso pode ser particularmente significativo em casos nos quais as experiências com a menstruação podem ser estigmatizadas ou ignoradas.

As estudantes podem, ainda, sentirem que estão contribuindo para uma causa maior ao compartilhar suas experiências. Isso pode promover um senso de cidadania ativa e participação na promoção do bem-estar e da equidade de gênero. Por fim, as experiências compartilhadas pelas estudantes podem influenciar políticas e práticas educacionais e de saúde, potencialmente melhorando as condições para as futuras gerações de estudantes. Isso pode ser gratificante para as protagonistas, pois percebem que estão contribuindo para a mudança.

Como desfecho primário, ao fim da pesquisa, acreditamos fornecer uma visão aprofundada das percepções e experiências das estudantes em relação à pobreza menstrual, com meta de subsidiar políticas educacionais e estratégias de apoio que possam melhorar a qualidade de vida ao longo das jornadas pedagógicas de jovens estudantes da educação básica pública, propiciando a quebra de ciclos transgeracionais de pobreza feminina. Esta pesquisa representa um marco pioneiro no campo das investigações relacionadas à pobreza menstrual dentro dos contextos dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, motivando que mais pesquisas sobre o tema sejam desenvolvidas na área da educação, auxiliando na diminuição das disparidades de gênero na educação e sociedade, em consonância com a Agenda 2030 da ONU.

#### **4.6 Método para análise de dados**

A análise de conteúdo se refere a um conjunto de técnicas, desenvolvidas por Bardin (1977), que têm como objetivo extrair informações de mensagens comunicativas, sejam elas verbais, escritas ou visuais. Essas técnicas são sistematizadas e objetivas, na busca por tornar o processo de análise o mais padronizado e confiável possível. Dessa forma, é possível inferir conhecimentos sobre as condições de emissão e recepção das mensagens, ou seja, sobre as circunstâncias em que elas foram criadas e recebidas. Tal método é utilizado para a análise dos dados gerados nos questionários e entrevistas desta pesquisa

Bardin (1977) postula que a análise de conteúdo é dividida em três fases, a saber: a) Pré-Análise, onde a pesquisadora contemplará um panorama do corpus documental desta pesquisa e iniciará a organização das informações; b) Exploração do material, fase de codificação, classificação e categorização das informações organizadas anteriormente e c) Tratamento dos resultados, onde a pesquisadora

interpreta os resultados obtidos após a análise do conteúdo do corpus documental, compreendendo também as condições de produção e recepção das mensagens e os possíveis significados subjacentes. Busca-se assim, ao trilhar o caminho delineado pela Análise de Conteúdo, a elucidação dos objetivos geral e específicos propostos para esta pesquisa.

## 5. O QUE DIZEM AS ALUNAS SOBRE A POBREZA MENSTRUAL?

No contexto desta dissertação, este capítulo se dedica à análise de dados na busca pela resposta ao objetivo geral desta pesquisa, que é desvelar inferências sobre a pobreza menstrual tendo como base narrativas e entendimentos das estudantes do 9º ano de uma escola da rede pública municipal de Novo Hamburgo/RS; e aos objetivos específicos, que são:

- A. analisar as percepções das alunas em relação à menstruação e o cotidiano escolar e como mitos e tabus sociais relativos à menstruação permeiam este cotidiano;
- B. identificar quais informações e conhecimentos as estudantes aprenderam na escola sobre os seus ciclos menstruais e;
- C. verificar o acesso das estudantes à itens básicos de higiene menstrual.

Os dados gerados para esta análise foram coletados por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas conduzidas junto às alunas do nono ano do ensino fundamental de uma escola de educação básica, pertencente à rede municipal de ensino de Novo Hamburgo/RS. Para possibilitar a coleta de dados foram realizadas conversas prévias com a Coordenadora Pedagógica da escola, para a assinatura de documentos e para conhecer o ambiente escolar. As observações advindas desses contatos com a escola foram registradas no Diário de Campo, que, conforme Cachado (2021) é um instrumento etnográfico que apoia a compreensão da temática investigada na escola selecionada para o estudo.

As observações do Diário de Campo apontam questões relativas à estrutura física da escola. A escola onde ocorre este estudo está localizada no centro do bairro Canudos, em Novo Hamburgo/RS, considerado o maior bairro urbano da cidade. Originariamente composta por edificações de um pavimento, recentemente, foi erigida uma construção de dois andares na escola, destinada à acomodação das turmas de anos finais do ensino fundamental. Além das salas de aula, esta nova estrutura incorpora banheiros novos, cuja configuração incide sobre as experiências cotidianas das protagonistas desta pesquisa, como será discutido detalhadamente adiante.

No registro do Diário de Campo encontram-se também reflexões sobre a forma como as estudantes convidadas a contribuir com a pesquisa recebem a proposta deste estudo. Ao explicar os termos de assentimento e consentimento,

bem como o propósito da pesquisa, muitas delas demonstraram reações variadas. Algumas evitaram contato visual com a pesquisadora, mantendo-se retraídas e apáticas, como se lhes faltasse a energia para erguer a cabeça. No entanto, outras mostraram entusiasmo, dialogando entre si com o desejo de participar e expressar suas histórias. No que concerne às entrevistas, é notável destacar que a pesquisadora se surpreendeu ao constatar que muitas das estudantes que demonstraram entusiasmo acabaram não participando da pesquisa, enquanto duas alunas extremamente tímidas aceitaram discutir seus ciclos menstruais no contexto escolar.

Considerando os registros no Diário de Campo, os questionários administrados às estudantes e as entrevistas conduzidas, estabeleceu-se um conjunto documental substancial para a análise, com o intuito de compreender as relações entre a pobreza menstrual e o ambiente escolar. Utilizando a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), o enfoque recai não apenas sobre as respostas fornecidas pelas participantes, mas também sobre as narrativas latentes e o significado subjacente às palavras proferidas, visando a descoberta de múltiplas interpretações da realidade presentes nas mensagens.

A subjetividade da pesquisadora também é um aspecto analisado, uma vez que a leitura e a escuta atenta não se traduzem em compreensões imparciais, mas sim em interpretações moldadas pela experiência de vida. Nas falas das protagonistas é perceptível o reconhecimento das vivências e emoções compartilhadas com a pesquisadora, que, como mulher que menstrua e que menstruou por muitos anos enquanto estudante da Educação Básica, passou por experiências semelhantes. Muitas vezes as palavras das protagonistas se mostram insuficientes para exprimir tais conexões; em vez disso, a linguagem corporal e o olhar transmitem entendimentos que não podem ser plenamente verbalizados. Há uma sensação de solidariedade, apoio e compartilhamento de sofrimentos, um conhecimento profundo do que a outra vivenciou. Essa conexão feminina representa um sentimento de acolhimento diante de uma dor que afeta não apenas o corpo, mas, sobretudo, a alma, sendo uma experiência que transcende as palavras.

Ao revisar os materiais do corpus documental, ou seja, rever os questionários e escutar as gravações das entrevistas, bem como ler os apontamentos do Diário de Campo, foram identificadas quatro categorias de análise,

conforme Bardin (1977), delineadas após a geração dos dados. As cinco categorias de análise delineadas após a coleta de dados foram:

**A. Primeiras considerações**

**B. A nécessaire**

**C. O banheiro**

**D. A sala-de-aula**

**E. O que pode mudar**

No decorrer do texto as falas das protagonistas são ressaltadas em itálico e entre aspas. No interior de parênteses, encontram-se as identificações das estudantes que contribuíram para o diálogo, representadas pela letra "A", de Aluna, seguida por números de 1 a 13, correspondendo assim às treze protagonistas desta pesquisa. Os pontos principais das falas são destacados em negrito. Em alguns momentos há diálogos entre pesquisadora e protagonista; a fala da pesquisadora é indicada pela letra P em negrito, seguida por dois pontos. Através da análise de conteúdo de Bardin, os dados gerados são revelados e interpretados, contribuindo para a construção de um quadro sobre a pobreza menstrual e sua influência nas jornadas pedagógicas de alunas do Ensino Fundamental.

### **5.1 Primeiras considerações - A menstruação em palavras**

A primeira pergunta da entrevista realizada buscou compreender, de forma mais espontânea possível, quais as percepções das protagonistas sobre menstruação. Através da pergunta “Quais as primeiras palavras que lhe vem à mente quando falo menstruação?” foram listadas trinta e uma palavras, como pode ser visto na imagem que segue:

Imagem 4 - Nuvem de palavras



Fonte: produção da autora

Destas palavras, sete repetiram-se: Sangue (sete vezes), Absorvente (seis vezes), Dor (três vezes), Desconforto (três vezes), Raiva (duas vezes), Sentimento (duas vezes), Banho (duas vezes) e Cólica (duas vezes), representando aspectos físicos e emocionais de estar menstruada. As palavras foram agrupadas conforme elementos que apareceram na construção da representação da menstruação das protagonistas, conforme os grupos que seguem:

Quadro 7 - Grupos de palavras conforme aspectos da menstruação

Grupo	Palavras
<b>Aspectos Biológicos</b>	Sangue; Dor; Desconforto; Puberdade; Amadurecimento; Enjoo; Cólica; Renovação; Adolescência; Doce; Remédio; Bolsa de Água Quente
<b>Aspectos Emocionais</b>	Sentimento; Desespero; Raiva; Irritação; Tortura; Vantagem; Sofrimento; Medo; Ansiosa; Estresse. Não gosto; Ruim; Tudo de ruim; Dever
<b>Higiene Menstrual</b>	Absorvente; Sujeira; Banho; Água

Fonte: produção da autora

Muitas dessas palavras reaparecem ao longo das falas das protagonistas. No grupo Aspectos Biológicos, o mais lembrado foi o **Sangue**, como o aspecto visível da menstruação.

É relevante destacar que, conforme Menegotto (2022), apesar do sangue menstrual ser tabu na nossa cultura e em si mesmo um estigma, o sangue menstrual não é sujo nem causador de doenças. Infecções e inflamações genitais ocorrem somente quando pessoas que menstruam não tem acesso à dignidade menstrual, isto é, produtos de higiene menstrual, boas condições sanitária e, principalmente, acesso à educação: “Ou seja, o problema é a falta de acesso, de recursos, de informação e de direitos, não a menstruação” (MENEGOTTO, 2022, p.60).

A **Dor** aparece em diversos momentos das falas das protagonistas, por tanto há necessidade de conceituar o que é a dor mencionada. Conforme a Associação Internacional para o Estudo da Dor (IASP), a dor é “uma experiência sensitiva e emocional desagradável associada, ou semelhante àquela associada, a uma lesão tecidual real ou potencial” (DESANTANA et al, 2020, p.197).

Relacionamos notas explicativas que auxiliam no entendimento da dor com as percepções de dor sentidas pelas protagonistas deste estudo:

a. A dor é uma experiência influenciada não somente por fatores biológicos, mas também psicológicos e sociais: fatores sociais são relevantes para os níveis de dor das estudantes; tanto é que relatam o desejo de ficar em casa, de não sair, em momentos de muita dor; a não socialização é relevante para o conforto das meninas;

b. A dor e a concepção da dor são coisas diferentes: o sentimento da dor pode ser potencializado pelo medo e pela vergonha da possibilidade de vazamento de mensturo e como os demais podem reagir a isso;

c. O conceito de dor é aprendido ao longo da vida: uma criança saudável pode ter momentos ao longo da vida onde sente dor mas, é com a dor na menstruação que a menina/adolescente convive com a dor e a obrigatoriedade de socialização na escola;

d. Sempre deve-se respeitar o relato de dor: ninguém tem apreço sincero por sentir dor durante a menstruação, e seu relato, quando a estudante consegue verbalizar, deve ser respeitado e creditado;

e. A incapacidade de comunicação não invalida a possibilidade de sentir dor: nem sempre a dor é reconhecível, ela pode estar mascarada por um sentimento de desconforto, de não saber o que sente, onde sente, o que está acontecendo; a

jornada de conhecimento do corpo ao longo da menstruação também passa pela dor e o reconhecimento dessa. (DESANTANA et al, 2020, p.197)

E quais são os elementos identificados enquanto dolorosos? As protagonistas apontaram o **Enjoo** e **Cólica** como as principais fontes de dor.

A dismenorreia, que afeta cerca de 80% das adolescentes, é caracterizada por dor durante o período menstrual. Segundo Silva et al (2020) essa dor está ligada ao aumento das prostaglandinas, substâncias de origem hormonal, que causam contrações uterinas intensas, chamadas de cólica menstrual. As prostaglandinas também causam constrições em órgãos como estômago e intestino, levando a sintomas como diarreia, náuseas, vômitos, cefaleia e irritabilidade.

Algumas estratégias são usadas para aliviar a dor, como **Remédio** e **Bolsa de Água Quente**. As protagonistas também relacionam menstruação enquanto elemento pertinente à **Adolescência**, o que pode ser considerado um marco geracional através da **Puberdade**; também a menstruação foi vista enquanto elemento de **Renovação** e **Amadurecimento** dos corpos femininos. O **Doce** aparece enquanto vontade de comer algo, despertada por alterações hormonais inerentes ao ciclo menstrual.

No grupo Aspectos Emocionais, das quatorze palavras elencadas, treze apresentam aspectos negativos; sobre uma única com aspecto positivo - **Vantagem** - a protagonista A5 não soube responder o porquê da relação desta palavra com menstruação, quando inquirida posteriormente. Também é válido destacar anotação no Diário de Campo sobre essa entrevista, na qual a pesquisadora mostrou-se perplexa da menção dessa palavra, principalmente por conta da sequência de palavras da protagonista: *“Tortura - Vantagem - Sofrimento”* (A5), ou seja, ela está no meio de palavras que representam aspectos emocionais muito negativos.

As demais palavras desse grupo elencadas pelas outras protagonistas desvelam a vivência dos ciclos menstruais enquanto elemento de grande sofrimento emocional para essas meninas. As mudanças hormonais que regulam os ciclos menstruais são elementos pertinentes para estas emoções. Nesse sentido, a menstruação é um estigma que, segundo Goffman (2013, p.7) é uma marca, considerada desviante, portada por alguém que a torna socialmente inadequada para a aceitação plena na sociedade.

Tal consideração promove segregação social para a estigmatizada, dificultando a vida em comunidade, principalmente na escola. Estão envolvidos

também mitos e tabus referentes às pessoas menstruantes. “Os tabus menstruais funcionam para separar, excluir e até banir as mulheres menstruadas dos espaços públicos e privados, impedindo sua participação plena na vida pública, bem como em sua própria subjetividade plena (WOOD, 2020, p. 322)<sup>2</sup>.

Estigmas, mitos e tabus relacionados à menstruação também compõem as causas dos sentimentos negativos: o medo da possibilidade de vazarem o menstruo e a vergonha de alguém descobrir que está menstruada são recorrentes, sendo esse fator presente em muitas falas sobre o cotidiano em sala de aula estando menstruada, como será apresentado posteriormente.

Por fim, no grupo Higiene Menstrual, o **Absorvente** é a palavra mais citada, sendo esse o único produto usado para coletar o fluxo menstrual das protagonistas. A menção à menstruação enquanto **Sujeira** ocorreu uma única vez, mas pode estar relacionada, também, com **Banho** e **Água** enquanto elementos de limpeza corporal.

Como dialoga Menegotto (2022) se a antítese entre a noção de impureza e limpeza é estabelecida, vinculando a sujeira a desordem, e considerando a menstruação como um fenômeno socialmente estigmatizado, é possível inferir que se espera que o corpo menstruado seja submetido a um regime de ordenamento, disciplina e regulamentação. Esta concepção implica que as manifestações da menstruação no corpo devem ser cuidadosamente dissimuladas e ocultadas, estando no cerne dos medos e da vergonha da possibilidade de alguém descobrir que uma menina está menstruada.

## 5.2 Nécessaire - O Espaço Íntimo: a bagagem pessoal

A primeira categoria de análise delineada foi denominada *Nécessaire*, representando o espaço pessoal das protagonistas, aquilo que elas levam consigo para a vivência de seus ciclos menstruais no ambiente escolar, a sua bagagem primária: são os saberes geracionais, a menarca, os absorventes, as roupas, os medos, os silenciamentos próprios.

Um dos pontos observados que trouxeram maior indignação frente ao problema da pobreza menstrual no contexto escolar foi a distorção ano-conteúdo relacionada à educação sexual das protagonistas. Conforme a BNCC os conteúdos

---

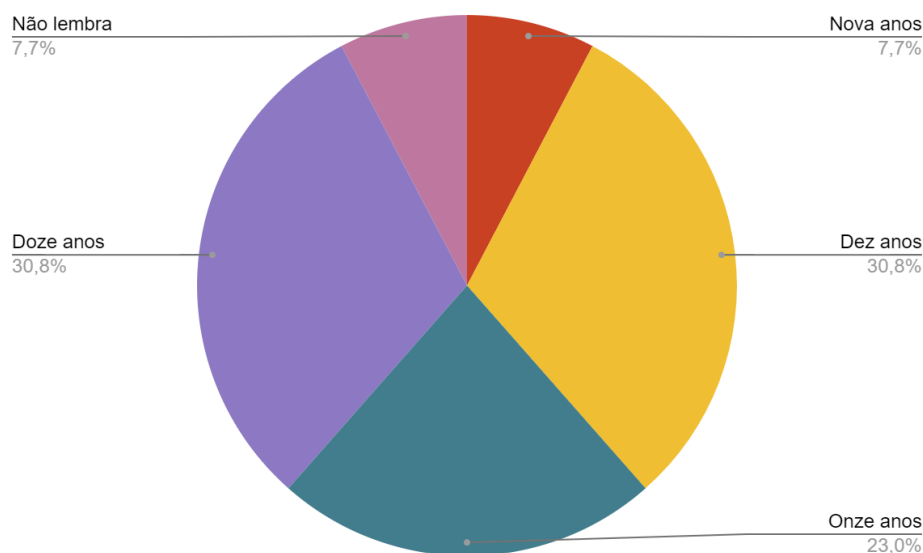
<sup>2</sup> Do original: “Menstrual taboos function to separate, exclude, and even banish menstruating women from public and private spheres preventing their full participation in public life as well as in their own full subjectivity” (WOOD, 2020, p. 322)

relativos à reprodução humana, que engloba necessariamente a menstruação, ocorre na disciplina de Ciências da Natureza, 8º ano, unidade temática Vida e Sociedade, com o desenvolvimento das seguintes habilidades:

(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso. (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética). (BNCC, 2018, p. 349)

Conforme UNICEF (2018, p. 5) meninas que cursam o 8º ano, se o fazem na idade correta, tem em média 13 e 14 anos de idade, o que difere da média de idade da primeira menstruação das estudantes, pois todas menstruaram antes dos 13 anos, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Idade da menarca (primeira menstruação)



Fonte: produção da autora

Ainda considerando os dados coletados, nas entrevistas onze estudantes afirmaram estarem no 5º ano do Ensino Fundamental quando ocorreu a menarca, uma afirmou estar no 6º ano e uma não lembrou o ano escolar na qual ocorreu.

Tal tema é de competência da escola, pois muitas vezes a família e círculos de amigas próximas podem falhar no ato de informar as meninas sobre seus corpos, uma vez que “[...] a informação transmitida, muitas vezes, é falha e vem carregada de conotações negativas.” (MENEGOTTO, 2022, p.52). Dessa forma, considerando a atual organização curricular, a escola mostra-se uma fonte atrasada de saberes sobre o corpo feminino e a puberdade para estas estudantes, uma vez

que todas já haviam ficado menstruadas anos antes do assunto ser abordado academicamente na escola, algumas delas sem conhecimento algum sobre o que acontecia com seus corpos naquele momento.

### 5.2.1 Conhecimentos prévios e a Menarca

Os tipos de informações sobre menstruação as quais as protagonistas tiveram acesso antes da menarca tiveram origens variadas. *“Ah, porque a minha mãe já ficou, ah, todo mundo vai falando, né, quando fica, quando não fica, com que idade ficou, essas coisas”* (A8). As protagonistas apontaram que observaram as rotinas menstruais de outras mulheres integrantes do círculo familiar. Quando questionadas sobre a primeira vez que ouviram falar de menstruação, relatam que *“foi em casa, quando a minha mãe pediu para mim alcançar um absorvente para ela, eu perguntei porque e ela me explicou”* (A2) e, ainda, *“porque eu já tinha visto, porque a minha irmã já tinha ficado”* (A6). Reforça esta ideia o depoimento de A10: *“eu escutava às vezes, tipo, quando a mãe pedia para mim pegar absorvente pra ela, ou no mercado mesmo ela falava, tipo, “tô menstruada”, pra comprar absorvente. **Eu entendia que era sangue que saía dela”***

O conhecimento sobre os corpos femininos também aparece enquanto construído pela observação cotidiana familiar, sem espaços para maiores explicações, como pondera A3: *“não sei, assim, tipo, de um momento exato, específico que eu ouvi “oh, meu deus, menstruação”, tipo, quando eu era pequenina eu morava com a minha mãe, tipo minha mãe, minha irmã, meu pai e minha avó, tudo na mesma casa então só tinha de homem o meu pai, então eu convivía com a minha irmã, que era adolescente, com a minha mãe, que também menstruava, então eu acho que sempre tive mais ou menos uma noção do que era.”*

Outros espaços de troca de informações sobre a menstruação antes da menarca ocorreram nos círculos de amizade, quando uma menina fica menstruada e conta para as demais, como relata *“eu sabia mais ou menos, porque a gente, onde é que eu moro, a gente era é muito amiga de três meninas, e a gente já tinha uma menina ficado menstruada um dia antes”* (A7).

Quando os círculos familiares, sociais e escolares falham no preparo dessas estudantes para a menarca, ainda há possibilidade de busca de saberes por iniciativa própria, conforme mencionado: *“Assim, minha mãe nunca paramo pra conversar sobre isso, sabe? Minha mãe é fechada, e eu também, mas eu sabia o*

*que que era, sabe? Eu pesquisei, eu vi videozinho, né, coisa que todo lugar, todo mundo faz, né? Aí eu já sabia o que que era.”* (A1). Manter uma menina na ignorância sobre o que irá acontecer com o seu corpo não a auxilia no preparo para a vida menstrual. Goffman (2013) complementa que um dos perigos da desinformação é que a informação venha de estranhos ou de agências não seguras, e que não há motivo algum para a família (e a escola, também) apresentarem os fatos que originam a menarca, com tempo e cuidado necessários. Sob o ponto de vista de Wood (2020), não falar sobre a menstruação, ou seja, o silenciamento imposto pelo estigma menstrual, é uma variável relevante da cultura de ocultação, pois a menstruação é frequentemente considerada inadequada para discussões públicas, gerando desconforto tanto em interações entre mulheres quanto em ambientes profissionais de saúde e familiares. Essa dinâmica destaca a influência significativa das percepções sociais sobre a menstruação nas interações comunicativas das mulheres em diversas esferas sociais.

Ter mais ou menos noção do que é a menstruação não representa, todavia, estar preparada para o momento da menarca, pois “a familiaridade não reduz necessariamente o menosprezo.” (GOFFMAN, 2013, p.63), ainda mais quando este é um evento imprevisível e pode ocorrer à qualquer momento, inclusive na escola, como relata A3:

*“Não foi uma situação muito legal, porque eu não tava em casa, eu tava na escola, tava no quinto ano, e eu lembro exatamente como foi: eu tava sentada na minha cadeira e eu comecei a sentir uma coisa, assim, na minha roupa, uma coisa assim, gosmenta, uma textura que eu nunca tinha sentido, aí eu estranhei **“meu deus, será que eu fiz xixi na roupa e não percebi?”**; aí eu pedi para a professora pra ir no banheiro pra mim ver se ... o que tinha acontecido, aí quando eu fui ver eu pensei que realmente eu tinha me mijado, só que não era uma textura de xixi, não era líquido assim, aí eu ví que a minha roupa estava cheia de sangue, aí eu pensei **“meu deus, e agora?”** porque eu não tinha absorvente, não tinha nada; aí o que é que eu fiz: peguei um papel higiênico, eu me limpei, e eu coloquei dentro da minha roupa, como se realmente fosse um absorvente, porque era o que eu tinha ali para pelo menos segurar naquele momento e não sujar mais a minha roupa, e aí eu fiquei segurando até chegar em casa, não lembro se chegou a sujar a minha roupa, acho que não, **mas daí eu tive que esperar até em casa para fazer realmente alguma coisa.**” (A3)*

Quando perguntada sobre a possibilidade de pedir ajuda, de procurar uma professora ou a coordenadora pedagógica da escola para ajudá-la nesse momento, a protagonista foi enfática:

*“Não, porque eu não sabia se era uma coisa certa pra se fazer, e também não se passou na minha cabeça de pedir ajuda alguém ou alguma coisa, eu acho que falei para umas duas amigas, eu acho, e elas também não tinham absorvente porque elas nunca tinham menstruado, também, eu acho que foi assim, então.”* (A3)

Ou seja, essa estudante não se sentiu segura para procurar apoio da escola, não sabia se era a coisa certa pra se fazer, se seria acolhida ou não, tendo que passar por tal situação no ambiente escolar totalmente desamparada, não por falta de recursos da escola em acolhê-la nesse momento, mas por falta de informação de que esse acolhimento era possível.

A conversa de mãe e filha é um elemento recorrente entre as protagonistas, com níveis diferentes de informações trocadas.

*“A minha mãe me explicou e coisa, e no dia que eu fiquei, eu fiquei meio feliz mas meia, né, e daí eu fiquei assustada, porque, saindo sangue do nada, daí a minha mãe me explicou e coisa, me ensinou como a botar o absorvente... [...] **aí ela me deu os parabéns, por ter me tornado menina**, e ela falou que era uma, que com todas as meninas ia acontecer isso, e era a partir do período fértil.” (A7)*

Mas também ocorrem situações como a relatada pela protagonista A6, onde a mãe até explica a menstruação do ponto de vista da higiene menstrual, mas o que de fato é a menstruação, não, conforme relata A6: *“Ela falou que quando eu menstruasse era para falar com ela, pra ela comprar as coisas... eu tinha 12 anos, antes e depois de ficar menstruada. Pergunto: tu lembra se ela te contou o que era menstruação? a aluna afirma: **não**” (A6).*

Diante das experiências diversas compartilhadas pelas protagonistas, é evidente que a abordagem sobre a menstruação nas esferas familiares varia consideravelmente. Enquanto algumas mães oferecem informações detalhadas, outras limitam-se a discutir aspectos práticos, como a higiene menstrual. A narrativa de A6, que destaca a ausência de uma explicação substancial sobre o que é a menstruação, ilustra uma lacuna relevante na comunicação entre mães e filhas relativa aos ciclos menstruais.

### 5.2.2 Absorventes e cólicas menstruais

Nas entrevistas é possível perceber que em alguns casos há estratégias familiares desenvolvidas para preparar as meninas para a menarca e a vivência de seus ciclos menstruais na escola. Também aparece a figura da nécessaire, uma pequena bolsa preparada para amparar as estudantes no campo da higiene menstrual. A nécessaire aparece enquanto elemento pré-menarca, quando a figura materna ou algum responsável intervém, como diz A5: *“quando eu tinha oito anos, daí, foi quando ela começou a me explicar, **foi quando ela me deu a nécessaire**, e*

*eu já tinha corpo quando, nessa idade, daí ela falou que eu ia menstruar cedo, antes das minhas amigas, e daí ela já veio me explicando, né, sobre isso.”*

Quanto ao conteúdo da nécessaire, estão presentes “*uma bermuda, uma calcinha e dois absorventes, e remédio para cólica*” (A5). E sobre a motivação para carregar a nécessaire, esta se mostra essencial, uma vez que “*Eu trazia para a escola, eu tinha medo de menstruar na escola*” (A5). A protagonista A10 também relata: “*Eu sempre levo [absorvente] por exemplo; um papel [higiênico] na mochila, absorvente e remédio.*” Para além dos absorventes, as estudantes também carregam consigo medicações para a dor da cólica, queixa recorrente nas falas das protagonistas.

Sobre o uso de medicação para a cólica, essa está presente nas falas das protagonistas pois a dor é um elemento associado à menstruação. Somente a protagonista A4 mencionou ter tido cólica pouquíssimas vezes: “*eu senti duas vezes, uma foi ano passado e eu tive uma semana passada*” (A4); ainda sobre os conhecimentos sobre o que é cólica e como ela se manifesta no corpo, a mesma protagonista relata:

*“Daí eu perguntei: **o que é cólica?** Eu já tinha ficado menstruada naquela época mas eu não sabia o que que era cólica, daí ela disse ‘**Ah, é tipo uma dor muito forte na tua barriga**’, daí quando eu cheguei em casa eu falei com a minha mãe e a minha mãe disse que quando tá menstruada não pode sentar em lugar muito quente nem muito gelado senão podia ficar com cólica.”(A4)*

Quando a cólica se faz presente, os demais relatos são de dor:

*“**Eu cheguei a ir no hospital**, pra ver isso, porque eu sentia muita dor nas costas, que é aqui assim, nessa região [aluna aponta a região lombar] e daí doía muito, tinha que ficar em casa na cama, **nem remédio não adiantava.**” (A1)*

*“É porque, eu quis falar sobre sofrimento, porque eu tenho muita cólica, e a minha menstruação dói demais, **eu acho horrível isso.**” (A5)*

*“Eu comecei a sentir agonia, eu comecei a sentir dor, né, dor de cabeça quando eu ia ficar, cólica, que eu então não tinha, que eu comecei a sentir. **Na verdade eu nunca sentia muita dor, ultimamente eu tô sentindo muita cólica.**” (A10)*

E mesmo quando não ainda não houve cólica, a relação entre menstruação e dor é relatada no momento da menarca, fato também citado por McHugh (2020):

*“é que tipo assim, era de noite e daí minha mãe tava fazendo comida, daí eu senti alguma coisa descendo e eu fui no banheiro, tipo, eu já tinha visto a minha mãe e irmã falando sobre menstruação, daí eu soube o que que era, que daí eu falei: mãe, eu menstruei, ela falou - a, tu tem que começar a comprar absorvente, esse tipo de coisa...”*

**P:** tu lembra o que tu sentiu naquele momento?

*fiquei com raiva*

**P:** porque?

*porque, tipo assim, ai, que droga,*

**P:** e porque “que droga”?

*porque eu via a minha mãe e a minha irmã reclamando de cólica e talz...*

**P:** mas isso ainda não tinha acontecido contigo ou já tinha acontecido contigo, tu já tinha sentido cólica?

*não*

**P:** mas tu sabia que não era bom?

*sim” (A2)*

O medo de menstruar na escola é um elemento recorrente e é unânime nas falas das protagonistas. Todas relatam o medo enquanto elemento pertinente a suas menstruações, principalmente o medo que alguém tome consciência que elas menstruam e estão menstruadas, sendo o sangue a principal marca desse medo. Como expõe Menegotto (2022), o sangue menstrual é visto socialmente através do olhar masculino, que não quer vê-lo, necessitando, portanto, ser ocultado. Nesse sentido, ainda conforme a autora, a performance normativa ideal seria não sangrar, sendo a menstruação um elemento antagônico da performatividade feminina de docilidade, pureza e controle.

O medo de alguém ver, o medo do que vão falar, e, juntamente com esse medo, a vergonha de estar menstruada e alguém perceber permeia todo o itinerário formativo dessas estudantes à partir do momento que ascendem ao grupo de mulheres detentoras dos saberes relativos às vivências dos ciclos menstruais; no momento que experienciam a menarca, são expulsas do paraíso da infância e passam a conviver com seus corpos púberes.

Dentre os novos elementos que agregam o cotidiano de meninas que menstruam, a higiene menstrual passa a ter espaço fundamental ao longo de seus ciclos menstruais. Quando perguntadas sobre os produtos de higiene menstrual que usam todas afirmaram usarem absorventes externos com abas.

Os absorventes externos descartáveis surgiram na segunda década do século XX para substituir as toalhinhas de pano até então utilizadas, facilitando a rotina menstrual, trazendo segurança contra vazamentos e diminuindo o tempo empregado na gestão do mensturo, segundo Menegotto (2022). Entretanto, o discurso de um gerenciamento bem-sucedido da menstruação por conta da total ocultação dessa, reforça um status quo opressivo e não libertário, conforme Piran (2020).

Apesar de, na contemporaneidade, absorventes descartáveis não serem mais sustentáveis do ponto de vista ecológico, eles são importantes socialmente, uma vez

que para mulheres de classes sociais mais baixas, filhas de imigrantes e descendentes de afrolatinoamericanos, o uso de absorventes descartáveis constituiu uma forma de americanização e integração à identidade de classe média almejada, conforme observado por Tarzibachi (2017). No contexto temporal do século XX, a utilização de toalhinhas de pano era associada à extrema pobreza, tornando os absorventes descartáveis uma necessidade mesmo para aquelas que ainda não haviam alcançado a condição de classe média.

Outras alternativas de produtos menstruais como calcinhas absorventes e coletores menstruais, mesmo quando citadas pela pesquisadora, não são mencionadas pelas participantes. Embora as protagonistas tenham conhecimento sobre coletores menstruais e calcinhas absorventes reutilizáveis, tais opções nunca estiveram ao seu alcance. O desconhecimento em relação a essas alternativas pode ser atribuído, conforme Menegotto (2022) sugere, a aspectos culturais, particularmente em consonância com os fatores previamente elucidados por Tarzibachi (2017, 2020).

As protagonistas deste estudo vivem em uma época onde o acesso a produtos descartáveis de higiene menstrual é viável para famílias de baixa renda, e em que a adoção sustentável de bens não era prioritária para essas famílias. Adicionalmente, no que tange às opções reutilizáveis para contenção do fluxo menstrual, as campanhas de comunicação de marketing social estão orientadas para um público elitizado, tanto devido aos custos dos produtos quanto à sua gestão, tornando-os pouco atrativos ou vantajosos para as protagonistas.

Os absorventes externos com abas de fluxo moderado e noturno são os protagonistas das necessárias, juntamente com a medicação para a cólica. Sobre o uso de absorvente noturno, esse aparece diretamente ligado com a quantidade de fluxo menstrual das estudantes: *“Antigamente eu usava o noturno nos primeiros dias, depois o normal e o pequenino no final, com abas, porque sem abas eu acho muito ruim [risos constrangidos].”*(A4); e: *“eu uso absorvente noturno, aqueles que são bem grande, porque o meu fluxo é muito grande.”*(A5). Ou seja, esse tipo de absorvente transpõe a utilidade original para proteção durante as horas de sono e passa a ser utilizado no período diurno, durante as atividades fora de casa, em uma tentativa de dar conta dos fluxos menstruais intensos.

Um dos principais elementos mencionados como pilar da pobreza menstrual pela UNFPA e UNESCO (2021) é a falta de acesso a produtos de higiene menstrual,

principalmente absorventes. No âmbito familiar, todas as protagonistas relataram ter fácil acesso à absorventes. A primeira figura para quem pedem tal produto é a figura materna:

*“Normalmente eu pergunto **para a minha mãe primeiro**, porque, se ela, a minha irmã guarda na mochila, e às vezes ela tem. Agora a minha mãe não precisa mais [a mãe da aluna realizou uma histerectomia]. Mas se a minha mãe não tá em casa eu peço para o meu pai buscar no mercado.” (A4)*

*“**a minha mãe já deixa**, tipo, como se fosse um estoque, deixa guardado para quando precisar ou tá perto de terminar ela já repõe...”(A7)*

*“É que é **a minha mãe que compra**, às vezes, pra mim, daí ela pega com abas.” (A8)*

*“**a mãe compra**” (A9)*

*“[...] olha, **às vezes eu pego e compro**, e **às vezes é a minha mãe**, às vezes até mesmo quando a minha mãe não pode sair de casa, o meu padrasto pega e compra para mim” (A1).*

Quando inquiridas sobre o acesso às condições sanitárias básicas para a higiene menstrual em domicílio, no questionário todas as protagonistas apontaram ter banheiro e rede de esgoto em casa, elementos essenciais para segurança sanitária na higiene menstrual. Na entrevista, uma protagonista mencionou:

*“Felizmente, assim, **eu tenho bastante recursos**, assim, pra me manter limpa na questão da menstruação, tipo, em casa eu sempre tenho absorvente, sempre que tá acabando já peço para a minha avó para a gente comprar, **a gente tem condições de comprar**, sempre tem absorvente em casa, eu tenho água em casa, eu tenho sabonete em casa, todas as coisas que eu posso me limpar e não é algo, assim, não é algo ruim, assim, difícil para mim.” (A3)*

Tal fala representa muitos dos pensamentos das estudantes sobre o que é, de fato, pobreza menstrual. Quando da distribuição dos termos de participação na pesquisa, conforme anotação no Diário de Campo, houve a necessidade de explicar que a *pobreza* presente no conceito de *pobreza menstrual* não refere-se a pobreza financeira, a não ter dinheiro somente, mas a outros elementos que seriam investigados na pesquisa. Houve o cuidado para não dar esclarecimentos nesse momento para não contaminar as respostas das participantes. Todavia, ao fim das entrevistas, foi explicado o conceito para as protagonistas.

A respeito do tema dos absorventes, destaca-se que a única protagonista que mencionou a experiência com um absorvente interno relatou tê-lo feito "por não ser mais virgem" (A12), sendo esta a única entrevistada a compartilhar qualquer forma de vivência sexual. Vale ressaltar que a hesitação da participante em verbalizar tal informação e seu pedido de sigilo sugerem uma preocupação com o possível julgamento de suas colegas caso tal fato fosse descoberto. Além disso, é importante

salientar a desinformação manifestada pela aluna sobre o uso de absorvente interno, associando erroneamente o seu uso à perda da virgindade. Esse equívoco destaca a necessidade de esclarecimento sobre questões anatômicas e sexuais, uma vez que compreende-se que o absorvente interno, quando utilizado corretamente, não ocasiona o rompimento do hímen. É fundamental abordar a desmistificação da virgindade, indo além da concepção restrita relacionada ao hímen; o rompimento dessa membrana é considerado um marco sexual significativo, mas é crucial compreender que a virgindade transcende a mera ruptura física e está mais intrinsecamente ligada à experiência de contato íntimo com outra pessoa. Destaca-se que a penetração não é a única forma de romper o hímen, uma vez que a perda da virgindade é uma experiência complexa e multifacetada (DAHL; BROCHMANN, 2017).

A protagonista A12 foi a única a mencionar o atendimento por ginecologista, quando relacionado à menstruação. Relata que, quando ficava menstruada, no início, saía uma coisa estranha do seu corpo na menstruação, ficou preocupada e pediu para a mãe para ir na médica, que lhe explicou que tal elemento estranho é parte inerente da menstruação: era parte do endométrio, tecido esponjoso que reveste o útero no período fértil em preparação para uma provável gestação. Tal fato acende um sinal de alerta sobre os saberes menstruais, uma vez que o menstuo, ou seja, aquilo que sai da mulher quando esta está menstruada, não é formado somente de sangue, mas, também, de tecido endometrial, o que não foi ensinado para essa protagonista.

A terceirização da informação sobre menstruação, ao encaminhar a filha a uma ginecologista após sua primeira menstruação, pode ser interpretada como um indicador de tabu menstrual por parte da mãe. Esse comportamento sugere que a mãe pode não se sentir à vontade ou capaz de abordar diretamente o tema da menstruação com a filha, optando por delegar essa responsabilidade a um/uma profissional de saúde, o que sugere uma barreira na comunicação sobre a menstruação. Esse comportamento pode contribuir para a perpetuação do tabu menstrual, já que a falta de diálogo aberto pode reforçar a ideia de que o tema é inadequado, constrangedor ou digno de ser evitado.

Sentimentos e emoções variadas também estão presentes nas falas das protagonistas. Quando inquiridas sobre como é vir para a escola estando

menstruada, elas são diretas: “*eu fico com raiva*” (A2). E quando convidadas a refletirem sobre suas emoções, reforçam tais sentimentos:

“*Eu nunca tinha reparado, mas nesses dias parece que eu fico com mais raiva [...] às vezes não, tipo, depende, às vezes eu fico com tanta raiva que eu não quero falar com ninguém, quando é assim é meio chato [vir para a aula], quando é só uma raiva leve, assim, é de boas*” (A4)

“*Eu me sinto muito agoniada, nos primeiros dias, muito agoniada*

P: e como é essa agonia?

“*Eu me sinto suja, de qualquer forma, tipo, as vezes, quando tá acabando já no final, eu me sinto suja, mesmo, parece que tá me grudando alguma coisa*” (A10)

“*Quando eu tô nos meus dias eu fico muito estressada, tipo, mudou muito porque eu fiquei muito estressada, mal humorada, eu fico sentimental também, mas não demonstra, mas eu fico sentimental, eu guardo aquela coisa, sabe? Eu fico com aquela implicância, essa é a mudança de sentimento.*” (A10)

A puberdade e a adolescência são momentos de muitas transformações físicas e emocionais, é o momento na qual há uma explosão hormonal e pela primeira vez as meninas têm que lidar com isso e o aprendizado dos próprios sentimentos e emoções e como estes estão relacionados com os ciclos menstruais ainda não são por todas conhecidos. Dessa forma, a educação menstrual deve compreender as mudanças emocionais e sentimentais do período como elementos biológicos, uma vez que tem causa hormonal conhecida, e não enquanto transtorno psicológico, como muitas vezes é tratado, principalmente quando tais emoções são reduzidas à sigla TPM - Transtorno Pré-Menstrual, conforme Gottlieb (2020) quando fala sobre o tabu menstrual, Johnston-Robledo e Chrisler (2020) quando falam dos estigmas menstruais e Ussher e Perz (2020) quando falam sobre a construção e experiência da incorporação pré-menstrual nas mulheres.

### 5.2.3 Histórias do senso comum

Os saberes transmitidos no âmbito do senso comum perpetuam mitos, tabus e estigmas sobre a menstruação, impactando em níveis variados no cotidiano das estudantes. Quando inquiridas sobre “quais histórias você escutou sobre o que pode ou não fazer estando menstruada”, o cerceamento do consumo de determinados alimentos como a *canela* (A1) é presente. Outros mitos relativos à alimentação e menstruação aparecem enquanto tentativa de controle do ciclo menstrual:

“*a minha avó ela falou que não podia tomar café quando eu tava menstruada, porque o fluxo aumentava, e a minha mãe diz que, quando a gente ir pra praia ou alguma coisa assim menstruada, antes da gente ir para praia é pra mim tomar, um mês antes, é pra mim ficar tomando água com limão, pra menstruação vir antes, pra eu ficar livre da menstruação. Eu fiz isso e deu certo.*”(A5)

Nem sempre as histórias advêm do contexto familiar, como relata a protagonista A2:

*“Eu ouvia que não podia comer doce... e nem tomar leite  
 P: e comentaram contigo sobre o porquê disso?  
 Não. Eu ouvi na real no ônibus, uma vez, uma mulher falando com outra velinha, daí eu fiquei, tipo, não entendi...  
 P: e em casa, alguma vez tu escutou isso?  
 Não, mas a minha avó sempre fala para mim não andar descalça.” (A2)*

A gerência sobre os corpos jovens femininos também foi amplamente citada:

*“Teve uma vez aqui na escola que eu tava com a minha amiga, aí ela disse assim, que **não podia sentar na pedra gelada** porque ela podia ficar com cólica.”(A3);*

*“A minha mãe sempre me diz para eu **não andar de pé descalço** antes de ficar menstruada, porque posso ficar com mais cólica” (A5)*

*“Tipo, **não pode tomar banho de piscina**, não pode ficar de pé no chão, **essas coisas...**” (A8)*

O motivo da existência de tais normas geralmente é citado: a possibilidade de ter ou piorar as cólicas menstruais. Apesar da presença de tais mitos nos saberes familiares, eles também são elementos de reflexão e transgressão sobre os limites do corpo feminino menstruado, como visto a seguir:

*“Minha vó diz que sempre no primeiro dia que eu fico menstruada, no primeiro dia da semana, não é para lavar o cabelo, **eu não sei exatamente no que isso influencia**, mas ela me falou; **não necessariamente eu sempre obedeco**, não gosto de deixar meu cabelo sujo, quando ele está sujo eu lavo, estando menstruada ou não” (A3)*

*“Quando eu fiquei, a minha mãe disse que a mãe dela falava, a minha avó, que não podia lavar o cabelo, porque se não você ficava louca; e lavar cabelo dava muita cólica.  
 P: e você já chegou a lavar o cabelo estando menstruada?  
 Sim, e não fiquei louca [risos]” (A7)*

Corroborando Gottlieb (2020) se as pessoas sustentam crenças culturais que associam o ciclo menstrual à manifestação de perturbações físicas durante a fase menstrual ou mentais durante a fase pré-menstrual nas mulheres, é possível argumentar que o estigma associado à menstruação perpetua a categorização das meninas como doentes, portadoras de deficiências, desprovidas de controle, destituídas de feminilidade ou, em última instância, catalogadas como loucas, conforme relato da protagonista A7.

Martins (2004) aponta que, na visão do filósofo grego Hipócrates, a saúde humana era entendida como resultado da interação entre quatro humores corpóreos (sangue, fleuma, bile amarela e bile negra), os quais exerciam influência sobre o temperamento e, conseqüentemente, determinavam o estado de saúde ou doença.

Nesse contexto, a prática terapêutica da sangria, caracterizada pela extração de sangue do corpo, era empregada com o propósito de corrigir desequilíbrios nos referidos humores. Esta técnica manteve-se em uso por médicos ao longo do século XIX, sendo aplicada no tratamento de diversas condições clínicas, incluindo febres, dores de cabeça e na abordagem da histeria feminina.

De acordo com Belintani (2003) ao longo da história, o termo *histeria* foi frequentemente associado a uma condição específica considerada uma "doença feminina". A palavra histeria tem origem na palavra grega *hystera*, que significa matriz, útero. Durante o século XIX, a histeria foi diagnosticada em mulheres que apresentavam uma ampla gama de sintomas, incluindo manifestações emocionais e físicas, como ansiedade, irritabilidade, dores inexplicáveis, convulsões e paralisias temporárias. A compreensão da histeria como uma *doença feminina* estava impregnada de estereótipos de fragilidade emocional e instabilidade psicológica associados às mulheres. A revisão histórica da prática da sangria, originada nas premissas hipocráticas, ressalta a persistência de estigmas associados à saúde mental feminina e ao sangramento, conforme relatado pela protagonista A7.

Sobre o silenciamento que o tabu do sangue menstrual inspira, as protagonistas A6, A9 e A10 afirmaram não terem conhecimento de nenhuma história sobre menstruação. A ausência de conhecimento e a dificuldade em articular compreensões sobre o tema são observadas repetidamente ao longo das entrevistas, pois quando a menstruação é posicionada como uma forma de patologia incorporada, o discurso menstrual incentiva a auto-vigilância, auto-policiamento, auto-silenciamento, auto-culpa, auto-sacrifício e contribui para a vergonha e culpabilização do corpo das mulheres (WOOD, 2020).

A constatação desta última autora reflete a complexidade das percepções culturais em torno da menstruação, indicando que tais concepções não apenas perpetuam o silenciamento, mas também impactam negativamente a relação das estudantes com seus corpos.

### **5.3 Banheiro - O Espaço quase Público - aquilo que (não) é de todas**

A segunda categoria de análise delineada foi denominada *Banheiro*, o espaço público, mas não tão público assim, onde os ciclos menstruais são vivenciados na escola. Nesse momento, não são mais as experiências individuais que emergem,

mas as vivências coletivas femininas das protagonistas, o banheiro é o espaço de todas, mas não de todos, ele é o espaço que deveria ser de segurança sanitária, um dos pilares da dignidade menstrual. Seria o espaço do papel higiênico, da caixinha de absorventes e da limpeza.

Um dos fatores relacionados à pobreza menstruação e essenciais durante a menstruação na escola é a condição *WASH*, do inglês *WATER, Sanitation, Hygiene*: água, saneamento e higiene (UNFPA; UNICEF, 2021) A frequência de uso de instalações sanitárias no ambiente escolar aumenta durante a menstruação, principalmente por conta de: a) troca de absorventes; b) necessidade de verificar possível vazamento do menstruo.

O banheiro enquanto espaço de questionamento emerge no espaço escolar ocupado pelas protagonistas. No período pandêmico houve a construção de um novo prédio de salas de aula no terreno da escola, ampliando a capacidade de atendimento dos/das estudantes. Nesse novo prédio, de dois andares, estão alocadas as turmas dos anos finais do fundamental, dentre elas os nonos anos entrevistados. Além das novas salas, há ainda um novo banheiro com quatro cabines individuais e pia, que aparece nas falas das protagonistas em contraponto ao antigo banheiro, que ficava perto da secretaria da escola. Nesse sentido, o banheiro antigo era muito mais frequentado pela equipe de limpeza que o novo banheiro, no sentido que a frequência de limpeza e a reposição de produtos de higiene era maior no antigo espaço.

O uso do banheiro no ambiente escolar pode ser considerado um tabu para algumas estudantes: *“eu vejo que tem gente que não gosta de usar, tipo, banheiro de escola, não gosta de ir no banheiro da escola”* (A3). Essa fala indica que há uma resistência por parte de algumas alunas em utilizar os banheiros da escola, sugerindo uma possível aversão ou desconforto associado a esse ambiente. Essa atitude pode ter diversas origens como privacidade, influências culturais ou, até mesmo, a disponibilidade ou não de produtos básicos de higiene, como o papel higiênico.

### 5.3.1 O papel higiênico

Todavia, o principal item de reclamação é o acesso ao papel higiênico. Conforme relata a protagonista A10, o novo banheiro trouxe mudanças significativas para as dinâmicas de higiene e conforto das estudantes: *“Quando eu vou no*

banheiro, então, o papel higiênico eu acho que era nas salas mas não é mais, é no banheiro mas não é dentro da cabine, **é fora**” (A10). Nos banheiros novos, o papel higiênico fica fora das cabines individuais, o que causa uma série de transtornos para as protagonistas:

“Iguar papel higiênico, **papel higiênico é fora dos banheiros**, então a gente, a quando a gente fica a gente se limpa, deixa limpo, e não tem dentro do banheiro, tem fora, só, e **isso dá medo né de ficar e não poder ter**, não ter [papel higiênico]”. (A7)

“ou quando a gente vai se limpar no banheiro tem papel só que invés de ser nas cabines do banheiro **é do lado de fora**, daí é ruim, às vezes a gente limpa mais de uma vez, por causa que suja” (A8)

“na escola eu acho meio ruim, porque **o papel higiênico fica do lado de fora**, então, tipo, por exemplo, se eu tô menstruada, é meio ruim, porque, eu precisaria de mais papel higiênico às vezes” (A4)

Ainda, é recorrente não ter produtos de higiene nos banheiros:

“e aí **o que eu mais precisaria, no caso, é papel higiênico**, e isso para mim sempre tem no banheiro, quando eu vou.... não é bem papel higiênico que tem, é aquele papel de limpar a mão, sabe? que é um negócio que tu puxa assim e é um papel mais áspero... mas não é ruim, eu acho.” (A3)

“de vez em quando não tem papel higiênico, **tem que tá pedindo, tem que pegar autorização pra ir no banheiro, porque tem pessoas que não sabe cuidar, tudo uma burocracia...**”(A1)

“**tinha sabão antes na escola, mas eles tiraram**, só tem água, e para secar a mão tu tem que secar na roupa, ou pegar o papel.” (A4)

Uma das protagonistas ainda complementa:

“então, assim, quando eu tô, pelo menos, **eu gosto de enrolar o meu absorvente para não aparecer**, mas eu não vou ficar pegando vários pedaços de papel higiênico e levando, então não tem como, daí isso fica ruim.” (A10)

Nesse sentido, percebe-se que a vergonha do menstruo e possibilidade de alguém descobrir sobre a menstruação é algo que causa tamanha vergonha que até o lixo é escondido para que outras meninas, até mesmo aquelas que ainda não tenham passado pela menarca, não vejam a existência do sangue menstrual em um espaço de uso coletivo, as protegendo, de certa forma, do desconforto ver sangue menstrual e saber sobre a menstruação.

Quando indagadas se já deixaram de ir ao banheiro por não ter papel higiênico elas respondem: “já” (A1) e “sim [risos constrangidos]” (A4). A falta de recursos básicos no banheiro pode levar as estudantes a adotarem práticas prejudiciais, como evitar o uso do banheiro, o que, por sua vez, contribui para a perpetuação de estigmas em torno da menstruação. Além disso, a retenção

prolongada da urina durante o período menstrual pode levar a uma série de problemas de saúde, sendo as infecções urinárias e ginecológicas uma das principais preocupações, conforme Unfpa e Unicef (2021). Ainda:

A garantia de acesso a sanitários seguros, limpos e apropriados durante a menstruação é essencial para prevenir infecções e outras questões de saúde gerados pelo uso contínuo de um mesmo produto menstrual. (UNFPA, UNICEF, 2021, p. 14)

O papel higiênico desempenha um papel crucial na promoção da dignidade menstrual nos banheiros escolares, contribuindo para a segurança sanitária e a boa higiene menstrual das alunas menstruadas. Disponibilizar papel higiênico nessas instalações é essencial para garantir que as jovens tenham acesso a recursos básicos durante seu ciclo menstrual, conforme aponta Unfpa e Unicef:

Em associação à infraestrutura, um dos insumos indispensáveis para a garantia da dignidade menstrual é o papel higiênico. Estima-se que no Brasil 1,24 milhão de meninas, 11,6% do total de alunas, não tenham a sua disposição papel higiênico nos banheiros das escolas em que estudam (UNFPA; UNICEF, 2021, p. 18)

Além de proporcionar uma experiência mais confortável, o papel higiênico é fundamental para a manutenção da limpeza e higiene adequadas durante a troca de absorventes ou outros produtos menstruais. Isso não apenas ajuda a prevenir possíveis infecções, mas também promove um ambiente escolar mais inclusivo, onde as estudantes se sentem respeitadas e apoiadas em suas necessidades biológicas.

Ao reconhecer a importância do papel higiênico como um insumo indispensável, as escolas contribuem para a garantia da dignidade menstrual, promovendo a saúde e o bem-estar das estudantes menstruadas. Mas, não é somente o papel higiênico o produto que as protagonistas têm difícil acesso, o sabonete também encontra-se em falta: “São mais de 3,5 milhões de meninas que estudam em escolas que não disponibilizam sabão para que os escolares lavem as mãos após o uso do banheiro.” (UNFPA; UNICEF, 2021, p. 19)

*“É geralmente, tipo, às vezes no banheiro não tem sabonete, papel higiênico...”*

**P:** daí, como é que tu faz?

*tipo assim, às vezes quando eu entro no banheiro e eu vejo que não tem, eu não vou... [aluna ficou muito retraída]*

**P:** daí tu segura até em casa?

*uhum [no sentido de confirmar]*

**P:** e se não tem, teria algum lugar aqui na escola que tu poderia pedir isso?

*acho que agora, não. Eu acho que poderia reclamar com a direção, mas eu nunca reclamei” (A2)*

Saber que não há produtos básicos de higiene nos banheiros é um fator estressante e presente nas conversas entre as estudantes: *“A gente debate, assim, como eu te falei, da escola não ter, essas coisas, é ruim, né? **É muito ruim, pra nós que somos meninas, daí aqui na escola, não é só nossa série, é as outras também.**”* (A7). A ausência de boas condições sanitárias nesse contexto pode ter impactos significativos gerando desconforto, insegurança e estresse nas alunas que enfrentam essa realidade. A menstruação é envolta em estigmas e tabus, e a pobreza menstrual intensifica a discriminação e a estigmatização associadas a esse fenômeno natural. Consequentemente, garantir boas condições para o cuidado da saúde menstrual não só promove o bem-estar físico, mas também é essencial para criar um ambiente que respeite a dignidade de todas.

### 5.3.2 A caixinha de absorventes

Sobre a necessidade de usar absorventes na escola e o medo que advém de não ter, elas falam: *“ah, é um pouco ruim, né, **o medo de vazar ou alguma coisa assim, ou quando eu esqueço de colocar absorvente na mochila, né, na escola dificilmente tem, né.**”* (A8). Sobre a possibilidade de vazamento, o medo e a vergonha, McHugh (2020) postula que a utilização da termo *vazar* tem o efeito de marginalizar o sangue menstrual, retratando-o como algo que se situa além da aceitabilidade normativa, ao mesmo tempo em que reitera a ideia de que a menstruação não deve ser percebida. O estigma associado ao ato de ocultar a menstruação, vivenciado pelas estudantes, culmina nos sentimentos de medo e constrangimento. Isso contribui para a formação de uma cultura menstrual enraizada na vergonha, instruindo as estudantes de que apresentar uma marca de menstruação no espaço escolar representa uma das situações mais constrangedoras a que podem estar sujeitas.

*“É que, tipo assim, aqui na escola a gente tem, eu acho que muitas das meninas que vão vir vão falar isso, por causa que **a gente tem medo de vir e, tipo assim, às vezes a gente vem menstruada, né,** e a gente às vezes esquece de botar absorvente e coisa, dentro da mochila, porque é muita correria pra vim, e aqui na escola eles não oferecem, **não é que não oferecem, é que dentro do banheiro não tem,** antes tinha, e muita gente tem vergonha de pedir aqui, às vezes não tem, e daí a gente fica com medo, às vezes ficar e não ter.”* (A7)

Sobre o acesso à absorventes na escola, elas relatam o caso da caixinha de absorventes no banheiro: *“Eles até colocavam alguns absorventes no banheiro pra quem precisasse mas, tipo, nunca teve palestra, esse tipo de coisa...”*(A2) onde não

houve espaço para diálogo sobre o novo elemento no banheiro e as possibilidades de uso. Outra protagonista relata: *“aqui na escola é bem ruim, porque absorvente tinha que ter aqui, eu acho que foi, começo da pandemia teve, nos outros banheiros, teve, assim, uma semana, **quando acabou tudo, acabou**”*. (A10). A falta de continuidade na oferta de absorventes foi um dos fatores mais citados:

*“teve uma época, que foi no sétimo ano, não me lembro se foi 2019 ou 2020, que eles colocaram uma **caixinha de absorvente no banheiro**, aqui de baixo, só que durou uma semana porque, nem isso durou, porque eles não reabasteciam a caixinha com absorvente, então é um pouco ruim.*

**P:** e quando eles colocaram a caixinha, eles conversaram com vocês meninas sobre o que que era aquela caixinha?

*sim, no sétimo ano, ali, em 2020*

**P:** e tu lembra quem que conversou com vocês sobre isso?

*a sora Aline [coordenadora pedagógica]*

**P:** e tu lembra assim, o que ela disse sobre essa caixinha?

*ela falou sobre a menstruação, que é normal e tal, e da caixinha, que ia ter no banheiro, que se acabasse era para avisar a tia, pra tipo, reabastecer, ou alguém avisar a direção, eles não fez”* (A8)

Sobre o uso dos absorventes disponíveis, a não reposição destes é considerada enquanto consequência do mal uso do recurso por parte das demais estudantes: *“aqui na escola, eu entrei no sétimo ano, e no oitavo ano, no meio do ano, eles tinham botado um **negocinho de absorvente**, só que eles tiraram no meio do ano, porque **algumas meninas estavam roubando**, né, e eles acabaram tirando.”* (A5).

Quando indagadas sobre a necessidade de absorventes no banheiro, respondem:

*“e tinha que ter também absorvente no banheiro, porque **tem menina que tem vergonha de vir aqui na secretaria e pedir**, ou na secretaria não tem*

**P:** o pessoal da secretaria já conversou com vocês sobre, caso precisem, há absorventes na secretaria?

*não, que eu me lembre não”* (A8)

A vergonha de pedir os insumos básicos de higiene menstrual mostra-se enquanto elemento que afasta essas meninas do espaço de higiene dentro da escola. Na estrutura cultural vigente, observa-se uma relação interdependente entre a vergonha e o corpo feminino, com a vergonha desempenhando um papel destacado no exercício de controle social sobre os corpos femininos, como aponta Tarzibachi (2017, 2020).

Esta emoção é suscitada tanto pelas características intrínsecas dos corpos femininos, tais como a menstruação, a presença de pelos, emissão de odores, o crescimento dos seios, quanto pela não conformidade com as expectativas preconcebidas, estas raramente alinhadas ao *corpo padrão ideal* delineado pela

ótica masculina. O paradigma corporal idealizado para a feminilidade engendra uma subjetividade que pressupõe a inferioridade e a defeituosidade dos corpos femininos, sendo a menstruação o ápice estigmatizante desses corpos.

#### 5.4 Sala de aula - Aquilo que não pode vaziar

A terceira categoria de análise delineada foi denominada *Sala de Aula*, representando o espaço de convívio de todos na escola. O papel da escola como espaço de educação e formação de cidadãos prontos para enfrentarem a vida em sociedade de forma plena e digna emerge frente ao significado da menstruação para as protagonistas, bem como a efetividade da educação sexual promovida na escola. Nesse espaço, a dor física, as emoções conturbadas, o uniforme menstrual, o medo de vaziar e a vergonha de alguém descobrir sobre a menstruação ganham destaque.

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso. (GOFFMAN, 2013, p.13)

No caso da menstruação, essa perspectiva destaca a importância de analisar como a sociedade, por meio de suas relações e normas, atribui valor ao ciclo menstrual. A ideia de que um atributo estigmatizado pode confirmar a normalidade de outros também se aplica à dinâmica social, em que a menstruação é muitas vezes considerada um *desvio* da norma.

##### 5.4.1 Conceitos de menstruação

A definição do que é menstruação para cada uma das protagonistas é diferente, conforme já retrata a protagonista A1: “**é que cada corpo reage diferente, né, [constrangimento]**” (A1). O entendimento de ser algo natural também emerge com a protagonista A3: “**eu sei que é uma coisa natural e normal do corpo, que acontece com várias pessoas e é uma coisa natural.**” (A3).

As protagonistas A2 e A6 afirmaram não saberem definir o que é menstruação. A protagonista A8 até consegue identificar que a menstruação é algo relativo ao gênero feminino, mas confessa que não sabe como explicar as suas definições: “**É uma coisa da mulher, tipo, uma fase, só que [risos envergonhados] é... menstruação para mim é uma coisa que toda a mulher tem, tipo, eu não sei como explicar**” (A8).

A compreensão da menstruação enquanto algo cíclico e que se apresenta através de fases também é perceptível em outras falas. A protagonista A9 relata: *“uma vez fazendo terapia, eu ouvi ela diz que ela considera a menstruação como se ela fosse renovando como mulher, cada vez que ela menstrua...”* A menarca enquanto momento de entrada da menina em uma nova fase de vida também foi citada: *“foi uma mudança de sentimentos, do corpo também, foi uma mudança como se fosse de fase, sabe? **Depois que eu fiquei mocinha mudou muita coisa.**”* (A10). “A vivência da primeira menstruação, também relacionada com a entrada na adolescência, o *virar mocinha*, constitui um evento que instaura uma nova construção da realidade para essas estudantes. No momento em que ocorre a menarca, o corpo da menina automaticamente é situado em um estrato socialmente construído, identificado como o domínio da performance feminina desejada para esse corpo.

A compreensão de que a menstruação não é algo terrível e que é importante para a saúde das meninas foi algo mencionado pela protagonista A4: *“antigamente eu achava que era algo muito ruim, mas eu acho que hoje em dia eu penso como **uma forma boa de o teu corpo se livrar do que pode ter de ruim dentro do teu útero.**”* (A4).

Sobre as questões de ordem biológica do corpo feminino na menstruação, as protagonistas relatam: *“Quando a gente menstrua a gente libera sangue, o que é ruim, não é? Eu acho ruim, eu acho uma coisa bem desconfortável.”* (A9)

As dores físicas e alterações de humor são os elementos mais citados nas definições de menstruação das participantes:

“É como eu te falei, né, é **uma dor**, só que o corpo incha, né?” (A1)

*“É um [pausa para pensar] é **uma explosão de sentimentos**, né, depende, tipo assim, eu fico menstruada eu to braba, às vezes eu to carente, às vezes eu to, aquela vontade de só comer doce, às vezes aí, a gente fica assim, só preguiça, então não tem muito...”*(A7)

*“**Eu não gosto de menstruar**, bom, eu **menstruo significa que eu estou saudável**, eu tenho consciência disso, mas eu não gosto, porque na maioria das vezes tipo, eu fico irritada, eu sinto coisas ruins, eu sinto dor, eu fico muito nervosa, e eu tenho, tipo, surtos de raiva, assim, principalmente quando eu estou menstruada.”* (A3)

*“Eu fico inchada, o meu peito dói bastante, ele fica bem sensível, e eu fico muito estressada e carente. Eu fico uma semana menstruada, e **daí nesses sete dias eu fico carente, eu fico com raiva, fico triste [risos constrangidos] e tem dias que eu fico normal**, mas eu fico inchada dez dias antes de ficar menstruada e cinco dias depois.”*(A5)

Muitas vezes “devido aos tabus menstruais, a única forma de as meninas e jovens mulheres falarem sobre o assunto é reclamando sobre dores menstruais e sintomas”<sup>3</sup> (MCHUGH, 2020, p.409). Ou seja, não significa que para essas estudantes a menstruação seja somente dor e desconforto, mas sim, que somente sobre isso elas se permitem falar, pois, para elas, a menstruação está envolta por uma aura de silêncio, segredo e negatividade.

A definição da menstruação enquanto fator limitante dos espaços de trânsito do corpo menstruado foi citada pela protagonista A11:

*“Ah, eu não sei definir, mas é uma coisa que acontece, é inevitável. **Eu acho desconfortável ter que usar o absorvente, é uma situação muito chata, porque tem coisas que não dá para fazer daí, por exemplo, se acontece quando eu vou para a praia é muito chato, porque daí eu não posso entrar na água, essas coisas, enfim, é ruim. Ai, eu não gosto de sair de casa.**”*

A narrativa de A11 destaca como a menstruação pode ser percebida como um fator limitante nos espaços de trânsito do corpo menstruado. As restrições derivadas da necessidade de usar absorventes e as limitações em atividades como ir à praia evidenciam as barreiras físicas e sociais enfrentadas por muitas mulheres durante esse período, que poderiam ser diminuídas através da educação menstrual no âmbito escolar.

#### 5.4.2 Conceitos aprendidos na escola sobre menstruação

Considerando o papel da escola na Educação Sexual, em especial a Educação Menstrual das estudantes, quatro situações emergem: as meninas que mencionam não terem visto nenhum conteúdo na escola sobre menstruação; aquelas que mencionam que viram tal conteúdo nas aulas de ciências do oitavo ano, mas não lembram muito sobre e aquelas que mencionam terem ouvido falar em menstruação na escola em espaços outros que as aulas de ciências.

Sobre a ausência do tema menstruação na escola, a protagonista A10 relata: *“eu acho que não, antes acho que a gente nunca viu.”* Das treze protagonistas entrevistadas, quatro (A3, A5, A9 e A10) mencionam não terem ouvido falar de menstruação em nenhum momento no ambiente escolar, sendo a protagonista A9 bem enfática; *“de jeito nenhum.”*

Falar sobre Educação Sexual no ambiente escolar, principalmente **antes** da menarca, é relevante para a compreensão das alunas sobre seus corpos como

---

<sup>3</sup> Do original: “the only way for girls and young women to talk about it is to complain about menstrual pain and symptoms.”(MCHUGH, 2020, p.409).

forma de diminuir mitos, tabus e estigmas relativos aos ciclos menstruais femininos, promovendo a dignidade menstrual e o empoderamento dessas jovens mulheres sobre os seus corpos:

*“Sim, mais ou menos. Quando eu fiquei, eu sabia que todo mundo fica né, quando é mais jovem e tal, só que eu não sabia como é que eu ficava, o porquê de eu ficar, daí **depois** a gente teve uma aula com a sora Fernanda e tal, daí eu tirei a minha dúvida.” (A8)*

Como relatado pela protagonista A8, a escola tem papel importante no acesso à informações corretas sobre o processo reprodutivo humano, principalmente sobre as transformações que ocorrem nos corpos biologicamente femininos à partir da puberdade. Das treze protagonistas, seis relatam terem visto em algum momento em sala de aula conteúdo referente a menstruação.

*“Acho que a gente estudou um pouco em ciências, [trecho inaudível] **ali na parte da reprodução**, [trecho inaudível]” (A2)*

*“Ah, lembro! ano passado a sora explicou sobre a menstruação, **mas foi pouca coisa** sobre ciências” (A4)*

*“Não, só na verdade, ano passado, na aula de ciências. Foi a aula sobre as **coisas humanas e tal**, daí a sora falou sobre isso, sobre sexo, de modo preventivo, e tal... mas foi só ano passado que eu escutei **sobre na escola**” (A11)*

Apesar de conseguirem relacionar a menstruação como algo natural do corpo humano e que tenha, em algum nível, relação com a reprodução humana, tais conhecimentos não estão claros para elas.

*“Daí a gente aprendeu em ciências, né, aí, coisa, [fica extremamente sem jeito] **eu não sei explicar**, do período fértil, que daí é quando os óvulos estão, uma coisa assim, é que faz muito tempo que a gente estudou isso... [...] foi ano passado, no começo do ano.*

**P:** e tu conseguiu entender melhor o que é menstruação na aula, quando vocês viram isso?  
*Consegui, **mais ou menos**” (A7)*

*“Só com a prof Fernanda, acho que ela explicou **como é que funciona**, né, o corpo humano, o corpo feminino e masculino e tal, daí **só viu isso***

**P:** e tu te lembra como é que foi a aula?

*Não, [risos] eu só lembro que ela falou isso*

**P:** e tu sabe qual a relação da menstruação com o corpo da mulher, o que ela faz no corpo da menina?

*Ah, ela **sai um negócio que tem no útero**, só que eu não sei bem o que que é né, só sai do útero*

**P:** e para ti tem alguma relação entre aquilo que sai do útero da menina com a questão de poder engravidar?

*É tipo, **a menina, se ela engravida, a menstruação para, né, porque ela engravidou e tal, mas acho que não faz nada**” (A8)*

Essa narrativa representa a ineficiência do ensino de ciências no modelo atual como forma de englobar todos os conteúdos sobre educação sexual na escola. E educação sexual, onde a educação menstrual é elemento relevante e, geralmente,

obscurecido, transpassa a dimensão biológica, pertencendo também aos domínios social e cultural.

Quando uma jovem estudante não possui o conhecimento necessário para compreender as implicações de sua menstruação, especialmente em relação à possibilidade de gestação, revela-se uma lacuna significativa na educação sexual que lhe foi proporcionada. O papel da escola transcende o mero fornecimento de informações biológicas, estendendo-se à promoção de uma compreensão abrangente das questões relacionadas à saúde reprodutiva. Ao fazê-lo, a escola não apenas empodera as alunas ao fornecer conhecimento prático sobre seus corpos, mas também contribui para interromper o ciclo de desinformação e vulnerabilidade que frequentemente acompanha a gravidez na adolescência, desempenhando, assim, um papel crucial na promoção da igualdade de gênero e na quebra de barreiras que perpetuam ciclos transgeracionais de pobreza feminina em nossa sociedade.

McHugh (2020) afirma que a sustentação do tabu na linguagem se concretiza mediante a proliferação de eufemismos para referenciar a menstruação. A adoção de expressões suavizadas na discussão sobre o ciclo menstrual serve como mecanismo de ocultação da vergonha associada aos períodos menstruais. Em um contexto desprovido de estigma menstrual, não haveria a necessidade de eufemismos, prevalecendo a denominação dos nomes reais: menstruação, menstruo, período menstrual, ciclo menstrual.

A questão essencial é a incapacidade de nomear, o *não dar nome às coisas*. No momento em que você não nomeia algo, ele não existe. O nome legitima a existência. *“ali na parte da reprodução” (A2); “sobre as coisas humanas e tal” (A11), “eu escutei sobre na escola” (A11); “eu não sei explicar” (A7); “sai um negócio do útero” (A8); “É uma coisa da mulher” (A8)*. Sobre o que estas meninas escutaram na escola? Quais são essas *coisas inomináveis* e porque não podem ser nomeadas?

A consciência da inferioridade presente na concepção da menstruação enquanto estigma revela a percepção das estudantes em relação a si mesmas como intrinsecamente inferiores. Este reconhecimento implica na persistência de um sentimento crônico de insegurança que se traduz em ansiedade. A apreensão de ser desrespeitada pelos outros, especificamente em virtude da menstruação, resulta em uma constante sensação de insegurança nas relações sociais na escola. Essa

insegurança não emerge de fontes obscuras e desconhecidas típicas de muitas ansiedades, mas de algo natural e saudável ao corpo biologicamente feminino.

As protagonistas que mencionam terem ouvido falar em menstruação na escola em espaços outros para além das aulas de ciências, falam em três espaços: o primeiro, no momento da explicação da caixinha de absorventes no banheiro, no segundo, em palestra na escola e no terceiro, em atividade ocorrida em outra escola de onde a estudante foi transferida. Apesar dessas atividades não serem recorrentes nas falas das protagonistas, é relevante mencionar pois apresentam possibilidades múltiplas de abordagem do tema menstruação na escola. No momento da colocação da caixinha de absorventes no banheiro, entre os anos de 2019/2020, as protagonistas relatam: *“eu acho que [silêncio] não lembro de ter muita conversa sobre menstruação aqui na escola, eu só lembro de uma vez no oitavo ano que a sora chamou as gurias e disse que ia ter um lugarzinho para guardar absorvente no banheiro...”* (A4). Ou seja, as estudantes foram instruídas sobre aspectos da higiene menstrual, do novo produto que passaria a estar presente no banheiro, disponível para que precisasse.

No momento da palestra na escola, no quinto ano, a protagonista relata:

*“Só lembro que foi uma aula específica reunindo só as meninas da turma, uma aula só para nós, porque, tipo, “meninos não tem que saber” [tom de voz indignado], o que não é bem assim, eu acho, **porque homens também tem que ter consciência do que é menstruação**, que mulher menstrua e que isso é normal; porque eu vejo principalmente que tem muitos homens, meninos assim, que quando fala menstruação eles ficam “ahhhhhh, meu deus, como assim?” [interjeição de espanto] e **eles tinham que ter consciência que é algo normal e natural, não é algo ruim propriamente**, eu acho que foi no quinto ano que eu vi pela primeira vez na escola sobre isso”* (A3)

A separação de meninas e meninos na abordagem de assuntos relacionados à educação menstrual e educação sexual como um todo é empobrecedor para todos os envolvidos, no momento que ajuda a perpetuar o estigma da menstruação enquanto algo a ser escondido, uma marca corporal que torna a menina que a porta indigna de conviver socialmente, o tabu da impureza do corpo menstruado, o mito da loucura feminina promovida pelo sangue menstrual.

A palestra realizada no oitavo ano, na escola anteriormente frequentada pela protagonista A1 também segregou a turma de discentes. Todavia, diferente da protagonista A3 que refletiu sobre a importância da presença dos meninos nos momentos de diálogo sobre menstruação, a protagonista A1 relata ter gostado de estar entre meninas para poder falar sobre menstruação.

P: e na outra escola onde tu estudava?  
 teve uma palestra sobre menstruação, só para as gurias, sabe? Foi legal  
 P: tu te lembra quantos anos tu tinha ou em que ano foi?  
 foi [silêncio] foi ano passado, que eu tava no oitavo ano, eu tinha 15  
 P: e quem fez essa palestra?  
 uma pessoa que veio de fora... agora não me lembro o nome da mulher, sabe? Foi uma pessoa de fora, sim...  
 P: e tu achou legal a palestra, tu ficou com alguma dúvida sobre o que foi dito na palestra?  
 olha, se eu pensar assim de cabeça eu não me lembro como foi, mas eu, foi legal sabe? Aquele momento ali só das meninas, sabe? (A1)

Apesar de enfatizar gostar de ter um momento “só das meninas”, o conteúdo da palestra não mostrou-se significativo para a protagonista A1, somente o momento de confraternização entre mulheres; pois até mesmo o lugar de fala da “mulher que veio de fora” foi esquecido, quem ela era ou o que representava, se era educadora, profissional da saúde, membro da comunidade escolar; para a protagonista, essa era uma *mulher sem nome*.

Conhecendo as (in)definições próprias sobre o que é menstruação e como o tema foi desenvolvido enquanto conteúdo do currículo formal escolar, passa-se a analisar as formas cotidianas de aparecimento da menstruação nas jornadas pedagógicas das protagonistas.

#### 5.4.3 Aprender menstruada

Das treze protagonistas entrevistadas, sete responderam a pergunta sobre como é estar menstruada e vir para a escola. Seis calaram-se sobre o tema. A dor, a autovigilância do corpo nas idas ao banheiro e o estresse gerado por todos esses sentimentos ao mesmo tempo são representados nas falas das protagonistas.

Sobre a dor, elemento já analisado, aparece novamente em sala de aula: “é um pouco ruim, porque às vezes tem a cólica, né, e tem gente que não adianta, daí fica doendo” (A8). A dor é um elemento incapacitante que afeta nas possibilidades de aprendizado das protagonistas; ninguém consegue aprender algo de forma significativa sentindo dor.

**“Na escola é difícil, eu preferia ficar mesmo em casa sabe, trancada no quarto, porque dói demais e daí a gente fica estressada, sabe, e eu queria ficar em casa, mas a minha mãe não deixa sabe, porque tem que vir para a escola, minha mãe é meio rígida, sabe, com esse tipo de coisa, aí quando eu venho para a escola eu me esqueço de trazer absorvente, daí eu peço aqui, e eles compreendem, sabe? Prestar a atenção eu não consigo, porque daí vem a cólica, a gente pensa numa coisa, pensa na outra...”(A1)**

Sair da sala de aula, para as protagonistas, é essencial, fazendo parte dos elementos de autovigilância referentes à estigmatização da menstruação e o medo da possibilidade de alguém descobrir que possa estar menstruada.

*“Assim, eu tento disfarçar o máximo possível, annn, mas tipo, o que faço no geral assim é **de hora em hora ficar indo no banheiro pra me trocar, pra garantir**, mesmo que o absorvente não tá tão sujo eu vou lá e me troco **para garantir** que não exploda e manche a minha roupa, mas no geral não é tão ruim agora, assim, no início eu acho que era pior, agora eu já tou sabendo lidar melhor, assim.” (A3)*

Ainda, a necessidade de alívio emocional que a ida ao banheiro para *garantir que não vazou* traz bate de frente com o momento de aprendizagem em sala de aula, uma vez que:

*“É tipo, a mudança é que **quando a gente vai no banheiro**, acho que foi esses dias, a gente tem que pedir para os professores né, agora, eu já ouvi boatos de que quando tu tá nos teus dias tu não precisa pedir, sabe, não é obrigação tu pedir, tu pode ir, mas como aqui, **a gente não tipo vai desobedecer**, tem que pedir para ir, né, muitas vezes eles não deixam, porque tão, tipo, passando alguma coisa, que aquela hora não é o momento, e eu, né, **tenho vergonha**, nunca aconteceu comigo, mas já aconteceu com outras pessoas, **eu tenho vergonha de pedir**, porque agora eu acho que outras pessoas tem, tipo, eu tô nos meus dias, é o caso, nem todas as pessoas pedem, ah, eu tô nos meus dias, é um caso, ainda mais professor, **professora é mais fácil, porque já ficou menstruada.**” (A10)*

Aqui a protagonista não sabe efetivamente quais são as possibilidades de mobilidade no espaço escolar que lhe são permitidas; mover-se para fora da quietude imposta ao feminino em sala de aula lhe é desejado, mas, por não ser algo habitualmente esperado para uma menina, o medo de desobedecer as normas emerge. Pode-se considerar que a mobilidade de discentes no espaço escolar é uma questão de gênero, onde:

Uma hipótese plausível para explicar essas diferenças seria o modelo de socialização familiar de meninas e meninos: as meninas seriam geralmente educadas para ocupar o espaço privado, dos afazeres domésticos, para **não circular sozinhas** na rua e não sair sem a permissão das famílias; os meninos, ao contrário, seriam estimulados a ocupar o espaço público, a circular pelas ruas. (SILVA; PEREIRA, 2022, p.12, grifo nosso)

Para as alunas, sair da sala de aula é pôr-se em movimento e transgredir duplamente as regras escolares: primeiramente enquanto discente, ao sair da sala em meio a aula e, secundamente, enquanto menina, por ir contra as expectativas sociais de passividade e submissão reconhecidas como inerentes ao gênero feminino na escola, mas não somente, conforme abordam Silva e Pereira (2022). Nesse sentido, pedir para ir ao banheiro durante a aula por conta dos medos presentes na possibilidade de vazamento do menstruo e, conseqüentemente, da

publicização da menstruação, pode ser considerado ato de indisciplina pelos docentes e pelas estudantes, uma atentado à ordem e as estruturas de poder vigentes em sala de aula. Quando a figura de poder é feminina, torna-se mais fácil pedir para sair, pois a estudante reconhece a condição de ser menstruante da professora, tendo a expectativa de empatia e compreensão da real necessidade de ir ao banheiro, gerado pelo gênero biológico compartilhado. Outra protagonista também relata:

*“Ah, tipo, às vezes eu saio né, para ver se, tipo, semana passada o dia que tu veio eu recém tinha ficado, e eu não tinha absorvente na mochila daí eu pedi para a minha amiga, daí eu pensei que tinha vazado, mas não, **daí eu saí nas outras duas, três vezes para ver se não tinha vazado.**” (A8).*

A força do medo da vergonha do vazamento do menstruo é muito presente no cotidiano das protagonistas. Sobre a vergonha, Ussher (2020) fala que o silenciamento sobre a vergonha menstrual tem como consequências o autoisolamento das estudantes, considerado um sentimento compartilhado pelas pessoas que menstruam, segundo Bartky (1990) e Tarzibachi (2017, 2020), principalmente por conta da concepção masculina do ideal feminino. Para McHugh:

A sociedade, por meio de mensagens negativas sobre os ciclos das mulheres e respostas negativas a qualquer menção da menstruação, constrói socialmente a menstruação como algo negativo. A falta de conhecimento sobre o corpo e o ciclo menstrual pode colocar meninas e jovens mulheres em uma posição em que elas experimentam sentimentos negativos, como vergonha em relação às funções de seu corpo reprodutivo e baixa autoestima (MCHUGH, 2020, p. 410)<sup>4</sup>

Neste contexto, a utilização da menstruação como estigma é empregada com o propósito de veicular a convicção da inferioridade feminina. Portanto, a vergonha:

Não é apenas um efeito situacional, mas uma maneira profunda de desvendar a subjetividade dentro do contexto de relações sociais patriarcais mais amplas, reguladas por um olhar de vigilância que sanciona a proximidade-distância de cada mulher em particular em relação ao ideal de feminilidade. (TARZIBACHI, 2017, p.73)<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Do original: “Society, through negative messages about women’s cycles and negative responses to any mention of the menses socially constructs menstruation as negative. Lack of knowledge about the body and the menstrual cycle may put girls and young women in a position where they experience negative feelings such as shame about their reproductive body functions and lower self-esteem.” (MCHUGH, 2020, p. 410)

<sup>5</sup> Do original: “no es solo un efecto situacional sino un modo profundo de desenmascarar la subjetividad en el marco de relaciones sociales patriarcales más amplias, reguladas por una mirada de vigilancia que sanciona la cercanía-distancia de cada mujer en particular con el ideal de feminidad.” (TARZIBACHI, 2017, p. 73)

Dentro desse contexto, a estigmatização menstrual não apenas perpetua, mas também reforça a convicção da inferioridade da mulher. Este fenômeno não é individual, mas sim uma expressão das normas sociais mais amplas, regidas por um olhar de vigilância que busca controlar e sancionar a proximidade ou distância de cada mulher em relação ao ideal de feminilidade masculinamente preconcebido. Assim, a compreensão da menstruação como estigma demanda uma análise crítica não apenas dos eventos isolados, mas sim da interconexão entre práticas culturais, sociais e estruturas de poder que perpetuam essa forma de opressão.

#### 5.4.4 O medo de vaziar

Sobre o vazamento, principal motivo de vergonha das estudantes, foram encontradas duas recorrências: a aluna que nunca vazou, nunca viu ninguém vaziar mas tem medo e a aluna que vazou e como ela lidou com isso. Sobre as meninas que nunca tiveram o menstruo vazado do absorvente e nunca viram o vazamento em nenhuma menina, quando indagadas sobre o porquê do medo de algo que nunca aconteceu e nunca viram acontecer, estas respondem: *“eu me sinto desconfortável, porque se vaziar, marcar, alguém falar...”* (A5). A protagonista A9 reforça: *“É desconfortável, por às vezes pode vaziar e eu não ver e **as pessoas ver e me falar alguma coisa, brincar, fazer alguma gracinha, eu tenho medo.**”* (A9).

Caminhar pelo limiar entre vaziar ou não também é um fator de estresse relatado: *“de vez em quando, quando eu estou menstruada, eu só peço para elas darem uma olhadinha, pra ver se não, né, vazou? porque eu tenho muito medo e vergonha também, imagina [risos]”* (A1). Nesse sentido, o quase vaziar é tão preocupante quanto o vazamento em si. Quando perguntada o motivo do medo, a mesma protagonista responde: *“Ai, sei lá, dos **guri** ver e ficar olhando e rindo...”* (A1).

O medo dos meninos olharem e rirem é algo real. Erchull (2020) afirma que as ideologias em torno da menstruação refletem e fortalecem estruturas sociais patriarcais que favorecem homens e meninos, onde os meninos utilizam a menstruação como um meio de reafirmar a dominação masculina desde jovens. Isso ocorre principalmente por meio de zombarias e ridicularizações direcionadas às meninas em relação às suas menstruações, onde as zombarias explícitas evoluem para piadas sobre a menstruação. Essas piadas frequentemente focam em retratar

estudantes menstruadas como sujas ou nojentas, podendo contribuir para reforçar uma hierarquia de gênero patriarcal ainda na educação básica.

Sobre a materialidade dos olhares e dos risos, quando indagada se já havia visto um menino rindo de uma menina por conta de menstruação, finalizou: *“assim, aqui não, na outra escola, também não... **a gente fica ansiada com aquilo dali [risos]**” (A1).*

Ou seja, a mera possibilidade, mesmo que nunca presenciada ou vivenciada, de ser motivo de chacota por conta da menstruação gera ansiedade, que aqui revela-se enquanto o medo de que algo ruim possa acontecer por fatores que não estão sob controle da estudante; esta até pode seguir todos os protocolos de higiene menstrual, como o uso correto de absorventes, por exemplo, mas estes não lhe protegem de todas as possibilidades de vazamento de menstruo que podem ocorrer.

As experiências compartilhadas também perpetuam os tabus e estigmas menstruais. A protagonista A8 *“não, graças à deus não [risos nervosos]”* teve vazamento de menstruo, mas relata o que ocorreu com outra menina: *“mas a minha amiga contou que ela, na outra escola, que pra ela vem bastante, daí teve uma vez que vazou na sala, daí, **ela ficou morrendo de vergonha**” (A8).* Assim, ela nunca vazou mas teve o exemplo do sentimento de vergonha sentido pela amiga. Quando indagada sobre porque sentir medo de vazar, a protagonista respondeu: *“ah, porque, não tem outra roupa para botar, não tem... **vergonha né, dos outros ver, é ruim**” (A8).*

A vergonha é uma experiência intensamente angustiante, caracterizada pela crença na própria imperfeição e, conseqüentemente, na falta de dignidade para aceitação e pertencimento. Observa-se que essa emoção se manifesta como um profundo senso de inadequação, frequentemente resultando na tendência das estudantes em evitar interações sociais na escola, o que as deixa com a sensação de estarem isoladas. Quando confrontadas com a vergonha, as alunas muitas vezes optam por se esconder dos outros como uma estratégia para evitar a ampliação desse sentimento aversivo. A ausência de diálogo sobre a vergonha menstrual contribui para desfazer as conexões interpessoais, conforme McHugh (2020).

Das treze protagonistas, duas apresentaram experiências concretas de vazamento de menstruo na escola. A primeira relata que o motivo do vazamento foi o posicionamento do absorvente; a busca por maior segurança em relação à fixação do absorvente no local correto é um dos motivos que levam as meninas a

escolherem absorventes com abas. *Sentir que desceu* pode ser uma das piores sensações das estudantes menstruadas em sala de aula, pois representa o anúncio da possibilidade de catástrofe.

*“Quando eu me sento, já fico assim, eu vou no banheiro, já, já cuido para ver se não vazou, já teve o caso de eu vazar... eu tava sentada, assim, e eu senti, porque eu me senti muito molhada, quando eu fui olhar, na cadeira tava vazado, só que não foi atrás, foi mais embaixo, eu tinha um casaco, coloquei e fui o banheiro, aí tinha vazado só que foi bem loco porque tinha vazado do lado, o absorvente mesmo não tava sujo, vazou para o lado, e eu não entendi como vazou para o lado, e aí vazou na calça... o bom é que já tava batendo para ir para casa.” (A10)*

O uso de estratégias para esconder a mancha causada pelo vazamento do menstruo são recorrentes quando da impossibilidade de voltar para a segurança do lar. Um conflito entre a sinceridade e o decoro será, quase sempre, resolvido em favor desse último. (GOFFMAN, 2013, p.86). *“Aconteceu, nossa, foi horrível, porque eu tava de calça branca, e a minha mãe não tava em casa, não tinha ninguém, eu tive que ficar a aula toda... [...] ah, eu escondi, né, por que eu botei o casaco, daí, mas o medo de aparecer.” (A7)*. Aqui a menstruação deve ser escondida a qualquer custo, a protagonista encontrou-se em situação de agonia por portar uma roupa que deixa à mostra e enfatiza o vazamento, ela *não tinha ninguém* que pudesse lhe ajudar naquele momento. A escola e os profissionais que nela atuam não foram sequer cogitados como fonte de ajuda, ou seja, o ambiente escolar não foi visto como acolhedor para a estudante que vivenciou o *medo de aparecer* o vazamento.

A mesma protagonista fala do que ocorreu com uma colega de sala de aula: *“tipo, a minha colega ficou uma vez, e ela tava de calça branca e passou, e aí todo mundo viu, daí a mãe dela teve que buscar ela, e coisa [...] cada um teve uma reação, né, surpresa e coisa, daí o sor mandou ela vir e chamou..” (A7)*. Diferente da sua experiência pessoal, a protagonista A7 aponta que ir para casa é um pedido socialmente viável para estudantes cujo menstruo vazou na escola. Sobre as reações dos outros, cada um expressou de forma diferente, com o predomínio da surpresa e da palavra *coisa* e a não finalização do pensamento na frase, novamente para nominar o desconhecido. Aponta-se, ainda, que a constatação da materialidade do vazamento ocorreu pelo professor homem, e não pela estudante; foi o professor que alertou a aluna, que deu encaminhamento ao pedido para ir para casa.

Percebe-se, por fim, que a protagonista expectadora do vazamento da colega menciona que *todo mundo viu*, mas os elementos presentes nos medos das demais

protagonistas não obtiveram destaque, como brincadeiras e risos incômodos *não aconteceram*, sendo a surpresa a principal reação despertada.

#### 5.4.5 O uniforme menstrual

A menstruação impõe às estudantes a adequação às normas de vestimenta, à um uniforme menstrual. Na ausência de uniforme escolar, as protagonistas apresentam estratégias para minimizar as possibilidades de aparecimento de um possível vazamento de menstruo. A principal estratégia refere-se à cor da roupa utilizada. As estudantes relacionam roupas de cores escuras com a menstruação, pois o uso de roupas claras pode evidenciar um suposto vazamento de menstruo, como afirma a protagonista A3: “*é, eu acho que no geral é isso, assim, e também dizem que **não pode usar roupa muito clara né, isso faz sentido, realmente pra mim, e acho que é isso.***” (A3). Dessa forma, as meninas optam pelo uso de roupas escuras como estratégia para minimizar o medo de passar: “*eu tento vir mais só, tipo, de roupa preta, né, por causa, **o medo de passar é super, e aqui é, não sei te explicar, não sei te explicar, mas é muito ruim,** às vezes a gente esquece, qualquer coisa, a amiga não tem também, daí é muito ruim.*” (A7). Novamente o *não sei te explicar*, não saber pôr em palavras surge, reforçando a existência do desconhecido e como esse desconhecido infere negativamente na vida dessa protagonista, pois ela não sabe o que é, mas sabe o sentimento que lhe desperta, o que é muito ruim. Nesse sentido, o uso de roupas mais escuras fomenta confiança para lidar com o medo de vazar, uma vez que diminui a possibilidade de prova material - o menstruo na roupa - de que a estudante está menstruada. O uniforme menstrual é algo tão importante para elas que a protagonista A10 reforça:

*Quando eu tô nos meus dias **eu venho de preto, a parte de baixo preta, com roupas escuras,** porque eu tenho muito medo de vazar, tenho vergonha também, né, **cuido muito para não marcar,** me sinto desconfortável na verdade, assim, no primeiro dia procuro, eu gosto sempre de ficar nos finais de semana, mais, porque **eu não gosto de sair, boto o pijama e fico em casa, eu me sinto desconfortável,** na verdade. (A10).*

Para além das roupas pretas, o uso de roupas internas, como a calça leg: “*antigamente, era mais difícil, mas **não sei porque veio isso na minha vida, eu sempre pego uma daquelas bermuda leg eu boto por baixo, daí eu coloco a calça por cima, fica mais fácil.***” (A4) trazem maior sensação de segurança para as estudantes. Por fim, também são citadas as roupas mais largas como forma de conforto nesse período: “*pra mim é tranquilo porque eu venho com **roupas mais***

*largas, eu fico mais à vontade, daí a única coisa que é ruim é que às vezes o professor não deixa a gente sair, mas de resto é bem tranquilo.” (A7).*

Novamente a questão do trânsito das meninas na escola é apontado como fator de desconforto no período menstrual. Quando não conseguem mais suportar a pressão de estar na escola menstruada, pedem para ir para casa, conforme as protagonistas: *“ai eu pedi um absorvente para as minhas colega, daí depois eu pedi para ir para casa.” (A2)* e, ao ficar menstruada na escola e não ter absorvente, *“eu pedi para a minha irmã me buscar. P: e tu não pensou em comentar com alguém aqui da escola, pedir se alguém tinha absorvente? não” (A6)*. O trânsito das alunas não apenas revela desafios práticos na escola, mas sublinha a importância de uma abordagem sensível para lidar com as complexidades relacionadas à menstruação no contexto educacional.

#### 5.4.6 As faltas por conta da menstruação

Sobre deixar de ir à escola por conta da menstruação, oito protagonistas foram enfáticas em dizer não - A1, A2, A4, A7, A8, A12 e A13. Três protagonistas relataram faltas por conta da menstruação por dois motivos principais: absorvente e cólica.

Sobre o absorvente, a protagonista A6 relatou que o motivo da falta foi *“Porque não tinha absorvente de manhã e tava fechado o mercado.” (A6)*. Essa aluna não indicou quem compra absorventes para ela em casa, em perguntas anteriores.

A protagonista A11 foi enfática sobre o motivo da falta no período menstrual: *“Cólica, muita cólica.” (A11)*, mesmo problema vivenciado por outra protagonista: *“eu procuro não vir quando eu tô menstruada, porque tenho bastante cólica e eu não consigo fazer nada, daí, porque eu só consigo me concentrar na dor, e dói, muito, e daí eu acabo nem vindo muito nesses primeiros dias.” (A5)*. Os impactos da falta às atividades escolares nesse período foram questionados, ao qual a protagonista respondeu: *“Eu acho que isso prejudica né, eu acabo estudando em casa, daí, nesse meio tempo, daí, eu peço o caderno para as meninas, daí eu faço as coisas e na aula que vem eu mostro para o professor, e tudo certo.” (A5)*. Mesmo com atividades realizadas em casa, a falta da interação social onde muita da aprendizagem se forma e se concretiza empobrece os saberes, conforme Vygotsky (1991). Segundo o autor, a interação social no desenvolvimento cognitivo das

estudantes é essencial, pois concebe que o aprendizado é um processo colaborativo, ou seja, ocorre através das interações entre as estudantes e o ambiente escolar. Nesse sentido, somente copiar os cadernos das colegas e apresentar ao professor não é uma forma efetiva de desenvolvimento cognitivo, uma vez que este é potencializado na troca de ideias e experiências entre docente e estudantes.

A protagonista A5 afirma ser prejudicada por conta das faltas, mas não em relação ao conteúdo mas, sim, sobre como se desenvolve tal conteúdo em sala de aula. Nesse sentido, a figura docente é essencial, pois é através dela que há mediação no processo de aprendizagem, proporcionando progresso a outros níveis de compreensão e desenvolvimento de habilidades. Dessa forma, a teoria vygotskiana mostra que o diálogo e colaboração são essenciais nas jornadas pedagógicas das estudantes, diálogo esse indicado pelas protagonistas como possibilidade de mudança na escola, como apresentado a seguir.

## 5.5 O que pode mudar - O Espaço do saber

A última categoria de análise delineada foi denominada *O que pode mudar*, representando possibilidades de modificação no espaço escolar, de qual forma o ambiente escolar pode inferir para auxiliar as estudantes a vivenciarem seus ciclos menstruais em suas jornadas pedagógicas. Nesse espaço, a vontade de saber, a vontade de que os outros saibam e a demanda por produtos de higiene menstrual são fatores preponderantes.

Das treze protagonistas, três indicaram não conceberem atividades que pudessem ser realizadas na escola referentes à menstruação e como esta é vivenciada na escola.

### 5.5.1 Produtos de higiene menstrual nos banheiros

O acesso ao conhecimento é um dos principais pilares da dignidade menstrual, juntamente com o acesso a produtos de higiene menstrual e boas condições sanitárias para as meninas na escola. Sobre os absorventes, as protagonistas falam:

*“não sei, eu acho que, tipo assim, nos banheiros antigos, tinha um **negócio com uns absorventes**, mas que nem sempre tinha absorvente ali, às vezes tinha, o que já era bastante*

*coisa, assim, ah, então eles podiam botar nos banheiros novos, porque nos banheiros novos não tem.” (A4).*

A iniciativa da caixinha de absorventes, que ocorreu entre 2019 e 2020, ficou marcada na memória das estudantes dessa escola, bem como a estrutura antiga dos banheiros, principalmente por conta do acesso ao papel higiênico dentro das cabines: *“ah, eu só gostaria que eles voltassem a deixar absorvente no banheiro e colocar os papéis higiênico dentro da cabine, porque fica do lado de fora e tem que pegar antes de entrar.” (A11).* E, além do papel higiênico e dos absorventes, a presença de sabonete nos banheiros também foi uma solicitação presente na fala da protagonista A7: *“mudar os papéis higiênicos, né, para dentro das cabines, o absorvente e ter sabonete líquido, porque às vezes a gente sai, quer lavar as mãos e não tem sabonete líquido, só água, daí é muito ruim né?” (A7).*

Absorventes e papel higiênico acessível nos banheiros é pedido recorrente das estudantes mas, principalmente, o que a escola pode fazer no combate à pobreza menstrual de estudantes na educação básica pública brasileira, é falar sobre, é acolher e amparar:

*“Ah, tipo, eles falarem mais né, botar, como eu disse, colocarem absorventes no banheiro, papel [higiênico] em cada cabine, porque né, é ruim tu pegar um maço de papel higiênico ali e se precisar de mais não ter, essas coisas, tipo assim, eles falar, dá apoio” (A8)*

A protagonista enfatiza a necessidade de diálogo e apoio, apontando para a importância de desmistificar tabus relacionados à menstruação e criar um ambiente de suporte emocional. Assim, o enfrentamento eficaz da pobreza menstrual no ambiente escolar envolve não apenas a oferta de produtos básicos, segundo ela, mas também a promoção de uma compreensão mais aberta, empática e integral sobre a menstruação.

### 5.5.2 Informação para as meninas (e os meninos também!)

Três protagonistas relatam o desejo de palestras sobre menstruação e os ciclos menstruais na busca por maior compreensão sobre o que ocorre em seus corpos. A protagonista A1, que teve palestra sobre menstruação na escola onde anteriormente estudava, reforça: *“eu gostaria, de, no caso, compreender mais, tipo, ano passado eu não sei como é que foi, sabe? nos outros anos, mas eu gostaria que tivesse mais uma palestra aqui sobre menstruação.” (A1).* A vontade de saber mais, mas não sabendo exatamente sobre o que deseja saber foi relatado pela

protagonista A11: “*Um grupo, não sei*” (A11). Saindo do círculo feminino, a protagonista A5 apresenta a divulgação das informações pela escola como uma possibilidade de aprendizagem sobre si e sobre as outras:

*“Eu acho que em artes, eu acho que poderia ser tipo, **uma forma de manifestação**, a gente falar sobre isso em artes e, botar cartazes pela escola, explicando sobre, fazendo desenhos, como artes é uma matéria mais expressiva, eu acho que seria bem legal.” (A5)*

A vontade de que os outros saibam, nesses outros incluindo as figuras masculinas, desmistifica a menstruação enquanto algo intrinsecamente feminino e traz o menstuo mensal para o campo da vida cotidiana de todos. Quando as figuras detentoras do conhecimento - sejam familiares, sejam profissionais da educação - separam estudantes por gênero, em conversas individuais e privadas, sobre os  *fatos da vida*, conforme apresentam Johnston-Robledo e Chrisler (2020), não são somente as informações sobre educação sexual e menstrual que são transmitidas mas, sim, toda uma diretriz para a comunicação. Assim, caracterizam a menstruação enquanto elemento especial, cuja presença é impossível em conversas comuns, apresentando-se enquanto evento embaraçoso, que deve ser ocultado a todo custo. As estudantes compreendem que tais conhecimentos devem ser de acesso a todos, como fala:

*“Eu acho que tipo, uma palestra seria boa, mas tipo **não só para as meninas...***  
**P:** para os meninos também?  
*uhum [concordando]*  
**P:** porque?  
*é porque, tipo, geralmente eles não sabem o que que é, tipo, **eles são muito leigos no assunto...**” (A2)*

Ser muito leigo no assunto, muitas vezes por uma divisão de saberes que podem ser aprendidos ou não conforme o gênero a qual socialmente pertencem, é apontado como um demérito dos alunos na escola. Ser muito leigo no assunto é não saber sobre algo que ocorre com a maioria das mulheres ao seu redor: suas colegas menstruam, suas professoras menstruam, as demais profissionais da escola menstruam... E, em um futuro muito próximo, relacionamentos amorosos e colegas de trabalho também menstruam. Se todas ao seu redor menstruam, porque todos não podem saber do que se trata para melhor lidarem com isso? Se o principal medo das estudantes é descobrirem que estão menstruadas, e que tal descoberta acarrete situação vergonhosa, se todos souberem que tal fato da vida humana não é motivo de vergonha mas, sim, algo que ocorre naturalmente, então não há motivo

para medo da reação do outro. “A maioria dos homens pode não menstruar, mas o conhecimento pode facilitar o conforto, e o conforto pode facilitar a discussão aberta, e a abertura pode facilitar a positividade cultural.” (ERCHULL, 2020, p.403)<sup>6</sup> e o fim de tabus, mitos e estigmas associados à menstruação.

A disciplina de Ciências Naturais não dá conta de todas as dúvidas e incertezas do corpo discente da escola, e a abordagem de conteúdos sobre menstruação e educação sexual como um todo é solicitada em outros momentos:

*eu acho que como falei antes, realmente seria legal, assim, como a gente estuda como a menstruação faz parte de uma coisa natural do corpo humano, então se encaixaria na matéria de ciências, quando a gente estuda o corpo humano, então, como eu falei antes, seria uma coisa muito legal se **fosse alguma coisa falada assim amplamente para todo mundo independente de ser menina ou ser menino ou ser outra coisa que não seja menino ou menina, tipo, todos tem que ter consciência disso e deveria ser uma coisa mais normalizada.** (A3)*

A menstruação enquanto um segredo, aquilo que ninguém pode saber, também é apontado como uma concepção social errônea, que deve ser combatida:

*“Todo mundo tem que ter um certo conhecimento porque **não é nojento, não é esquisito, não é um tabu, uma aberração que não pode saber, que é segredo,** porque infelizmente por muito tempo foi tratado assim menstruação, né, tipo “meu deus, menstruou, ninguém pode ver, não pode saber, não pode falar” **um absurdo, então eu acho que seria legal na escola todo mundo tivesse acesso à esse conhecimento né, independentemente do gênero.**” (A3)*

A concepção do gênero enquanto fator de segregação de conhecimentos sobre os corpos, conforme o Diário de Campo, causou surpresa por parte da pesquisadora, que não esperava tal concepção de uma aluna, principalmente quando ela apresenta o fato de que meninos trans menstruam:

*“Até porque tem uma questão de **não só meninas que menstruam, meninos trans também menstruam,** então é uma coisa que todo mundo tem que saber,  
P: Tu comentastes, então, essa questão, que não só as meninas menstruam... como é que tu ficastes sabendo disso? Que meninos trans também menstruam?  
*bom, porque eles sendo meninos trans, eles tem o corpo de uma garota, então o corpo deles funciona igual o corpo de uma menina, então, eles também menstruam*  
P: E tu lembra onde é que ouvistes isso?  
*não sei, assim, o momento exato que eu fiquei sabendo, talvez depois que **eu tenha convivido com pessoas trans, garotos trans, homens trans,** eu não sei uma situação específica que eu ouvi pela primeira vez” (A3)**

Apesar de tais apontamentos aparecerem na fala de somente uma protagonista, é absurdamente relevante constarem neste estudo, uma vez que mostram que temas sobre a diversidade de gênero são importantíssimos no

<sup>6</sup> Do original: “Most men may not menstruate, but knowledge can facilitate comfort, and comfort can facilitate open discussion, and openness can facilitate cultural positivity.” (ERCHULL, 2020, p.403)

contexto escolar; não falar sobre a existência e resistência de pessoas trans na educação básica já no ensino fundamental é negar o acesso à marcos naturais relevantes para a construção saudável de suas identidades sociais.

## 6. HORIZONTES EXPANDIDOS: PARA ONDE APONTAM AS REFLEXÕES FINAIS

No curso desta dissertação empreendemos uma análise das narrativas e compreensões das estudantes do 9º ano de uma escola da rede pública municipal de Novo Hamburgo/RS em relação à pobreza menstrual. Ao desvelar as relações entre pobreza menstrual e educação, esta pesquisa proporcionou considerações sobre uma problemática que transcende os limites do biológico, adentrando o domínio do socio-cultural. Nesse sentido, apresentamos as principais descobertas em consonância com os objetivos propostos para essa pesquisa, apontamos caminhos para investigações subsequentes e traçamos considerações substantivas para a efetiva transformação na abordagem da pobreza menstrual no âmbito da educação básica pública brasileira.

No contexto do primeiro objetivo específico delineado para esta pesquisa, que consiste em analisar as percepções das alunas em relação à menstruação e o cotidiano escolar e como mitos e tabus sociais relativos à menstruação permeiam este cotidiano, torna-se evidente que a menstruação constitui um elemento cotidiano na vida escolar dessas jovens, permeado por complexas camadas de crenças culturais e sociais. Esta investigação revelou que tais percepções estão inexoravelmente ligadas a sentimentos de **dor**, **medo** e **vergonha**, sendo estes últimos elementos persistentes em todas as narrativas coletadas, variando em intensidade.

As entrevistas apontaram para a presença marcante do medo associado à possibilidade de vazamento menstrual, revelando uma preocupação constante com a potencial revelação da condição de menstruada aos demais ao redor, e a vergonha que advém de uma possível humilhação pública resultante dessa publicização da condição de menstruante. Este temor ilustra a força e a persistência do estigma associado à menstruação, o qual se enraíza tão profundamente na concepção dessas jovens sobre seus ciclos menstruais que sua expressão verbal se mostra limitada, refletida por frases incompletas e pela dificuldade em nomear de maneira explícita o fenômeno. A utilização de termos evasivos como *aquilo* e referências a *coisas* e *sobre isso* denota a profundidade do estigma do sangue menstrual como um marcador de demérito feminino.

As narrativas compartilhadas pelas participantes sobre histórias que escutaram sobre coisas que as mulheres podem ou não fazerem quando estão

menstruadas revelam uma diversidade de temas, abrangendo desde aspectos relacionados à alimentação até mudanças de temperatura e questões pertinentes à higiene menstrual. Notavelmente, as histórias nem sempre têm suas origens nas dinâmicas familiares, uma vez que o tabu menstrual atua como um impedimento significativo para diálogos mais abertos nesse âmbito. As histórias emergem de murmúrios, conversas cruzadas em ambientes como o transporte público e diálogos entre as próprias estudantes no contexto escolar, que compartilham tanto conhecimentos quanto desconhecimentos acerca do tema. As conclusões derivadas deste objetivo específico indicam que as percepções das alunas sobre a menstruação no contexto escolar são profundamente influenciadas por mitos e tabus sociais, manifestando-se em sentimentos complexos e em narrativas marcadas pela evasão linguística, pelo medo e pela vergonha de estar menstruada na escola.

No contexto do segundo objetivo específico, que busca identificar quais informações e conhecimentos as estudantes aprenderam na escola sobre os seus ciclos menstruais, observa-se que as protagonistas conseguem localizar o momento dentro do currículo da educação básica em que o tema da menstruação é abordado. No entanto, constata-se que os conhecimentos adquiridos nesse período revelam-se insuficientes diante das apreensões suscitadas pelos medos associados ao estigma e tabu menstrual. Do ponto de vista biológico, as participantes não conseguem identificar de maneira precisa a composição do menstruo, limitando-se a caracterizá-lo unicamente como sangue. Além disso, a capacidade de estabelecer relações mais aprofundadas entre menstruação e gestação demonstrou-se deficiente, revelando uma possível falha crítica no âmbito da educação sexual proporcionada.

Este cenário aponta para a necessidade de aprimoramento nas abordagens pedagógicas relacionadas à menstruação no currículo escolar, a fim de proporcionar informações mais abrangentes e contextualizadas. Dessa forma, empodera-se as estudantes com conhecimentos que transcendem as barreiras do estigma e tabu menstrual, permitindo uma compreensão mais significativa e autônoma de seus próprios corpos. Este redirecionamento educacional é essencial para promover uma educação sexual mais eficaz, capacitando as jovens a enfrentar de maneira informada as complexidades associadas aos seus ciclos menstruais e, conseqüentemente, contribuindo para uma vivência mais saudável e esclarecida da sexualidade feminina. A superficialidade dos conhecimentos adquiridos sugere que o

atual foco curricular não atende adequadamente às demandas de compreensão integral dos ciclos menstruais, especialmente no que concerne à dimensão biológica e às inter-relações entre menstruação e reprodução humana.

A ausência de um amplo discernimento acerca do funcionamento de seus corpos pode conduzir jovens estudantes a uma redução do poder decisório em relação ao planejamento familiar, potencialmente resultando em gestações indesejadas. Nesse sentido, a incompletude da educação sobre os aspectos biológicos da menstruação pode ter implicações significativas no entendimento da fertilidade feminina e, por conseguinte, na tomada de decisões sobre o planejamento reprodutivo.

Adicionalmente, o conteúdo previsto na BNCC (2018) revela uma limitação notável, visto que os conhecimentos transmitidos concentram-se no contexto biológico da menstruação. Tal enfoque negligencia as implicações socioculturais intrínsecas à educação sexual humana, em especial no que se refere aos sentimentos e emoções suscitados por temas dessa natureza em adolescentes. Esta omissão é crítica, pois desconsidera a complexidade das dimensões psicossociais relacionadas à sexualidade feminina, tornando-se necessário ampliar o escopo educacional para abranger não apenas os aspectos biológicos, mas também os elementos emocionais e sociais envolvidos. O aprimoramento dessa abordagem é crucial para capacitar as jovens não apenas com conhecimentos científicos, mas também com as ferramentas necessárias para uma compreensão holística de sua menstruação, contribuindo assim para decisões mais informadas e autônomas no âmbito da dignidade menstrual.

Ao analisar a correlação entre a idade da menarca e o ano curricular em que o tema da educação sexual, especialmente a menstruação, foi abordado com as alunas, torna-se evidente que a introdução desses temas ocorre tardiamente no currículo escolar, com déficit de três anos entre a menarca e o estudo sobre reprodução humana. Considerando que a menarca ocorre geralmente entre o quinto e o sexto ano, é recomendável antecipar a abordagem da menstruação para o quarto ano do ensino fundamental. Tal medida visa proporcionar às meninas acesso ao conhecimento prévio à experiência da menarca, promovendo a compreensão sobre as transformações corporais associadas à puberdade. Esta antecipação do ensino possibilita que as alunas e os alunos adquiram conhecimento de maneira positiva antes de vivenciarem a menarca, contribuindo assim para a mitigação de

estigmas e tabus relacionados à menstruação. A disponibilidade precoce de informações claras e acessíveis propicia a redução dos estigmas sociais associados ao ciclo menstrual, possibilitando, desse modo, o acesso à dignidade menstrual para as jovens estudantes.

No que tange ao terceiro objetivo específico, verificar o acesso das estudantes à itens básicos de higiene menstrual, é possível inferir que as protagonistas deste estudo desfrutam de acesso satisfatório a condições sanitárias básicas e recursos adequados para a realização da higiene menstrual em seus domicílios. Destaca-se que todas as participantes afirmam possuir acesso a absorventes, geralmente adquiridos por intermédio da figura materna.

A constatação de que as estudantes contam com acesso a absorventes é de relevância substancial, pois tal acesso é crucial para a promoção da dignidade menstrual. Além disso, a provisão desses recursos pela figura materna ressalta a importância do apoio familiar no contexto da higiene menstrual, destacando o papel significativo das mães na garantia do acesso a itens essenciais de higiene para a gestão adequada do ciclo menstrual, mesmo que muitas vezes tal apoio não se estenda ao acesso a informações corretas e complementares sobre os fatores socioculturais envolvidos na menstruação, sendo este um papel importante a ser desempenhado pela escola.

Ao contemplar o acesso a itens de higiene menstrual no âmbito escolar, as protagonistas evidenciam indicadores característicos da pobreza menstrual, revelados especialmente por deficiências nas condições sanitárias básicas, notadamente em relação ao fornecimento de papel higiênico nos banheiros de uso coletivo. Adicionalmente, constata-se que o acesso a absorventes na escola, quando necessário, se mostra deficitário. Mesmo diante de campanhas implementadas em anos anteriores com o propósito de facilitar o acesso das estudantes a absorventes, disponibilizando-os em uma caixa no banheiro, essa iniciativa foi descontinuada devido à falta de reposição dos produtos, o que sugere a necessidade de uma gestão mais consistente e sustentável dessa iniciativa, a fim de assegurar a continuidade de acesso desses recursos essenciais para as alunas.

É imperativo ressaltar que as protagonistas da pesquisa demonstraram capacidade reflexiva ao conceber possibilidades viáveis para atenuar os elementos constituintes da pobreza menstrual em seus itinerários formativos, mesmo com tantos mitos, tabus e estigmas que envolvem suas concepções sobre menstruação.

Estas alunas expressam uma demanda premente por informações mais abrangentes sobre a menstruação, onde o acesso ao conhecimento não deve se limitar apenas às estudantes do sexo feminino. É essencial incluir os meninos nas conversas sobre menstruação devido à falta de esclarecimento em muitas famílias, ao receio ou aversão ao sangue menstrual baseado em estigma e tabus e à necessidade de promover empatia e compreensão ao feminino. Essa participação contribui para a formação de homens mais informados e empáticos, fortalecendo a construção de relações de gênero equitativas na sociedade.

Além da necessidade de informações abrangentes, as protagonistas identificaram o acesso a itens básicos de higiene menstrual como uma questão urgente. Destacam-se a localização estratégica do papel higiênico nas cabines dos banheiros e a facilidade de acesso a absorventes como ações operacionalizáveis pela escola, através de medidas práticas que garantam o acesso efetivo a recursos essenciais para a gestão digna do ciclo menstrual.

As próprias estudantes, ao alçarem a voz em prol de uma educação menstrual mais aberta, emergem como agentes ativas na formulação de soluções para a problemática da pobreza menstrual na escola. É relevante considerar as perspectivas das protagonistas não apenas como reflexões, mas como propostas substanciais que podem ser incorporadas em futuras práticas educacionais e políticas públicas, promovendo, assim, uma abordagem mais sensível e eficaz no enfrentamento da pobreza menstrual através da educação básica.

Diante dessas considerações, é possível afirmar que a presente pesquisa não apenas alcançou seu objetivo geral, que é desvelar inferências sobre a pobreza menstrual tendo como base narrativas e entendimentos das estudantes do 9º ano de uma escola da rede pública municipal de Novo Hamburgo/RS, mas também contribuiu para o enriquecimento do entendimento sobre a pobreza menstrual e a educação, fornecendo considerações relevantes para a formulação de políticas públicas educacionais, práticas pedagógicas e ações sociais voltadas para a educação menstrual de alunas no contexto da educação básica pública brasileira.

Sugere-se a importância de abordagens integradas e sustentáveis para enfrentar a problemática complexa da pobreza menstrual, visando não apenas minimizar suas manifestações, mas também promover uma transformação significativa nos paradigmas socioculturais e educacionais que permeiam as relações de gênero na sociedade atual.

À luz das conclusões previamente discutidas, apontamos a necessidade de mais pesquisas que explorem a interseção entre a pobreza menstrual e a educação básica pública no Brasil. A adoção de uma abordagem interdisciplinar é recomendada para compreender integralmente a pobreza menstrual, incorporando perspectivas de áreas da educação com a história, a sociologia, a antropologia, as linguagens e as artes. Isso permitirá uma análise inclusiva e a identificação de estratégias de intervenção mais abrangentes.

Estudos comparativos entre diferentes regiões do Brasil e estratos socioeconômicos podem proporcionar uma compreensão mais aprofundada das variações nas experiências de pobreza menstrual e nas respostas educacionais. Seria importante considerar diferenças culturais e estruturais que possam influenciar nas políticas e práticas adotadas. A elaboração e avaliação de recursos educacionais específicos sobre menstruação, tanto para estudantes quanto para educadores, é outra área relevante para pesquisa. Seria interessante analisar como materiais didáticos podem contribuir para a promoção de uma educação menstrual mais abrangente e destituída de estigmas.

Por fim, explorar estratégias para promover a participação ativa e o empoderamento das estudantes no desenvolvimento de iniciativas relacionadas à pobreza menstrual na escola é crucial. Avaliar o desenvolvimento de abordagens participativas na construção de soluções eficazes e sustentáveis para a pobreza menstrual é uma consideração importante para garantir o acesso universal e permanência na educação básica para jovens cidadãs brasileiras.

## REFERÊNCIAS

- APPROBATO, Mário Silva *et al.* Síndrome pré-menstrual e desempenho escolar. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetria**, v. 23, p. 459-462, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgo/a/yKNrrz6jZxHNPC6wKzXdCtz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2022.
- ANARUMA, Sílvia Marina. **A sexualidade de meninas institucionalizadas**: uma realidade em construção. 1988. 143 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Educação, Unicamp, Campinas, 1988. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalle/17867>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- BADY, Janaína Bueno; QUARESMA DA SILVA, Denise Regina. Criminalização e extermínio da juventude negra no Brasil: reflexões e desafios. **Revista de Ciências Humanas**, jan./abr. 2019, p. 146-153. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/3305>. Acesso em: 04 mai. 2022.
- BADY, J. B.; LIMA, A. do C. F. de; SILVA, D. R. Q. da. A educação é uma ciência? Reflexões acerca de seu estatuto epistemológico e metodológico. **Horizontes**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. e022015, 2022. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/851>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- BAHIA, Letícia. **Livre para menstruar**: Pobreza menstrual e a educação de meninas. São Paulo: Girl Up/ Herself Educational, 2021. Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/wp-content/uploads/2021/10/LivreParaMenstruar-Pobreza-menstrual-e-a-educac%CC%A7a%CC%83o-de-meninas.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2022.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELINTANI, Giovani. Histeria. **Psic**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 56-69, dez. 2003. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-73142003000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 30 nov. 2023.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia online**. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/busca?q=Lev%C3%ADtico+15%3A19-30>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 abr. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021**. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.214-de-6-de-outubro-de-2021-38671758>. Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_verseofinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_sit_e.pdf). Acesso em: 18 abr. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CACHADO, Rita. Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, n. 2, p. 551–572, maio 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 867, de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015). Acesso em: 15 out. 2023

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 4.968, de 2019**. Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2219676>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CARNESECCA, Maria do Carmo Quinello. **Mulheres Adolescentes de Araraquara**: saúde reprodutiva, maternidade e gênero. 1998. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Unesp, Araraquara, 1998.

CDNH, Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **Recomendação nº 21, de 11 de dezembro de 2020**. Recomenda ao Presidente da República, ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal, a criação de um marco legal para superar a pobreza menstrual e a garantia de isenções de impostos de produtos. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/SEI\\_MDH1638484Recomendacao21.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/SEI_MDH1638484Recomendacao21.pdf). Acesso em: 22 maio 2022.

DAHL, Ellen Støkken; BROCHMANN, Nina Dølvik. **Viva a vagina**: tudo o que você sempre quis saber. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DELANEY, Janice; LUPTON, Mary Jane; TOTH, Emily. **The curse: a cultural history of menstruation**. Champaign/EUA: University of Illinois Press, 1976.

ERCHULL, Mindy. "You Will Find Out When the Time Is Right": Boys, Men, and Menstruation. IN: BOBEL, C. *et al.* (ed.). **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. Singapura: Palgrave, 2020. p.395-407.

ERNANDES, Camila Carvalho. **A quebra de tabus sobre menstruação e práticas sustentáveis**. 2018. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pampa, São Gabriel, 2018.

FETTER, S. A. **A "ideologia" do azul e do rosa: um estudo de caso sobre sexualidade e gênero no imaginário docente na rede pública de ensino em Parobé/RS**. 2022. 222 f. Tese (mestrado) - PPG Educação Universidade La Salle, Canoas, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11690/3506>. Acesso em: 04 maio 2023.

FETTER, S. A.; QUARESMA DA SILVA, D. R. A ideologia do azul e do rosa: sexualidade e gênero na educação. **Revista Prâksis**, [S. l.], v. 1, p. 5–21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/2329>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. (Ecumenismo e Humanismo, v.16)

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. (org). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação à Distância)

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOTTLIEB, Alma. Menstrual Taboos: Moving Beyond the Curse. IN: BOBEL, C. *et al.* (ed.). **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. Singapura: Palgrave, 2020. p.115-130.

HALABE, Maria T; PIRES, Emílio E. P. A pobreza menstrual e o sistema tributário brasileiro: tributação como instrumento de promoção da efetividade e eficácia do princípio da dignidade humana. **X Jornada Internacional Políticas Públicas - JOINPP-UFMA**. São Luis: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2021. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho\\_submissao\\_id\\_1062\\_1062612d6737f32f7.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_1062_1062612d6737f32f7.pdf). Acesso em: 15 out. 2022.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados Finais (redes estaduais e municipais) – DOU Anexo - Censo Escolar 2022**. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/resultados/2022/DOU\\_final\\_anexo\\_1.xls](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/DOU_final_anexo_1.xls). Acesso em: 01 abr. 2023.

JOHNSTON-ROBLEDO, Ingrid; CHRISLER, Joan. The Menstrual Mark: Menstruation as Social Stigma. IN: BOBEL, C. *et al.* (ed.). **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. Singapura: Palgrave, 2020. p.181-199.

LARANJA, Esther Karollinne de Carvalho. **Menstruação, o sangue impuro**: o papel da publicidade no reforço da identidade feminina construída para o consumo. 2022. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/26874>. Acesso em: 15 out. 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, A. S. et al. Prevalência de cefaleia e sua interferência nas atividades de vida diária em adolescentes escolares do sexo feminino. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 256-261, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/PQYKtMSZGd9YpT8gqNN8rtj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

LIMA, Paola. O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas. **Agência Senado**. Publicado em: 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas>. Acesso em: 22 maio 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). 2010. 219 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2187/MagnaMagalhãesHistoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MARINHO, Diana da Silva. **Lidando com um fenômeno natural e que ficará para sempre**: a menstruação e suas influências na vida da mulher. 2019. 76 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MARTINS, Alberto Mesaque. **Masculinidades no Reino de Deus**: corpo, gênero e representações sociais de homem entre frequentadores da Igreja Universal do Reino de Deus. 2019. 177 f. Tese (Doutorado) - PPG Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30222/1/Tese%20Doutorado%20Alberto%20Mesaque%202019%20final%20ficha.pdf#page=36>. Acesso em: 15 out. 2023.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. (Coleção História e Saúde)

MARTINS, Dulce Aparecida. **A sexualidade sob o ponto de vista de adolescentes do sexo feminino**. 2002. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem Psiquiátrica, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001277458>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MCHUGH, Maureen C. Menstrual Shame: Exploring the Role of 'Menstrual Moaning'. IN: BOBEL, C. *et al.* (ed.). **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. Singapura: Palgrave, 2020. p. 409-421.

MENEGOTTO, Januária Monteiro. **Experiências menstruais de meninas adolescentes da periferia de Porto Alegre**. 2022. 99 f. Dissertação (Mestrado) - PPG Ciências Sociais, PUCRS, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10768>. Acesso em: 22 out. 2023.

MIGUEL, Luís Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero": Escola sem partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, v. 7, n. 15, Rio de Janeiro, p. 590-621, 2016.

MOIZÉS, Julieta Seixas. Educação Sexual, **Corpo e Sexualidade na Visão dos Alunos e Professores do Ensino Fundamental**. 2010. 126 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem Psiquiátrica, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-03082010-160112/pt-br.php>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MOREIRA, Virgínia Palmeira. **"Pronto, agora já sou moça"**: valores, crenças e saberes que envolvem a menstruação. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/1605>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MOTTA, M.C.C; BRITO, M.A.P.R. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. **Confluências**. Niterói/RJ. V.24, N.1. pp. 33-64. jan/abril. 2022.

NERY, Evelyn Teixeira. **Práticas dos cuidados de saúde na primeira menstruação da mulher Waikhana de Santa Isabel do Rio Negro-AM: do passado ao presente**. 2019. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais, UnB, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37192>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 30 jan. 2023.

PIRAN, Niva. The Menarche Journey: Embodied Connections and Disconnections. IN: BOBEL, C. *et al.* (ed.). **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. Singapura: Palgrave, 2020. p.201-214.

QUARESMA DA SILVA, Denise Regina. **Mães-menininhas: a gravidez na adolescência escutada pela psicanálise e educação**. 2007. 203 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,

2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14833>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SANTOS, Luciana Henzel dos. **Educação sexual no ensino fundamental: construindo uma unidade didática**. 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ensino de Ciências e Matemática, UFPel, Pelotas, 2019. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4901>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SARDENBERG, Cecilia M.B. De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. **Estudos feministas**, p. 314-344, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43903673>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SILVA, Dayana Almeida. **Abordagem da menstruação nas dissertações de educação sexual: algumas reflexões**. 2022. 69 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Sexual, Unesp, Araraquara, 2022. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/236725/silva\\_da\\_me\\_fclar.pdf?sequence=6&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/236725/silva_da_me_fclar.pdf?sequence=6&isAllowed=y). Acesso em: 01 mar. 2023.

SILVA, N. L. P; BARBOSA, A. J. G. Questionário e e-questionário na investigação científica. In: MOREIRA, Lúcia V. C; MENEGAT, Jardelino (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa científica**. São Paulo: Editora Dialética, 2021, p. 207-221.

SILVA, N. S. B *et al.* Impacto da dismenorreia em adolescentes escolares. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 49, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3308>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro ironiza veto a absorventes: "Mulher começou a menstruar no meu governo". **Correio Braziliense**. Originalmente publicado em 25 nov. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/11/4965825-bolsonaro-ironiza-veto-a-absorventes-mulher-comecou-a-menstruar-no-meu-governo.html>. Acesso em: 15 out. 2022.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TARZIBACHI, Eugênia. **Cosa de mujeres**: menstruación, género y poder. Buenos Aires: Sudamericana, 2017.

TARZIBACHI, Eugênia. The Modern Way to Menstruate in Latin America: Consolidation and Fractures in the Twenty-First Century. IN: BOBEL, C. *et al.* (ed.). **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. Singapura: Palgrave, 2020. p.813-831.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 2005

TRINDADE, Pedro. Iniciativa de estudantes de Porto Alegre sobre combate à pobreza menstrual conquista prêmio nacional. **G1 RS**. Originalmente publicado em: 27 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/03/27/iniciativa-de-estudantes-de-porto-alegre-sobre-combate-a-pobreza-menstrual-conquista-premio-nacional.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2023

UNFPA; UNICEF. **Pobreza menstrual no Brasil**: desigualdades e violações de direitos. [S.l.]: Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)/ Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2021. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual\\_relatorio-unicef-unfpa\\_maio2021.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf). Acesso em: 22 maio 2022.

UNFPA. **Relatório Situação da População Mundial 2021**: Meu corpo me pertence: Reivindicando o direito à autonomia e à autodeterminação. Disponível em: [https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2021-report-br\\_web\\_0.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2021-report-br_web_0.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

UNICEF. **Panorama da distorção idade-série no Brasil**. 2018. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama\\_da\\_distorcao\\_idade-serie\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

USSHER, Jane M.; PERZ, Janette. Resisting the Mantle of the Monstrous Feminine: Women's Construction and Experience of Premenstrual Embodiment. IN: BOBEL, C. *et al.* (ed.). **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. Singapura: Palgrave, 2020. p. 215-231.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WOOD, Jill. (In)Visible Bleeding: The Menstrual Concealment Imperative. IN: BOBEL, C. *et al.* (ed.). **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. Singapura: Palgrave, 2020. p.319-336.

WILLIG, Caroline Luiza. **Tá de chico?**: estigmas do Sangue na Mídia e na Escola. 2021. 152 f. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) - Universidade Feevale, Novo Hamburgo/RS, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000043/0000434e.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## ANEXO A - QUESTIONÁRIO

1. Nome: \_\_\_\_\_
2. Data de nascimento: \_\_\_\_\_
3. Local de nascimento: \_\_\_\_\_
4. Turma e turno de estudos: \_\_\_\_\_
5. Cor/Raça:
 

a. Preta	d. Amarela
b. Parda	e. Branca
c. Indígena	f. Prefiro não declarar
  
6. É PCD (Pessoa com Deficiência)?
  - a. Sim
  - b. Não
  - c. Qual? \_\_\_\_\_
  
7. Já ficou menstruada?
  - a. Sim
  - b. Não
  
8. Caso respondeu sim à pergunta 5, qual a idade da primeira menstruação?
 

a. 7 anos	g. 13 anos
b. 8 anos	h. 14 anos
c. 9 anos	i. 15 anos
d. 10 anos	j. 16 anos
e. 11 anos	k. 17 anos
f. 12 anos	l. não lembra
  
9. Composição familiar - você mora com: (pode-se marcar mais de uma opção):
 

a. Mãe	g. Tia - Quantas? _____
b. Pai	h. Tio - Quantos? _____
c. Irmão - Quantos? _____	i. Primo - Quantos? _____
d. Irmã - Quantas? _____	j. Prima - Quantos? _____
e. Avó	k. Sobrinho - Quantos? _____
f. Avô	l. Sobrinha - Quantas? _____
	m. Outros - Quais: _____
  
10. Na casa, quantas pessoas trabalham? \_\_\_\_\_
  
11. Marque a seguir os itens que existem na casa:
  - a. Banheiro
  - b. Rede de esgoto
  - c. Energia elétrica
  - d. Cerca/muro ao redor da casa
  - e. Televisão. Quantas? \_\_\_\_\_
  - f. Internet wifi
  - g. Celulares. Quantos? \_\_\_\_\_
  - h. Internet nos celulares. Quantos? \_\_\_\_\_

## ANEXO B - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Qual é a primeira palavra que vem à sua mente quando pensa em menstruação?
2. Você já menstruou?
3. *Caso resposta negativa à pergunta 3*, O que você espera da sua primeira menstruação?
4. *Caso resposta positiva à pergunta 3*, Você sabia o que estava acontecendo com o seu corpo na sua primeira menstruação?
5. Como você define a menstruação?
6. Você lembra a primeira referência à menstruação que você ouviu? No caso de sim, o que foi, em qual contexto ocorreu?
7. Como e quando a escola apresentou o tema menstruação para você?
8. Como você lida com a sua menstruação no ambiente escolar?
9. Você já faltou à escola por conta do seu período/a falta de produtos menstruais?
10. Qual tipo de produto menstrual você costuma usar?
11. Como se dá o acesso à produtos de higiene menstrual (absorventes, água limpa, sabão, papel higiênico) em casa e na escola?
12. Quais histórias sobre o que se pode ou não fazer estando menstruada que você conhece?
13. Quais atividades/políticas educacionais você gostaria de ver na sua escola sobre a menstruação?

## **ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

**Título da Pesquisa: “DESVELANDO INFERÊNCIAS DA POBREZA MENSTRUAL NO ITINERÁRIO FORMATIVO DE ALUNAS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO”**

Instituição: Universidade La Salle Canoas/RS

Responsáveis: Gabriela Bieger Reyes e Denise Regina Quaresma da Silva

A estudante que está sob sua responsabilidade está sendo convidada como voluntária a participar do estudo “DESVELANDO INFERÊNCIAS DA POBREZA MENSTRUAL NO ITINERÁRIO FORMATIVO DE ALUNAS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO”. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é considerar que a pobreza menstrual pode ter influência negativa na vida escolar de alunas na educação básica. O objetivo geral desse estudo é desvelar inferências sobre a pobreza menstrual tendo como base narrativas e entendimentos das estudantes de uma turma do 9º ano de uma escola da rede pública municipal de Novo Hamburgo/RS.

Para fazer parte deste estudo a estudante irá participar de uma entrevista com duração média de 45 minutos, que será mediada pela pesquisadora Gabriela Bieger Reyes, de forma individual, no ambiente escolar, sem perturbar o horário das aulas. A entrevista terá o áudio gravado para análise posterior das pesquisadoras. A estudante em questão é convidada a participar deste estudo por ser estudante do nono ano do ensino fundamental da rede pública de ensino de Novo Hamburgo/RS e ser do sexo feminino. O presente estudo apresenta o risco de desconforto ao compartilhar informações pessoais ou ao responder algum questionamento. Mas por desejarmos que isso não aconteça, a estudante participante da pesquisa poderá não responder quaisquer um dos questionamentos, sem prejudicar o andamento das discussões. A entrevista pode conter informações sensíveis e pessoais sobre as experiências da aluna com a pobreza menstrual. Falar sobre experiências de pobreza menstrual pode ser emocionalmente desafiador para ela, lembrando-a de situações difíceis ou desconfortáveis que enfrentou. Isso pode resultar em estresse emocional durante ou após a entrevista. Algumas alunas podem ter passado por experiências traumáticas relacionadas à pobreza menstrual. A entrevista pode inadvertidamente levar à revelação de tais traumas, o que pode ser angustiante para a participante. Os riscos serão contornados através do consentimento informado, da escuta empática da pesquisadora, da garantia do anonimato e da confidencialidade e do debriefing (discussão de sentimentos e resposta a quaisquer perguntas adicionais que a estudante possa ter após a entrevista).

A participação da estudante na pesquisa pode promover um senso de empoderamento e autonomia, permitindo que ela compartilhe suas experiências, perspectivas e desafios pessoais. Isso pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades de expressão e comunicação. Também pode fazer com que a estudante sinta que sua voz é valorizada e ouvida. Isso pode aumentar sua autoestima e autoconfiança. O processo de participação em entrevistas pode levar a aluna a refletir sobre sua própria experiência e circunstância pessoal. Isso pode levar a um maior autoconhecimento e compreensão de suas necessidades e direitos. A pesquisa oferece um espaço no qual a aluna pode ter suas experiências reconhecidas e validadas. Isso pode ser particularmente significativo em casos nos quais as experiências com a menstruação podem ser estigmatizadas ou ignoradas. A estudante pode sentir que está contribuindo para uma causa maior ao compartilhar suas experiências. Isso pode promover um senso de cidadania ativa e participação na promoção do bem-estar e da equidade de gênero. As experiências compartilhadas pela estudante podem influenciar políticas e práticas educacionais e de saúde, potencialmente melhorando as condições para as futuras gerações de estudantes. Isso pode ser gratificante para a entrevistada, pois percebe que está contribuindo para a mudança.

As pesquisadoras garantem que irão tratar as identidades das participantes com padrões de sigilo e que gravações realizadas durante os encontros individuais não serão

divulgadas em nenhum veículo de comunicação midiático e serão apenas utilizadas para análise e transcrição de dados feitas pelas pesquisadoras. Ao assinar este documento, autorizo as pesquisadoras a gravarem o áudio da entrevista e utilizarem a gravação para os fins previstos na pesquisa. Os resultados da pesquisa estarão à disposição das suas integrantes quando finalizada. É garantido o direito de se manter informado(a) sobre os resultados parciais e finais da pesquisa, os quais serão publicados em eventos e periódicos científicos e na própria dissertação, mantendo-se o anonimato da participante.

Seus nomes ou materiais que indiquem suas participações não serão liberados sem a permissão de seus responsáveis. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com as pesquisadoras responsáveis. Este termo de consentimento será entregue às/aos responsáveis em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelas pesquisadoras responsáveis, e a outra será fornecida às/aos responsáveis. A entrevistada também receberá uma via do documento.

As pesquisadoras envolvidas com o referido projeto são Gabriela Bieger Reyes (mestranda em Educação pela Universidade La Salle/Canoas) e a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Denise Regina Quaresma da Silva (Orientadora desta dissertação, Universidade La Salle/Canoas) e com elas você poderá manter contato pelo e-mail [gabriela.202210558@unilasalle.edu.br](mailto:gabriela.202210558@unilasalle.edu.br); [denisequaresmadasilva@gmail.com](mailto:denisequaresmadasilva@gmail.com) e/ou pelo telefone +5551 996595548. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unilasalle em: Av. Victor Barreto, 2288, 2º andar do prédio 5, Centro – Canoas; email [cep.unilasalle@unilasalle.edu.br](mailto:cep.unilasalle@unilasalle.edu.br) e telefone (51) 3476.8452, atendimento na segunda-feira das 11h às 15h, terça-feira e sexta-feira das 14h às 18h; quarta-feira das 16h às 20h; e quinta-feira das 09h às 13 h. Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP): telefone (61) 3315-5877, e-mail [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br), atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 19h.

NOME DA ESTUDANTE: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura da(o) responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora

## ANEXO D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Título da Pesquisa: **“DESVELANDO INFERÊNCIAS DA POBREZA MENSTRUAL NO ITINERÁRIO FORMATIVO DE ALUNAS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO”**

Instituição: Universidade La Salle Canoas/RS

Responsáveis: Gabriela Bieger Reyes e Denise Regina Quaresma da Silva

Eu, Gabriela Bieger Reyes, e minha orientadora, Denise Regina Quaresma da Silva, convidamos você a participar da pesquisa “DESVELANDO INFERÊNCIAS DA POBREZA MENSTRUAL NO ITINERÁRIO FORMATIVO DE ALUNAS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO”, para a minha dissertação de Mestrado em Educação. A pesquisa tem como objetivo geral desvelar inferências sobre a pobreza menstrual tendo como base narrativas e entendimentos das estudantes de uma turma do 9º ano de uma escola da rede pública municipal de Novo Hamburgo/RS.

Informamos que seu/sua responsável legal permitiu a sua participação. Pretendemos, com essa pesquisa, identificar como meninas do 9º ano do Ensino Fundamental lidam com a menstruação no ambiente escolar. Gostaríamos muito de contar com você, mas você não é obrigada a participar e não tem problema em desistir. Outras estudantes participantes desta pesquisa também frequentam o 9º ano de Ensino Fundamental da sua escola.

A pesquisa será feita através de entrevista, onde você irá conversar com Gabriela Bieger Reyes sobre menstruação e as suas vivências na escola. Essa entrevista irá ocorrer na própria escola em horário e turno que não atrapalhe as aulas, com duração média de 45 minutos. Todas as entrevistas terão o áudio gravado e serão transcritas para análise dos resultados. Tanto os questionários quanto a entrevista pessoal são consideradas seguras, não se preocupe pois sua identidade será preservada. Ainda que o tema seja delicado, é de extrema importância para reflexões e futuras ações na sua escola e no seu bairro. Ao assinar este documento, autorizo as pesquisadoras a gravarem o áudio da entrevista e utilizarem a gravação para os fins previstos na pesquisa.

A entrevista pode apresentar algum risco de desconforto por compartilhar informações pessoais; não desejamos que isso aconteça e você poderá, a qualquer momento, não responder alguma questão ou optar por encerrar a entrevista, se assim desejar.

As suas informações ficarão sob sigilo, ninguém saberá que você está participando da pesquisa e não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa serão analisados e serão publicados na dissertação de mestrado de Gabriela Bieger Reyes e em artigos de revistas científicas oriundos da dissertação. As participantes terão acesso ao resultados da pesquisa através de palestra realizada na escola.

As pesquisadoras envolvidas com o referido projeto são Gabriela Bieger Reyes (mestranda em Educação pela Universidade La Salle/Canoas) e a Profª Drª. Denise Regina Quaresma da Silva (Orientadora desta dissertação, Universidade La Salle/Canoas) e com elas você poderá manter contato pelo e-mail [gabriela.202210558@unilasalle.edu.br](mailto:gabriela.202210558@unilasalle.edu.br); [denisequaresmadasilva@gmail.com](mailto:denisequaresmadasilva@gmail.com) e/ou pelo telefone +5551 996595548. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unilasalle em: Av. Victor Barreto, 2288, 2º andar do prédio 5, Centro – Canoas; email [cep.unilasalle@unilasalle.edu.br](mailto:cep.unilasalle@unilasalle.edu.br) e telefone (51) 3476.8452, atendimento na segunda-feira das 11h às 15h, terça-feira e sexta-feira das 14h às 18h; quarta-feira das 16h às 20h; e quinta-feira das 09h às 13 h. Comitê Nacional de

Ética em Pesquisa (CONEP): telefone (61) 3315-5877, e-mail conep@saude.gov.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 19h.

Ao assinar este documento aceito participar da pesquisa “DESVELANDO INFERÊNCIAS DA POBREZA MENSTRUAL NO ITINERÁRIO FORMATIVO DE ALUNAS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO”. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva/chateado comigo. As pesquisadoras esclareceram minhas dúvidas e conversaram com os meus pais/responsável legal. Eu, \_\_\_\_\_, declaro que recebi uma via deste termo de assentimento, li e quero/concordo em participar da pesquisa/estudo.

LOCAL E DATA: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Estudante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora responsável